UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DISSERTAÇÃO

O CORPO, A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURSO NORMAL REGIONAL: MEMÓRIAS DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE – PIRATINI/RS

Angela Alves dos Passos
Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo

Pelotas, 2010.

ANGELA ALVES DOS PASSOS

O CORPO, A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURSO NORMAL REGIONAL: MEMÓRIAS DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE – PIRATINI/RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (área do conhecimento: Educação Física).

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo

Pelotas, 2010.

Dados de catalogação Internacional na fonte:

(Bibliotecária Patrícia de Borba Pereira CRB10/1487)

P289 Passos, Angela Alves dos

O corpo, a educação física e o curso normal regional : memórias do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde, Piratini - RS / Angela Alves dos Passos ; orientador Luiz Carlos Rigo. – Pelotas : UFPel : ESEF, 2010.

130 p.: Il.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pos Graduação em Educação Física. Escola Superior de Educação Física. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

1.Educação Física 2. Memória I. Título II.Rigo, Luiz Carlos

CDD 796

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo - ESEF/UFPel – Orientador

Profa. Dra. Valdelaine da Rosa Mendes - ESEF/UFPel

Profa. Dra. Janice Zarpellon Mazo – ESEF/UFRGS

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill - Departamento de História e Antropologia – UFPel

À Luísa e suas considerações:

“Se eu entendesse a letra (das atas) *eu te ajudava”.*

“Mãe falta muito? Quantas folhas”?

Agradecimentos

Às luzes divinas, sejam elas quais forem, pela força sentida;

Ao Rigo, por vários motivos, mas principalmente pela paciência e pelo conhecimento dividido;

Às narradoras: Enedina, Erenilda, Iracema, Lizete, Lois, Marli, Neli e Rosimeire pela atenção e tempo dispensados;

A outros: Dirlei, Dilva, Fábio, João Manoel, Lúcia, Luísa, Mara, Marizinha, Marlenir, Marli, Nara, Rosana e Rosimeire pelo amparo nos momentos necessários;

Obrigada!

“Não há história muda. Por mais que a queimem, por mais que a rasguem, por mais que a mintam, a história humana se nega a calar a boca. O tempo que foi continua pulsando, vivo, dentro do tempo que é, ainda que o tempo que é não o queira ou não o saiba. O direito de lembrar não figura entre os direitos humanos consagrados pelas Nações Unidas, mas hoje mais do que nunca é necessário reivindicá-lo e pô-lo em prática: não para repetir o passado, mas evitar que se repita; não para que os vivos sejam ventríloquos dos mortos, mas para que sejamos capazes de falar com vozes não condenadas ao eco perpétuo da estupidez e da desgraça. Quando está realmente viva, a memória não contempla a história, mas convida a fazê-la. Mais do que nos museus, onde a pobre se entedia, a memória está no ar que respiramos; e ela, no ar, nos respira".

Eduardo Galeano (1999, p. 216).

Resumo

PASSOS, Angela Alves dos. **Memórias da Escola Normal Regional "Ponche Verde"**. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

O objetivo principal deste estudo foi construir as memórias do Instituto Estadual de Educação Ponche, situado no município de Piratini – RS. A pesquisa priorizou investigar o Curso Formação de Professores, em especial o Normal Regional (1954 - 1971) e a Educação Física posta em prática neste espaço educativo. A pesquisa foi desenvolvida tendo como referência teórico-metodológica a concepção de história de Michel Foucault, os estudos de memória e os princípios metodológicos da História Oral. Assim, foram utilizadas fontes escritas (documentos institucionais, atas, relatórios, decretos, leis, reportagens de jornais da cidade, etc.), fontes imagéticas e depoimentos orais de antigos membros da escola. A conclusão da pesquisa assinalou como o Curso Normal Regional "Ponche Verde" foi um centro irradiador de educação e da cultura, na cidade e na região, que atuou pautado por princípios de moral, bons costumes e do civismo e, com o auxílio da Educação Física (métodos ginásticos) ajudou na constituição de um corpo disciplinado e cordial aos discursos e as normas sociais vigentes nas diferentes épocas.

Palavras-chave: Memória. Escola. Curso de Formação de Professores. Educação Física.

Abstract

PASSOS, Angela Alves dos. **Memórias da Escola Normal Regional "Ponche Verde"**. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

The principal objetive this study was to build part of memories from Instituto Estadual de Educação Ponche Verde, situated in municipality of Piratini – RS. The search priorited the investigation the course about formation of teachers, in special the Normal Regional (1954 – 1971) and the Physical Education post in practice in this education space. The search was developed having with theoretical-methodology reference the conception of history of Michael Foucault, the studies of memory and the beginning methodologies of Oral History. This way, was utilized written fontain (institutions documents, registers, reports, decrees, laws, newspaper reports of city), old photographs and oral declaration of old members of school. The conclusion of search marked how the course about formations de teachers Normal Regional "Ponche Verde" was a center to irradiate of education and of culture, in city and in a region, that performed by beginning of moral, well-breds and of adhesion to public interests and welfare and, with assistance of Physical Education (gymnastics method) helped in a constitution of a disciplined body and cordial for the discourse and the socials norms effective in different epochs.

Keywords: Memory. School. Course about formation of teachers. Physical Education.

Lista de Figuras

Figura 01 Antiga Casa Fabião..... **32**
Figura 02 Prédio próprio da escola – 1936..... **35**
Figura 03 Porta de entrada da escola..... **36**
Figura 04 Normalistas – Década de 1950..... **38**
Figura 05 Prédio anexo ao Instituto Estadual de Educação Ponche Verde..... **38**
Figura 06 Edital de abertura de matrícula para a Escola Normal Regional..... **44**
Figura 07 Festa de Confraternização entre professores e normalistas – 1964.... **60**
Figura 08 Festa de fim de ano – dez. 1964..... **60**
Figura 09 Festa de Confraternização entre professores e normalistas – 1968.... **61**
Figura 10 Desfile de aventais promovido pelo Rotary Clube – 1960..... **61**
Figura 11 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 27/06/1956... **70**
Figura 12 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 16/11/1954... **72**
Figura 13 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 29/11/1956..... **73**
Figura 14 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 21/06/1956... **74**
Figura 15 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 27/02/1957... **74**
Figura 16 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 27/02/1957... **76**
Figura 17 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 21/06/1956... **77**
Figura 18 Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 18/11/1955... **78**
Figura 19 Normalistas usando o uniforme de Educação Física – 1964..... **80**
Figura 20 Jogos esportivos - Década de 1960..... **81**

Lista de Quadros

Quadro 1 Disciplinas do Curso Normal Regional..... **49**
Quadro 2 Diretores(as) da Escola Normal Regional “Ponche Verde”.....**51**

Lista de Siglas

C.F.R.E.P. Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário

S.E.F.A.E. Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional

S.E.C. Secretaria de Educação e Cultura

S.E.P. Superintendência do Ensino Primário

L.D.B. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Sumário

1. INTRODUÇÃO: PORQUÊS DAS PESQUISA..... **14**
1.1 Notas biográficas..... **14**
1.2 Introdução..... **16**
2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGIAS..... **19**
2.1 Os documentos..... **23**
2.2 Os depoimentos orais..... **23**
3. A ESCOLA E A CIDADE..... **26**
3.1 O contexto da Escola: a cidade de Piratini..... **26**
3.2 A emergência de uma Instituição Escolar..... **31**
3.3 Do Grupo Escolar da Villa de Piratiny ao Instituto Estadual de Educação Ponche Verde: uma instituição em movimento..... **34**
4. O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES..... **41**
4.1 O Curso Normal Regional..... **43**
4.2 Quem poderia ser Normalista?..... **43**
4.3 Algumas sutilezas do Normal Regional..... **47**
5. O CORPO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA NORMAL REGIONAL "PONCHE VERDE"..... **63**
5.1 A Educação Física no Brasil: fragmentos da história..... **63**
5.2 O corpo e a Educação Física no Curso Normal Regional..... **68**
5.3 O uso do uniforme para a Educação Física..... **80**
5.4 As aulas de Educação Física na Escola Primária..... **83**
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **87**
REFERÊNCIAS **94**
Documentos **98**
Entrevistas..... **100**
APÊNDICES..... **101**
ANEXOS **118**

1. Introdução: porquês da Pesquisa

"Um refúgio?
Uma barriga?
Um abrigo?
Onde se esconder
quando estiver se afogando na chuva,
ou sendo quebrado pelo frio?
Ou sendo revirado pelo vento?
Temos um esplêndido passado pela frente.
Para os navegantes com desejo de vento,
a memória é um ponto de partida".

Eduardo Galeano

1.1 Notas biográficas

Era março de 1978, chegava enfim o dia de estudar na "Ponche Verde". Para mim, a grande novidade, já que eu vinha de outra realidade: seis anos morando no interior de Piratini – 1º Distrito e a primeira série eu havia feito na Vila do Cancelão (próxima à cidade). Aqui era diferente, a maioria das crianças estudava na Ponche Verde, minhas primas, todo mundo. Tudo era grande, espaçoso, novidade, demorei um tempo para me adaptar. Não tinha todo o material escolar que a maioria tinha, lembro bem, mas lembro também de não me importar com isso.

No início, lembro, a escola me dava uma sensação de prisão (na verdade era quase isso), pois para tudo o que se quisesse fazer, era preciso permissão: para ir ao banheiro, por exemplo, tinha hora. Situação superconstrangedora. Os corredores eram supervigiados à procura de alunos que poderiam transitar. Sair da escola fora do horário, nem pensar. Bem, na verdade nem tínhamos essa pretensão mesmo.

Felizmente, para alguns, os mais "rebeldes", (eu, sempre gostei de estudar e de permanecer na escola, apesar dela) nem tudo estava perdido. A escola tinha raros momentos de liberdade, que eram ansiosamente aguardados por todos: o recreio, o intervalo da merenda e as aulas de Educação Física. No recreio, brincávamos de polícia-ladrão e "dos guris pegarem as gurias", essa era a nossa diversão diária e não cansávamos.

Professores, alguns, poucos, marcaram. Nas séries iniciais, naquela época ainda não chamávamos as professoras de tias, embora, muitas vezes se comportassem como tal:

parentas próximas com as quais se podia contar, sempre. Davam atenção, carinho e ensinavam. Quando era preciso chamavam a atenção para nossos erros. E por falar em chamar a atenção, lembro da professora da 4ª série, como gritava, ninguém gostava, como eu era sempre um exemplo de "boa aluna", ela me elogiava muito e isso bastava.

Infelizmente, aquela "tia", que era quase uma mãe, deixava de existir no fim do primário, e que choque a 5ª série, era professor que entrava e saía a cada aula, um horror. E assim começava o período em que os professores passavam a ser tratados ou como amigo ou como inimigo. Ou se amava ou se odiava o professor. E geralmente, este sentimento tinha total relação com a nota tirada na matéria lecionada. Se o aluno tirava boas notas em uma matéria, o professor era legal; se ia mal, o professor era um carrasco. Mas o interessante é que muitas vezes esta circunstância tinha uma lógica. Lembro então, na 5ª série, o terror era o professor de matemática, que medo! Passava matéria, matéria e ai de quem ousasse dar um "pio".

Nessa época, figura muito temida, era a do diretor. Para mim não era respeito, na maioria das vezes era medo mesmo, já que o aluno só tinha acesso ao diretor quando ia ser punido por ter feito algo errado. Hoje vejo que esta relação mudou: alunos e professores entram na sala da Direção a hora que bem entendem. Naquela época os diretores não tinham nenhum, ou quase nenhum contato com os alunos. E falo Diretor, no masculino, propositalmente, porque não tive nos anos de Ensino Fundamental e Médio uma Diretora. A sala deles era super-reservada.

Para a Educação Física não havia, na época, espaço apropriado. Lembro que corríamos em volta da escola, o aquecimento era sempre assim. Depois, às vezes jogávamos, outras, fazíamos ginástica. Eu sempre gostei da Educação Física, embora não fosse nenhum exemplo de atleta. O professor gostava muito de futebol e nos levava para jogar no Guarani, que é o campo de Futebol da cidade. Que desastre! Lembro que, nessa época, fim do Ensino Fundamental, também de início da adolescência, já que não tínhamos outra opção, a escola era também o espaço para o lazer, para "olhar" os guris... Então, queríamos ficar o tempo todo na escola, a manhã toda, a tarde toda, a vida toda, se possível.

E eis que chega a 8ª série, fim de uma etapa, início de outra. Vem o segundo grau e escolhas precisam ser feitas. Como era de praxe "as meninas cursarem o Magistério" e os "meninos, Contabilidade", não pensei muito e assim, também aconteceu comigo. Seria uma decepção para minha mãe se eu escolhesse Contabilidade. Na verdade, eu não tinha clareza se queria ser professora ou não. De séries iniciais, com certeza não. E fui seguindo o Curso, aulas, aulas e aulas. Eu estudando, estudando, ou melhor, memorizando e sendo aquela "ótima aluna". Mas esse período de segundo grau teve um diferencial, começamos já, desde a oitava série a nos mobilizarmos para fundar o CTG da Escola e, assim começou a existir o GTG Raízes Nativas, hoje com sede própria. Não que eu cultuasse com afinco as tradições gaúchas, não era esse o meu forte. Na verdade minha participação se dava mesmo era nas tarefas burocráticas, fazia as pautas e atas de reuniões, organizava os grupos, entre outras atividades. Também participei de uma chapa do Grêmio Estudantil Bento Gonçalves. Não tinha muita, ou nenhuma clareza do papel político dessa Instituição, mas algumas coisas já se emboçavam, talvez por influência do contexto político nacional, tínhamos nossas mobilizações e lembro-me de que elaboramos e começamos a implantar o Projeto "Olimpíadas das Cores", com o apoio da Direção da Escola. Esse evento contemplava jogos esportivos, recreativos, apresentações teatrais e prova de conhecimentos gerais, enfim envolvia toda comunidade escolar. Assim, no segundo grau, novos atrativos se agregavam aos estudos e isso era muito

bom. Terminado o Curso, vem o Estágio, já amaldiçoado por todos que por ele passaram. As supervisoras também. Eram quatro meses com uma turma de séries iniciais. No meu caso foi uma segunda série. Até que tive sorte, eram apenas doze alunos bem-comportados e participativos. Grande experiência e aprendizado.

É, fui muito boa aluna, se fosse diferente talvez tivesse "aprendido" mais. Uma professora comprometida? Talvez. Mas poderia ser mais que isso.

Hoje, vejo a Escola e seus alunos, de forma distinta. Com certeza os tempos são outros... a sineta não existe mais, não sobreviveu ao tamanho da Escola. Não vejo mais os alunos pequenos sedentos, os olhos brilhando, ouvidos atentos ao que a professora tem a dizer. Alunos sem medo (ou seria respeito) dos professores ou da Diretora. Atualmente, a escola tem uma Diretora. Nos corredores, barulho. Aquele silêncio já não existe mais, não existe também o olhar atento que percorria cada lajota do corredor, prá lá e prá cá, cuidando a tudo e a todos. Auxiliar de disciplina, era esse seu cargo e sua função.

Os interesses, dos que hoje vão à Escola, também são outros, o professor não é o mais importante e o que ele tem a dizer, na maioria das vezes, também não. Importante mesmo são os encontros, os amigos, os namorados, as conversas infindáveis. É, devo concordar isso é importante mesmo, mas que é diferente "do meu tempo" é.

Angela Alves dos Passos

1.2 Introdução

A Escola Ponche Verde, como é mais conhecida por todos, localizada no município de Piratini[1]/RS, muito representa em minha história de vida[2]. Foi nela que cursei o Ensino Fundamental, com exceção da primeira série e o Curso de Magistério, concluído no ano de 1988, por onde dei meus primeiros passos, mesmo que sem uma intenção explícita, na carreira de professora. No mesmo ano da realização do estágio do curso já mencionado, prestei vestibular para Educação Física na Universidade Federal de Pelotas, através do qual ingressei, no ano

---

[1] O nome Piratini (ou Piratinim, denominação primitiva), na língua Tupi-guarani significa *peixe barulhento* – *pira* (peixe) e *tinim* (barulho). Também é o nome que foi concedido pelos índios ao rio que nasce neste município. Piratini teve seu povoamento iniciado no ano 1789 com a chegada de 48 casais de açorianos. Provenientes do arquipélago dos Açores, os primeiros povoadores ao chegarem, estabeleceram-se no local denominado "Capão Grande do Piratinim" e fundaram uma capela em honra a Nossa Senhora da Conceição, desde então, padroeira do município. O Município de Piratini, já elevado à Freguesia em 1810, foi criado em 1830. No cenário político do país, Piratini tornou-se célebre durante a Revolução Farroupilha, por ter sido nela instalada a Capital da República Riograndense, no ano de 1835. Atualmente, Piratini possui uma área de 3.560 Km^2, está situado na Serra do Sudeste e tem 20.225 habitantes. As principais atividades econômicas são a agricultura, a pecuária e o reflorestamento.

[2] Faço uso de Pierre Nora (1987) para lembrar que "[...] o historiador nos dias de hoje está pronto, ao contrário de seus antecessores, a confessar a ligação estreita, íntima e pessoal que mantém com seu trabalho".

seguinte, como acadêmica da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas - ESEF/ UFPEL, em Pelotas/RS.

Após trabalhar como professora pela Secretaria Municipal de Educação de Pelotas, por cinco anos e em cargo administrativo na Secretaria de Estado da Educação na cidade de Porto Alegre/RS por mais três, no ano 2003, após uma parada de um ano, por motivos particulares, voltei para Piratini e recomecei minha trajetória profissional como professora no Instituto Estadual de Educação Ponche Verde – I. E. E. Ponche Verde. Inicialmente ministrei aulas de Educação Física de 5ª a 7ª séries, somente para as alunas[3] e, a partir do ano 2006, atuo na Supervisão de Estágio dos Cursos Normal e Aproveitamento de Estudos do Ensino Médio, na disciplina Educação Física.

Então, na atual condição, um híbrido de ex-aluna, professora, mãe de aluna da Escola Ponche Verde e ouvinte atenta, nesses anos, muitas histórias foram vividas, algumas lidas, mas muitas outras ouvidas. Fala-se muito na Escola Ponche Verde, principalmente no Curso de Formação de Professores.

No ano de 2006, participei da comissão de organização das comemorações alusivas aos 80 anos da escola. Vasculhamos muitas coisas: documentos de alunos e professores, editais, relatórios e comemorações foram feitas: desfile da Semana da Pátria rememorando os uniformes usados, homenagens a ex-professores, encontro de normalistas e finalmente o Coquetel de Inauguração da Galeria de Ex-diretores. Nesse evento, encontros, reencontros, abraços, lembranças, choros, memórias[4]. Falas foram ouvidas e, no palco principal o *Curso de Formação de Professores Normal Regional*. Dentre muitas, cito: “[...] os professores eram maravilhosos, tinham muita qualidade”; “Naquela época se aprendia muita coisa, uma gama enorme de conhecimentos”; “Eu agradeço muito e muito ao Curso Normal o que eu tenho hoje”.

Essas falas e minhas experiências[5] levaram-me a pensar com mais cuidado as singularidades desta escola, especialmente o Curso Normal Regional e as aulas

---

[3] Até o ano 2004 as turmas de Educação Física, em todos os níveis de ensino, eram divididas em duas, cabendo, habitualmente, a um professor ministrar aulas para os meninos e a uma professora o trabalho com as meninas.

[4] Para Stephanou e Bastos (2005, p. 418), a memória não sendo a história, é um dos indícios, um documento, de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo.

[5] Experiência aqui entendida como o que propõe Jorge Larrosa, no sentido do que me foi significativo, do que me afetou, o que me causou estranhamento. Para maiores considerações, consultar:

de Educação Física que nele eram realizadas e para os quais dediquei algum tempo de análise.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf.

2. Considerações Teórico-metodológicas

"Pode-se contar a mesma história
tantas vezes quanto escritores quiserem fazê-lo.
Escrever é um exercício de liberdade,
não de submissão.
Nenhum método pode ter a pretensão
de aprisionar a verdade e acreditar nos autores
é um exercício político dos leitores".

Milton J. de Almeida.

Festividades a parte, na condição de pesquisadora, era necessário que esta escrita tivesse a *cara* de um trabalho acadêmico com as devidas normatizações e aportes teórico-metodológicos inerentes a ele. Para tanto, fiz uso de alguns autores e teorias que, no meu entender, ofereceram o amparo necessário à árdua tarefa de construção de uma dissertação.

Assim sendo, meu objetivo principal com este estudo foi construir as memórias do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde, mais especificamente do Curso de Formação de Professores Normal Regional[6] que esteve em funcionamento de 1954 a 1974 e da Educação Física, ancorada principalmente, em alguns princípios teórico-metodológicos oriundos dos estudos de memória, dos estudos históricos de Michel Foucault e da metodologia da História Oral.

Cabe aqui elucidar a inquietação que, em alguns momentos, move-me e, em outros, inibe-me, qual seja, a de conciliar minhas posturas enquanto professora da escola e pesquisadora pautada por princípios éticos[7].

---

[6] O curso de formação de professores teve essa denominação de 1954, quando entrou em funcionamento até 1974, quando a última turma de Regentes do Ensino Primário concluiu o curso. No decorrer do trabalho as referências feitas a esse curso: Curso Normal Regional Ponche Verde; Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário; Normal Regional, Curso Normal de 1º grau ou ainda a sigla C.F.R.E.P., deverão ser entendidas como sinônimas.

[7] A ética, para Foucault, é a possibilidade de apontar o sujeito que constitui a si próprio como sujeito das práticas sociais. É o momento para refletir o motivo pelo qual o homem moderno constitui

Abrindo mão da concepção de passado como algo estático, pronto e acabado, lanço mão de Walter Benjamin (1994) quando, em uma de suas teses sobre o conceito de história, defende que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi” (p. 224). O passado, em movimento, nunca está acabado, é construído e reconstruído a cada momento em que um historiador desejar fazê-lo a partir de uma determinada condição no presente, ou seja, a partir de um determinado lugar. Assim, não existe uma história universal e total, mas várias histórias, vários recortes que compõem uma pluralidade. Por essa razão, não é possível conhecer o passado como “ele de fato foi” porque ele se altera, dependendo das leituras e releituras que são feitas a seu respeito.

Percebendo a memória como objeto privilegiado da História Oral, busco, na pesquisa, referências históricas na memória de pessoas que *vivenciaram* a escola Ponche Verde no período que me propus estudar.

Sobre a memória oral, Ecléa Bosi (2003, p. 15) propõe apostar justamente nas divergências evocadas através dela. Para a autora a memória oral “faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e ai se encontra a sua maior riqueza”. Assim, é imprescindível não pretender atingir uma teoria da história através da memória, já que ela “ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades”. De acordo com essa autora, a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto e a história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas. Desse modo, a memória seria então o lado subjetivo do conhecimento das coisas.

As questões postas por Benjamin e Bosi, de certo modo, tranqüilizam-me à medida que dispensam a comprovação da história e de fatos históricos.

A memória, quando evocada, traz à tona momentos únicos e singulares. No entanto essa individualização da memória veio a ser relativizada pela teoria psicossocial de Halbwachs (2004) ao investigar, no início do século XX, os quadros sociais da memória. Para o autor, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência, peculiares a esse indivíduo.

---

critérios de um modo de subjetivação em que tenha espaço a liberdade. Apresenta estas reflexões principalmente em "O uso dos prazeres (1984)" e "O cuidado de si (1984)", escritas nos últimos meses de sua vida, momento em que parecia surgir para este filósofo a necessidade de pensar sobre ele mesmo.

A questão central na obra de Maurice Halbwachs (2004) consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva[8], posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

A cerca das relações entre a História e a Memória, para o autor, "a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito" (HALBWACHS, 2004, p. 85). Assim, as lembranças seriam incorporadas pela história, à medida que fossem deixando de existir ou à medida que os grupos que as sustentavam deixassem de existir.

De fato, a memória apresenta-se enquanto produto social e individual, indissociavelmente. É nesse sentido que busco a memória em "permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento" (NORA, 1993, p. 9).

A História Oral entendida, neste trabalho, como uma metodologia contemporânea que possibilita o cruzamento de fontes históricas de naturezas distintas e que valoriza a realização de estudos históricos a partir de uma perspectiva não disciplinar[9], associando a abordagem histórica ao conhecimento proveniente de áreas como a antropologia, a sociologia, a filosofia e outras[10].

Apesar das controvérsias que ainda suscitam, cada vez é maior o número de pesquisadores, de diferentes áreas, que recorrem ao uso da História Oral em suas pesquisas. Essa maior aceitação da História Oral como suporte empírico para o conhecimento acadêmico se deu, principalmente, a partir do momento em que as fontes orais conquistaram uma maior legitimidade perante a comunidade científica, mesmo sendo distinta das fontes escritas. Sobre esse assunto Camargo (2004, p.13) afirma que:

---

[8] Aproximando-se, mais recentemente, PORTELLI (1997) vem utilizar a expressão "memória social" para dizer que embora os relatos e depoimentos referentes à memória se expressem em âmbito individual, dizem respeito concomitantemente a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos. Para este autor se consideramos a memória um processo e não um depósito de dados, poderemos constatar que à semelhança da linguagem, a memória é social.

[9] Boaventura de Souza Santos (1988) ao anunciar a emergência de um "Paradigma Emergente", aponta como uma das teses que "todo conhecimento é local e total". Segundo o autor, a fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Ao contrário do que sucede no paradigma atual, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia. Ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces.

[10] Especificamente sobre o enfoque interdisciplinar e a Metodologia da História Oral, consultar: MONTENEGRO. Antônio Torres. A invenção do Olhar. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.). Os desafios Contemporâneos da História Oral. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1997.

> [...] a História Oral é legítima como *fonte* porque não induz a mais erros do que outras fontes documentais e históricas. O conteúdo de uma correspondência não é menos sujeito a distorções factuais do que uma entrevista gravada.

Cabe ainda, destacar alguns questionamentos que convergem no sentido de elucidar uma visão de história que foge dos critérios tradicionais de escolha dos *fatos* que compõem o saber histórico. Sim, pois se o saber histórico é a recolha de *alguns eventos* do passado e, afinal de contas, a cada minuto ocorrem simultaneamente milhões de fatos de ordem e natureza variadas, devemos perguntar que critérios justificam a escolha de alguns eventos para ingressar na galeria da história e não de outros? Quais os meios de julgar que alguns fatos são *históricos* ou, ao menos, dignos de registro histórico e outros não? Resta então, não nos contentarmos com a simples resposta de que são dignos de registro os *grandes* eventos, nomes e datas. Esta é uma premissa fundamental para ingressarmos na discussão que diz respeito aos objetos da história. Além disso, fazer estudos históricos não é somente registrar fatos, como disse Foucault (1979, p. 27-28):

> É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa “reencontrar” e, sobretudo não significa “reencontrar-nos”. A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. [...] Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.

A forma bastante própria com que Foucault realiza seus estudos, geralmente cruzando a história com outros campos do conhecimento como a filosofia, a sociologia, a psicologia, a literatura, ou mesmo o direito, segundo Salma Muchail, possibilita dizer que “Foucault pensa filosoficamente praticando investigações históricas, (2010, p. 27)”. Assim, prossegue a autora "os escritos histórico-filosóficos de Foucault não só propiciam a compreensão de nossa sociedade historicamente situada na perspectiva da sua diferença com o que a precede como também sugerem possibilidades de transformação no que ela pode vir a ser" (idem, p. 28).

2. 1 Os Documentos

A pesquisa foi desenvolvida com a utilização de vários documentos históricos disponíveis no arquivo da escola pesquisada, atualmente denominada de Instituto Estadual de Educação Ponche Verde: *Diário da Escola 1955 – 1972*; *Livro de Atas de Reuniões de Professores 1954 – 1972;* uma pasta com decretos e leis de 1950 a 1967; *Registro de exames e sabatinas – 1930 a 1937*; *Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário 1956 – 1957*; *Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário 1954 – 1956; Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário*; um álbum de fotografias, de capa dura verde escuro com letras douradas no qual lê-se: "Escola Normal Regional Ponche Verde - C.F.R.E.P - 1ª Turma de 1957 - Piratini; Livro de Registro de Frequência do Curso de Formação de Regentes de Ensino Primário, Caderneta Escolar[11] da normalista Neli da Silva Hackbart; Livro de Lançamento de Notas das Normalistas e duas pastas; uma delas denominada *Dados da Escola* e, a outra, assim identificada: *1º Encontro da Saudade – Normal Regional, 1998*. Ambas contém vários tipos de documentos: decretos, portarias, pareceres, regimentos, históricos datilografados e manuscritos, discursos proferidos, diplomas, listas de alunos, recortes de jornais, fotos, etc.

2.2 Os Depoimentos Orais

Para a realização do trabalho foram realizadas duas entrevistas formais e cinco entrevistas informais, não subsidiadas em roteiro[12]. A primeira entrevista foi realizada em maio de 2008 com a professora Iracema Ferreira e serviu-me como uma *entrevista exploratória*[13], mapeando a escolha de novos depoentes e orientando

---

[11] A Caderneta Escolar (anexo A) de capa dura, na cor marrom, acompanhava o aluno(a) durante todo o curso. Nela, constam os dados e a foto do(a) normalista, a nota do exame de admissão, bem como as notas referentes a cada ano concluído, com a respectiva assinatura do pai ou responsável.

[12] Todas as entrevistadas autorizaram a divulgação de seus depoimentos.

[13] De acordo com Thompson (1992, p. 254), a melhor maneira de dar início ao trabalho pode ser mediante entrevistas exploratórias, mapeando o campo e colhendo idéias e informações. Com a ajuda destas, pode-se definir o problema e localizar algumas das fontes para resolvê-lo. Para Bosi (2003, p. 60) "a pré-entrevista, que a metodologia (da história oral) chama de 'estudo exploratório', é essencial, não só porque ela nos ensina a fazer e refazer o futuro roteiro da entrevista. Desse encontro prévio é que se podem extrair questões na linguagem usual do depoente, detectando temas promissores. A pré-entrevista abre caminhos insuspeitados para a investigação".

a delimitação de temas a serem explorados neste trabalho. Além de ter sido normalista e professora da Escola Ponche Verde, atualmente aposentada, pesquisadora, escritora e membro da Academia Piratiniense de História, a professora Iracema é uma interessada nos estudos referentes à história dessa Escola.

O encontro com a professora Iracema norteou a escolha da minha segunda entrevistada Enedina Ferreira da Rosa, aluna do 4º e do 5º ano do Curso Primário em 1954 e 1955, respectivamente, e do Curso Normal Regional de 1956 a 1959. A professora Enedina, ao receber o convite para entrevista, prontamente aceitou, demonstrando contentamento ao se referir a escola em que foi normalista. Aluna da terceira turma do Normal Regional evocou suas memórias da Educação Física, tanto no Curso Normal como no Ensino Primário, revelando sua admiração às aulas, exercícios e, principalmente, a sua professora Lois Wentzel. Referiu-se a ela como a incentivadora de sua opção pela Graduação em Educação Física. A entrevista aconteceu em sua residência, na cidade de Pelotas/RS e teve a duração de duas horas.

A escolha dessa depoente se deu pelo tempo que ela permaneceu na escola seis anos como aluna do Ensino Primário e Normal Regional e logo após começou a ministrar aulas como professora de Educação Física *a título precário*. Mudou-se para Porto Alegre onde cursou Educação Física e voltou a ministrar aulas na Escola Ponche Verde, no Ensino Fundamental e Curso de Magistério. Após ser professora de Educação Física por quase trinta anos, atualmente a Professora Enedina está aposentada.

A ex-professora Lois Wentzel, lembrada por sua ex-aluna Enedina, também assinava as atas das provas de Educação Física[14] e foi escolhida para entrevista por ter sido a primeira e, pelo constatado, até a segunda metade da década de 1960, a única professora com formação em Educação Física a ministrar aulas na Escola Ponche Verde[15], apesar de sua curta permanência na escola. De acordo com as atas de exames por ela assinadas, a professora Lois trabalhou na escola Ponche Verde de 1954 a 1956 como professora de Educação Física no Ensino Primário e no

---

[14] Muito frequentemente, na metodologia da História Oral, os depoimentos orais ou fontes escritas indicam caminhos que vão ao encontro de novos depoentes, constituindo assim, o que se costuma chamar de rede de depoentes.

[15] A professora Lois Wentzel concluiu o curso de Educação Física na Escola Superior de Educação Física – ESEF de Porto Alegre, no ano 1953. Na época a escola estava sob a tutela do Estado, tendo sido integrada a Universidade Federal do Rio Grande do sul somente em 1969.

Curso Normal Regional. A partir de algumas informações preliminares, acabei por encontrá-la através da *internet* na cidade de Ijuí, RS. A entrevista foi marcada para um sábado à tarde, em sua residência, na cidade de Ijuí/RS e teve quase três horas de duração.

Assim, a seguir farei algumas considerações históricas sobre a cidade de Piratini, a emergência da Instituição Escolar Ponche Verde e as suas diferentes denominações ao longo de seus 84 anos para, a seguir, tratar especificamente do curso de formação de professores Normal Regional e da Educação Física. Fiz isso utilizando fontes documentais: leis, decretos, portarias, pareceres, regimentos, históricos datilografados e manuscritos, discursos proferidos, recortes de jornais e fontes imagéticas (antigas fotografias da escola)[16]. As fotografias foram empregadas como fontes históricas portadoras de dimensão estética e também histórico cultural, no sentido similar ao que as concebem Roland Barthes (1984) [17].

[16] A maioria das fontes documentais e imagéticas são provenientes do acervo da escola, mas algumas fotografias pertencem ao acervo particular de Mara Tunes, professora de Artes da Ponche Verde e Fotógrafa.

[17] Barthes (1984) faz uso da expressão latina *punctum* como a sensação que brota da contiguidade entre a imagem fotográfica e o seu referente (a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia) e que produz no observador diante da foto a assertiva tácita e exclamatória: "*Isso-foi!*". Essa co-presença do referente na imagem, que define então a própria essência da fotografia, está na origem do seu poder atestatório. “Toda fotografia é um certificado de presença. Esse certificado é o gene novo que sua invenção introduziu na família das imagens" (BARTHES, 1984, p. 129). A fotografia não é, então, uma simples representação, um sucedâneo de um referente real ou imaginário (como a pintura); ela é um certificado de existência, ela ratifica a existência do referente e ai reside o seu traço distintivo como imagem.

3. A Escola e a cidade

“A memória é a gaveta dos guardados...
Viver é andar, é descobrir, é conhecer.
No meu andarilhar de pintor,
fixo a imagem que se me apresenta no agora
e retorno às coisas que
adormeceram na memória,
que devem estar escondidas no pátio da infância.
Gostaria de ser criança outra vez para
resgatá-las com as mãos.
Talvez tenha sido o que fiz, pintando-as”.

Iberê Camargo

3.1 O contexto da escola: a cidade de Piratini

O atual Instituto Estadual de Educação Ponche Verde está localizado na zona urbana do município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

Piratini é um município com significativas singularidades históricas. No século XIX o município foi palco de revoltas dos farroupilhas contra o Governo Imperialista, destacando-se política e socialmente na história da Província de Rio Grande.

Segundo Davi Almeida (1997), os primeiros habitantes de Piratini foram os índios guaranis, dos quais herdamos inclusive o nome que vem do Tupi-guarani e significa “peixe-barulhento”, denominação que os índios deram ao rio.

Com a finalidade de povoar as terras conquistadas, em 1789 Dona Maria I, Rainha de Portugal concedeu 48 lotes de terra para casais vindos das Ilhas dos Açores. Os açorianos, primeiros povoadores, estabeleceram-se no lugar onde hoje está a sede do município e ali construíram uma capela em honra a Nossa Senhora da Conceição. A capela passou a ser chamada de "Capela dos Casais" ou "Capela do Piratinim", por estar próxima ao rio Piratinim.

Essa pequena povoação atraiu outros moradores. Os mais abastados ergueram casas ao redor da capela e, a maioria prosperou ainda mais, dada a fertilidade do solo para a agricultura, especialmente para os cereais e algodão e a qualidade dos campos para a pecuária.

De acordo com o historiador local Jaime D'Ávila (2007), ainda é bem marcante a influência dos costumes açorianos no cotidiano dos piratinienses, onde se destaca a religiosidade, as expressões artísticas (danças e cantigas) e o artesanato, principalmente nos trabalhos de fios e bordados. Além dos primeiros povoadores de origem português-açoriana, hoje fazem parte da população outras etnias, como alemães e italianos.

O crescimento da povoação, em virtude da excelência das terras, chamou a atenção do governo que, por alvará do Príncipe Regente, D. João, datado de 3 de abril de 1810, a elevou à categoria de Freguesia.

Segundo o pesquisador Davi Almeida (1997), em meados de 1832 a Freguesia destacava-se pelos nobres solares e até sobrados, raríssimos até então, datando os mais expressivos de 1819 a 1824. Nessa época, duas fontes públicas abasteciam a população: a Fonte dos Pinheiros e a Fonte da Terra.

Dentre as edificações da época, destaco a existência de um teatro, o Teatro Sete de Abril, que sugere o adiantado grau de cultura da região, já naquela época. E, como indicativo do desenvolvimento da comunidade piratiniense, existiam dois estabelecimentos industriais: a Fábrica de Cerveja de Lucindo Manoel de Brum e a Fábrica de Pólvora e Foguetes, dos Irmãos Gonzaga Ferreira Pinto de Souza.

No entanto a história de Piratini, no século XIX, foi marcada por evoluções e declínios determinados, entre outros fatores, por sua ativa participação política nos movimentos republicanos. Sobre essas passagens, no Livro de Correspondências da Câmara da Vila de Piratini, consta o seguinte:

> Foi erecta em resolução de 3 de abril de 1810 em Freguesia de N. Srª. da Conceição de Piratiny e por Decreto de 15 de dezembro de 1830 foi elevada a cathegoria de villa sendo esta instalada em 4 de junho de 1832 quando separa-se do município de Rio Grande a que pertencia.
> Foi algum tempo durante a Revolução da Província a capital e residência do governo republicano que por Alvará de 16 de abril de 1836 a elevou a cathegoria de cidade com a denominação de muito leal e patriótica, prerrogativa que gozou até a pacificação em 1º de março de 1845 (Livro de Correspondências da Câmara da Vila de Piratiny, p.15).

Assim, dada sua posição estratégica, o relevo acidentado da Serra dos Tapes, que transformava a região em uma fortaleza natural e o calor com que seus habitantes receberam o movimento, Piratini foi escolhida para centro das operações de uma revolução que se estenderia por dez anos e que ficou conhecida como "Revolução Farroupilha" [18].

Então, desde a ocupação da Vila de Piratini pelos farrapos[19], as gloriosas lutas, a proclamação da República Rio-grandense, a escolha de Piratini para capital da República, a elevação da vila à categoria de cidade até o acordo de paz assinado em Ponche Verde, Piratini passou por momentos que foram e ainda são motivo de orgulho de seus moradores.

No entanto, após o término da Revolução Farroupilha, Piratini foi alvo de represálias por parte do Governo Imperial e, como legado da guerra, áreas de seu território foram sendo desmembradas para a criação de novos municípios como Bagé (1846), Canguçu (1857) e Cacimbinhas (1878), conforme aponta Almeida (1997, p. 80):

> Piratinim, como centro irradiador e operacional do movimento republicano, passou a sofrer as mais duras represálias do Governo Imperial da Província. Como preço pela rebeldia ao Governo do Império, por ato de 1º de março de 1845, é a Cidade rebaixada à categoria de Vila e, por esse Ato ficou assinalado na História o declínio do outrora próspero município. Com seus rebanhos completamente dizimados, as lavouras abandonadas pelos filhos chamados à luta, um outro tributo lhe foi exigido pela ousadia do sonho de Liberdade que acalentou: a retaliação de seu território, o abandono, a discriminação no retorno de recursos por parte de um governo excessivamente centralizador, a perseguição política, que os sucessivos Governos provinciais lhe impuseram através dos tempos. Áreas de seu território foram sendo desmembradas para criação de novos municípios, e enquanto as novas comunidades cresciam e se desenvolviam sob o beneplácito e apoio dos Governos da Província, Piratinim jazia, estagnada,

---

[18] Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos são os nomes pelos quais ficou conhecido o movimento de caráter republicano, contra o Governo Imperial do Brasil, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul e que resultou na declaração de independência da província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense. A revolta que eclodiu em 20 de setembro de 1835 e durou até 1845, originalmente não tinha caráter separatista, seria sim uma manifestação política dos senhores de terras e de gado gaúchos contra a dominação econômica que a oligarquia do centro do país buscava impor sobre as províncias da monarquia brasileira. Maiores apontamentos em PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Farroupilha. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

[19] Embora exista uma versão popular que a denominação "farrapos" ou "farroupilhas" se deva a forma como os rio-grandenses se apresentavam nas lutas contra o Império do Brasil, ou seja, os soldados, na sua maioria peões de estância e negros, lutavam maltrapilhos, com vestes esfarrapadas e usavam garruchas, adagas, trabucos, pistolas, espadas e lanças; uma outra versão propõe que essa denominação é anterior à Revolução Farroupilha e era utilizada para designar os grupos liberais de ideias exaltadas.

> discriminada, em completo abandono, até mesmo após a implantação da República no Brasil – por tradição ou vício.

Embora, para o pesquisador em questão, estejam claros os motivos pelos quais Piratini passou por um período de declínio e estagnação, para Amaral (1993, p.63-64), não apenas o descaso governamental, mas também a estrutura fundiária foram fatores preponderantes nesse processo. A autora explica que, até a segunda metade do século XIX, os povoadores de Piratini desenvolveram intensamente o cultivo do trigo. Com o tempo, a economia da região passou a sustentar-se na criação extensiva e não houve interesse do governo municipal em favorecer a vinda de imigrantes que poderiam ter trazido diversificação econômica para a região. Faz menção a uma correspondência emitida pela Câmara de Vereadores à Diretoria da Sociedade Central de Imigração que consta no Livro de Correspondências da Câmara da Vila de Piratiny, já citado neste trabalho. O texto da correspondência confirma tal fato:

> Paço da Câmara Municipal da Villa de Piratiny, 31 de março de 1884 – A Câmara Municipal da Villa de Piratiny da Província do Rio Grande do Sul, tem a honra de informar a essa Directoria:
> 1º - Não há terras devolutas neste município. 2º - Não tem esta municipalidade patrimônio algum. 3º - Precisa este município de officiaes, artistas, industriais e operários, mas nenhumas vantagens lhes serão propostas, visto com não há conveniência em contrata-los. 4º - Não tem este município terras particulares que possão ser adquiridas com pouco dispêndio para a imigração porque as mais baratas e apropriadas não se obtem atualmente por menos de vinte mil réis cada braça de légua. 5º - Nenhuma nacionalidade predominantemente de estrangeiros existe neste município, cuja pequena população é nacional em quase sua totalidade. José Bernardo Gomes de Freitas, Presidente. João Severo D'Ávila, Secretário (Livro de Correspondências da Câmara da Vila de Piratiny, p.99-100. In: AMARAL, Giana Lange do. O Negro no Contexto Social da Primeira Capital Farroupilha. Revista da UCPel, Pelotas, vol.3, n.2, 1999, p.61 a 71).

A respeito das considerações dos dois pesquisadores, não distintas, mas complementares, o que cabe destacar é que, de fato, o município de Piratini passou por um período de estagnação que, por sua posição geográfica[20] e conservadorismo nas práticas agropecuárias, se observa ainda hoje.

---

[20] O município de Piratini está localizado na área denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul. A Metade Sul é um território de aproximadamente 154.099 km² com 105 municípios que fazem fronteira com o Uruguai e a Argentina e caracterizam-se economicamente pela atividade primária, a qual está alicerçada na pecuária de corte, na criação de ovinos, na pecuária leiteira e na criação de equinos. A existência de latifúndios, o pouco empreendedorismo e o grande conservadorismo dos agropecuaristas são fatores determinantes da estagnação da região. Programas de desenvolvimento regional, em âmbito nacional estão sendo implantados a fim de buscar alternativas para melhorar a rentabilidade e o sistema produtivo dessa região.

Atualmente, o município tem 220 anos, uma extensão territorial de 3.562,5 km^2 e 20.225 habitantes[21]. Porém, são poucas as oportunidades de emprego e renda que atraiam a fixação econômica dos jovens na cidade ou no campo.

Historicamente o município tem sua economia baseada na agropecuária. Na agricultura, sobressaem-se produções de milho, feijão, arroz, soja, fumo, azevem, figo, cevada. Destacam-se ainda a produção de pêssego; plantações e estufas para secar fumo; secagem e armazenagem de grãos. Na pecuária é desenvolvida a criação de bovinos, ovinos, eqüinos e suínos.

Dividido em cinco distritos e com extensão territorial grande, o município é caracterizado por propriedades rurais com enormes áreas que, num passado recente eram ociosas e subutilizadas pela agropecuária. Muitas dessas áreas, que se encontravam à espera de valorização foram vendidas à empresas de beneficiamento de madeiras florestadas como o pinus, a acácia e o eucalipto. Em Piratini existem em torno de 16 empresas desse gênero instaladas.

Essa subutilização de terras também determinou o loteamento para assentamento de famílias integrantes do Movimento dos Sem Terra. Existem 17 assentamentos com mais de 600 famílias assentadas. Assim, diante das alterações ocorridas no município, atualmente a economia está baseada no beneficiamento oriundo da silvicultura e nos empregos oferecidos pelas empresas de beneficiamento de madeiras, ficando a agropecuária para segundo plano.

A cidade é banhada pelos rios Camaquã e Piratini e por um grande número de arroios. Limita-se com municípios que apresentam características semelhantes com Piratini: ao norte com Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul; ao Sul com os municípios de Herval e Pedro Osório; ao Leste, com Canguçu e Cerrito e a oeste com Pinheiro Machado. Está distante 100 km de Pelotas e 349 km de Porto Alegre.

Contudo, a cidade de Piratini tem um sítio histórico considerado dos mais completos e homogêneos do Rio Grande do Sul e sua importância está diretamente ligada a Revolução Farroupilha que seu patrimônio evoca. A cidade entrou para a história como capital da República Rio-grandense, por isso é um município onde o tradicionalismo gaúcho é forte, salientando-se a realização anual da Semana Farroupilha, declarada Patrimônio Cultural do estado, através da Lei n. 12.919/08, de 07 de abril de 2008.

---

[21] Dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Piratini tem vários pontos turísticos e históricos, com construções que remontam o início de sua povoação, onde destaco o acervo de 15 bens imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE e 3 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o que garante ao município um enorme potencial turístico.

No que se refere à Educação Básica, existem escolas municipais e estaduais que oferecem o Ensino Fundamental, tanto na cidade como na zona rural. Uma delas, na cidade, proporciona ensino técnico agropecuário. Com relação ao Ensino Médio existe uma escola rural pequena e, na cidade, o Instituto Estadual de Educação Ponche Verde.

Como resultado da universalização do ensino, há a oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação em nível de Especialização, através das extensões universitárias, o que facilita em muito a complementação dos estudos àqueles que teriam dificuldades de deslocamento até Pelotas, cidade mais próxima com Universidades e Faculdades. Os cursos de graduação são oferecidos pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL e pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci de Santa Catarina – UNIASSELVI/SC e os cursos de Pós-graduação pela Universidade Regional da Campanha – URCAMP, de Bagé e pela SESUSC/SC.

3.2 A emergência de uma instituição escolar

Até o ano de 1925 funcionava no município de Piratini uma escola somente para meninos dirigida pelo professor José Zeferino da Silveira[22]. Para as meninas, existia uma escola dirigida pela professora Inácia Machado da Silveira que, segundo depoimentos informais, funcionava em sua residência.

Em janeiro de 1926, segundo Decreto nº. 3.603, o então Governador Antônio Augusto Borges de Medeiros, institui um Grupo Escolar[23] na Vila de Piratini,

---

[22] Esta escola, criada em 1837 por Domingos José de Almeida foi a primeira escola pública de Piratini e da República Rio-grandense. A aula funcionava em uma das dependências cedidas por Manoel Gonçalves Meireles, em sua residência, onde também se localizava, na parte superior, o Ministério da Guerra. Atualmente, esse prédio abriga o Museu Histórico Farroupilha. A existência dessa escola foi descrita pelo Sr. Davi Almeida em seu livro *História do município de Piratini: roteiro histórico e sentimental* (1997). No entanto, não foram encontradas maiores informações sobre essa Instituição, nem ao menos o nome foi revelado ao leitor.

[23] Os Grupos Escolares, referenciados no Decreto Estadual nº. 3.898, de 1927, caracterizam-se por funcionar em um só prédio, no qual trabalhavam três ou mais professores, sob direção comum. Nos grupos escolares eram adotados o *regimen* e os métodos de ensino dos colégios elementares

atendendo a reiterados pedidos sobre a necessidade de um centro de instrução primária para ambos os sexos. Esse grupo escolar, denominado **Grupo Escolar da Villa de Piratiny** se constituiu no primeiro referencial de Ensino Público Estadual na localidade e, inicialmente funcionou no prédio denominado *Antiga Casa Fabião,* que hoje abriga o Sindicato dos Empregadores Rurais de Piratini.

Figura 01 - Antiga Casa Fabião. Fonte: Acervo de Mara Tunes

Sem prédio próprio, o corpo docente do grupo escolar era assim constituído: Diretor, Sr. Manoel Martino Mano, professor de terceira entrância; Sr. José Zeferino da Silva, professor de primeira entrância; Dona Filomena Albia e Dona Maria do Rosário Morceu, Auxiliares de Ensino. No primeiro ano de existência, a escola recebeu a matrícula de 129 alunos, sendo que 73 eram do sexo masculino e 56 do sexo feminino[24].

(tinham seu curso dividido em três séries: inferior, média e superior, devendo dar aos alunos orientação para a vida urbana e rural). Os grupos escolares poderiam ser elevados à categoria de Colégio quando a sua frequência superasse 200 alunos. Posteriormente, de acordo com o Art. 28 da Lei Orgânica do Ensino Primário (Lei nº. 8.529/46), seriam assim designados os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos: I. Escola isolada (E.I.), quando possuía uma só turma de alunos, entregue a um só docente; II. Escolas reunidas (E.R.), quando houvesse de duas a quatro turmas de alunos e número correspondente de professores; III. Grupo escolar (G.E.), quando possuísse cinco ou mais turmas de alunos e número igual ou superior de docentes; IV. Escola supletiva (E.S.), quando ministrasse ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores. O Art. 29 da mesma Lei menciona, dentre outros aspectos que os grupos escolares poderiam ministrar o curso elementar e o curso complementar.

[24] Informação retirada do *Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ponche Verde*, ano de 1995.

Cabe aqui observar que o fato da maioria dos alunos matriculados serem do sexo masculino foi consequência de uma proeminente visão do século anterior pautada nos discursos sexistas que instituíam papéis sociais diferenciados para homens e mulheres. Segundo Peres (1998) “o discurso sexista colocou homens e mulheres como indivíduos complementares: a esfera doméstica feminina a serviço de uma sociedade masculina progressiva” (p. 13-14). Assim, cabia às mulheres o espaço doméstico e aos homens eram reservadas as atividades administrativas e políticas e a quem cabia, certamente, a escolarização[25].

De acordo com o *Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ponche Verde* (1995), a notícia de criação do Grupo Escolar foi amplamente divulgada nos meios de comunicação locais e da região como mostra, por exemplo, o trecho abaixo descrito[26].

> O benemérito Governo do estado atendendo a reiteradas ponderações sobre a necessidade da criação de um centro instrução primária na sede do nosso município, deu uma solução a contento ao magno assunto, resolvendo criar um Grupo Escolar e providenciando solicitamente para sua pronta organização.
> É repleto de júbilo que venho trazer-vos a boa nova de já estar funcionando em vistoso, higiênico e cômodo prédio à Rua Bento Gonçalves, esquina da rua Comendador Freitas, com frente para a praça da República, o Grupo Escolar, cujos trabalhos tiveram início em 29 de julho do corrente ano. Está de parabéns a população do município, mormente da campanha, que terá agora com facilidade o proveito de mandar ensinar as crianças, livrando-as do analfabetismo habitual, tendo sido essa magnífica iniciativa indicadora do progresso da nossa terra, recebida com os mais encomiásticos aplausos pelas famílias residentes nesta Villa.

Assim, o Grupo Escolar foi instituído como a possibilidade de diminuir os índices de analfabetismo do município, mas também com vistas ao desenvolvimento e progresso da Vila de Piratini.

---

[25] Vários estudos fazem reflexões nesse sentido. Como exemplo, Perrot (1988), evidencia o discurso naturalista e essencialista que predominava no século XIX ao abordar as diferenças determinadas aos sexos: “É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (p.177). No século XIX existiam restrições, inclusive quanto à matrícula de meninas nas escolas, visto que sua capacidade de raciocínio era duvidosa.

[26] Apesar de ser percebido que se trata de um recorte de jornal, não consta título, local e data de publicação.

3.3 Do Grupo Escolar da Villa de Piratiny ao Instituto Estadual de Educação Ponche Verde: uma instituição em movimento

De acordo com Dutra (2008, p. 158-159) em 1934, o município passava por uma “fase bastante conturbada” politicamente, marcada pela renúncia de dois prefeitos, num período de quatro anos e vários homicídios. Tornando a situação ainda mais complicada, durante a revisão territorial do Rio Grande do Sul, surgiu uma questão com o vizinho município de Cacimbinhas[27] com quem era disputada uma faixa de 520 Km^2 de excelentes terras com ótimos campos para a criação. Perdida a faixa de terras para o atual município de Pinheiro Machado o Intendente da época, Sr. Egydio Costa da Rosa, renunciou ao cargo agravando ainda mais a crise política que assolava o município. Com a saída do Sr. Egydio Rosa assumiu o cargo o Cel. Edmundo Ussuoski e o Governo Estadual ressarciu o município de Piratini com uma quantia em dinheiro pelas terras que deixaram de fazer parte de sua delimitação territorial.

Nesse conturbado cenário, foi construído o prédio próprio para o Grupo Escolar da Vila, que há dez anos funcionava em espaço cedido pelo município. O novo prédio foi erguido em um terreno municipal, que somente passou a pertencer ao estado posteriormente, através do artigo primeiro da Lei Municipal nº. 163, de 25 de novembro de 1966. O referido artigo encontra-se assim redigido:

> Art. 1º - O Poder Executivo é autorizado a alienar, por doação, ao Estado do Rio Grande do Sul, um terreno com área de 5.624m^2, situado na cidade, com 75 metros pela Avenida Gomes Jardim, 77 metros pela Rua Sete de setembro, 74 metros pela Rua General Canabarro e 75 metros pela Rua João de Deus Valente. No artigo seguinte, consta: Art. 2º - O terreno do mencionado artigo 1º desta Lei é no qual se acha construído o edifício em que funcionam a Escola Normal Ginasial Ponche Verde e o Ginásio Estadual Rui Ramos, que se acham dentro dos limites urbanos, constantes do Plano Diretor, aprovado pelas Leis Municipais nº. 13 e nº. 217 de 18/11/52 e 23/09/59, respectivamente e atualmente em vigor[28].

---

[27] Atual município de Pinheiro Machado que se limita a leste com Piratini e, com base no censo de 2007 tem uma população de 12.939 habitantes.

[28] O registro da Lei Municipal nº. 163, de 25 fevereiro de 1966 foi encontrado no *Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º graus Ponche Verde*, do ano 1995.

Figura 02 - Prédio próprio da escola - 1936. Fonte: Acervo da escola.

Ao que tudo indica, o prédio foi construído tendo em vista os projetos de ampliação das escolas previstos pelo Governo de Vargas (1930 – 1945), visando às políticas da posterior nacionalização do ensino, que pouco a pouco se instalavam no Brasil.

Segundo versões existentes na cultura oral da cidade, após a construção do prédio, moradores e autoridades locais manifestaram críticas ao imponente prédio construído em meio a algumas casas da Vila, ou seja, uma estrutura capaz de comportar mais estudantes do que todos os moradores da Vila de Piratini. A imagem acima enfatiza essa discrepância existente entre a capacidade do prédio e o número de moradores da Vila, na época. Segundo relato oral da historiadora Iracema Dutra, sobre essas críticas, o Intendente da época, assim se pronunciava*:* "Esse prédio ainda será pequeno para Piratini" (IRACEMA FERREIRA DUTRA, 14/05/2008).

Recentemente em entrevista concedida a uma das autoras do livro "Memórias de Alfabetização" o poeta, declamador, advogado e vereador em Piratini, Juarez Machado de Farias narra suas lembranças da Escola Ponche Verde contando que:

> Em 1984, eu cheguei para meu primeiro dia de aula da Escola Estadual de 1º e 2º graus Ponche Verde. Ora, eu, guri interiorano, nas poucas vezes que ia à cidade, namorava aquele prédio grande, de dois andares que parecia sempre tão longe de mim, afinal naquele tempo a distância cultural entre cidade e campo era muito grande... (LIMA, 2007, p. 227).

Enfim, em 1936 o Grupo Escolar começa então a funcionar em prédio próprio, sob o nome de **Grupo Escolar Ponche Verde**. Sua inauguração foi concomitante às

comemorações ao centenário da Revolução Farroupilha e se apresentou como um marco histórico no município.

No novo prédio, acima da porta da entrada principal da escola, o seu lema é visivelmente apresentado: *Labor omnia vincit*, como é possível observar na imagem a seguir apresentada.

Figura 03 - Porta de entrada da escola – Ano 2009. Fonte: Acervo Mara Tunes

Traduzida, a expressão latina significa *Trabalho tudo vence* e localizada na entrada da escola, denota as relação existentes entre o trabalho e a escolarização, conforme os preceitos da época: se por um lado, para ter acesso ao trabalho era necessária a educação formal; por outro, a escola, sob os signos do trabalho, da disciplina e do asseio era fundamental para o alcance do almejado desenvolvimento. Este pensamento está de acordo com o panorama político e social que se apresentava no país e no estado, nas primeiras décadas do século passado.

Segundo o Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ponche Verde (1995), em 1947 foi criado o Ginásio Estadual na cidade de Piratini, que foi

classificado em primeira entrância[29] e passou a funcionar no Grupo Escolar Ponche Verde.

Outro acontecimento histórico da escola, que teve uma particular importância na época para a cidade e para a região e, hoje continua sendo uma referência da escola refere-se à criação do curso de formação docente, inicialmente curso para formar professoras normalistas[30]. Isto aconteceu através do Decreto nº. 3.885 publicado no dia primeiro de abril de 1953, quando Piratini ainda estava sob a coordenação da Delegacia de Educação de Bagé. No ano seguinte, 1954, como um indicativo de um novo momento, a escola mudou de nome e passou a se chamar **Escola Normal Regional Ponche Verde**. A cerimônia que oficializou esta mudança aconteceu em 20 de março 1954 e dela fizeram parte o Secretário de Estado de Educação e Cultura do Estado, Dr. José Mariano Beck, juntamente com os chefes de Gabinete, o Deputado Estadual Osmar da Rocha Grafulha, a Delegada do Ensino Primário, Maria Rossel, entre outras autoridades. Noticia o Jornal que as autoridades e parlamentares foram recebidos pelo prefeito da cidade, Alfredo Freitas da Cruz, e pela comunidade local em cerimônia bastante pomposa em que foi servido um banquete, abrilhantado por um espetáculo musical de jazz, na Sociedade Recreio Piratiniense. Tal evento indica a importância que a referida escola tinha, também, no âmbito Estadual[31].

Na mesma matéria jornalística é salientado o discurso da Senhorita Nayr Tosini, Diretora da Escola Normal Regional, a qual ressalta que o estabelecimento já possuía elevado número de alunos de ambos os sexos e de diversas localidades, sendo que os mesmos do município são, na sua maioria, do interior.

Com o funcionamento na nova modalidade escolar, a antiga escola primária do Grupo Escolar passou a denominar-se “Escola Primária da Escola Normal Regional Ponche Verde”.

---

[29] A partir de um Regulamento da Instrução Pública, Decreto nº. 3.898/1927, os Colégios foram classificados em 1ª, 2ª e 3ª entrância conforme características de matrícula e corpo docente. Seriam então de 1ª entrância os colégios com matrículas de número inferior a 300 alunos e o corpo docente, juntamente com o Diretor, constituído de até cinco professores.

[30] Em 1954 o curso de formação docente iniciou com a denominação de Normal Regional. Em 1972, passou a Curso Normal Ginasial. Logo depois, em 1974, Curso Normal Colegial (Decreto nº. 22.975, de 18/01/1974). A partir de 1975, Habilitação para o Magistério (Parecer nº. 128/75 do Conselho Estadual de Educação) e, após a LDB, Lei nº. 9.394/96, o Curso voltou a denominar-se Curso Normal, mantendo-se assim até os dias atuais.

[31] Recorte de Jornal, de 1954, sem identificação do local do periódico e do dia e mês da publicação, sobre os atos de inauguração, encontrado na pasta de documentos da Escola, denominada *Dados da Escola.*

Figura 04 - Normalistas – Década de 1950. Fonte: Acervo da escola

Posteriormente, na década de 1960, a escola teve seu prédio ampliado com a construção do anexo que, então passou a funcionar como Escola de Aplicação para as Normalistas. A seguir, a ilustração do prédio construído, em frente ao prédio principal, no mesmo terreno.

Figura 05 - Prédio anexo ao Instituto Estadual de Educação Ponche Verde – Ano 2006.
Fonte: Acervo Mara Tunes.

Em outubro de 1972, o curso Normal Regional foi transformado em Curso Colegial que iniciou com uma matrícula de 70 alunos e a Escola mudou de nome

mais uma vez, agora ela passou a se chamar **Colégio Estadual Ponche Verde**. Três anos mais tarde foi implantada a reforma do 2º grau e autorizadas as Habilitações de Magistério, Técnico em Contabilidade e Agente da Defesa Sanitária.

No ano de 1978, ocorreram novas mudanças no âmbito da educação estadual e federal; mudanças estas que atingiram também Piratini. Como isso, o antigo Colégio Estadual Ponche Verde, passou a ser **Escola Estadual de 1º e 2º graus Ponche Verde.**

Posteriormente, mais especificamente em 20 de abril do ano 2000, através da Resolução CEED 253/2000 a Escola muda de nome mais uma vez, passando a denominar-se **Instituto Estadual de Educação Ponche Verde**, nomenclatura esta que permanece ainda hoje.

No ano 2010 a escola recebeu a matrícula de 1.293 alunos[32] das zonas rural e urbana do município, distribuídos na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso Normal, Aproveitamento de Estudos do Ensino Médio, Curso Técnico em Contabilidade e Educação de Jovens e Adultos.

A Escola funciona em três turnos, sendo regida por uma Diretora, três vice-diretoras, Equipe de Coordenação Pedagógica, Equipe de Secretaria, Orientação Educacional e uma Assistente Administrativa. Conta ainda com Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil Bento Gonçalves e um Centro de Tradições Gaúchas “Raízes Nativas”. Hoje atuam na escola 69 professores e 15 funcionários[33].

O Instituto Estadual de Educação Ponche Verde é a única escola que oferece Ensino Médio na cidade o que, na maioria das vezes, decorre em salas de aulas com um número bastante elevado de alunos nesta modalidade de ensino.

No transcurso de mais de oito décadas, a Ponche Verde apresenta uma trajetória histórica educacional e social marcada pela crescente implantação de novos cursos e, principalmente pela consolidação do tradicional Curso de Formação de Professores, atualmente Curso Normal. De 1954 até os dias atuais a Ponche Verde é a única escola de formação de professores no município cumprindo, portanto, um importante papel na história da educação local.

---

[32] Informações obtidas na Secretaria da Escola.

[33] Dados obtidos através da Assistente administrativa, responsável pelos Recursos Humanos da escola.

Atendendo aos objetivos deste estudo, a seguir, dedico-me a registrar e analisar fatos e acontecimentos que fazem parte das memórias do curso de formação de professores, em especial o Curso Normal Regional que foi criado em 1953, entrou em funcionamento no ano seguinte e até o ano de 1975 formou Regentes do Ensino Primário.

A análise priorizou as aulas de Educação Física que eram ministradas na Escola Normal Regional "Ponche Verde", tanto no curso Normal Regional, como na Escola Primária. Para a construção deste capítulo utilizei leis, decretos, atas, relatórios, cartas manuscritas, diários escolares, recortes de jornais, pastas com fichas de matrícula dos normalistas, documentos das alunas normalistas, fontes imagéticas e depoimentos orais de antigos membros da comunidade escolar.

A discussão da Educação Física no curso Normal Regional e no Ensino Primário foi feita a partir do entrecruzamento das *evidências*[34] obtidas através das Atas de Exames de Educação Física, de 1954 a 1972, com a recolha feita através das entrevistas[35], além de outros depoimentos informais. As depoentes tiveram relação com a escola no mesmo período: uma aluna do Curso Primário em 1954 e 1955 e do Curso Normal Regional de 1956 a 1959 e a outra, professora de Educação Física das duas Modalidades de Ensino de 1954 a 1956.

De posse deste suporte empírico histórico, de diferente natureza, fiz um exercício acadêmico para construir uma versão das memórias do Curso Normal que além dos macros dados como o número de alunos no curso em diferentes momentos históricos, atentasse também para as sutilezas, para os detalhes que geralmente passam despercebidos ou recebem pouca visibilidade nas versões históricas oficiais das instituições.

---

[34] Thompson (1992) apresenta algumas formas de construir a história a partir das "evidências coletadas". Dentre elas propõe a "análise cruzada" que permite o cruzamento entre fontes orais, escritas e outras.

[35] As entrevistas foram realizadas segundo a metodologia proposta por Paul Thompson. O autor sugere que não existe uma única técnica ou método de entrevistar. Nessa lógica, não se pode estabelecer um roteiro rígido, único, a ser seguido em várias entrevistas, pois em cada uma delas novas informações e conhecimentos são acrescidos. Para o autor, é um processo acumulativo, que resulta da escuta atenta e da reflexão sobre as informações que vão sendo coletadas, e que implicam em novos questionamentos nas entrevistas subsequentes. Assim, nas entrevistas é importante a postura aberta do pesquisador e seu modo de formular as questões em momentos certos o que depende, não somente de sua experiência, mas dos conhecimentos acumulados ao longo do processo da pesquisa. Maiores apontamentos em: THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

4. O Curso de Formação de Professores

"As coisas estão enterradas no fundo do rio da vida.
Na maturidade, no acaso, elas se desprendem
e sobem à tona, como bolhas no ar...".

Iberê Camargo.

As preocupações com o fortalecimento do papel do Estado aparecem desde a segunda metade do século XVIII e, intensificam-se com a Independência do Brasil. Neste contexto, inserem-se aspectos relativos à educação, sendo claras as intenções de secularização do ensino, ou seja, gradativamente, vai passando ao Estado a responsabilidade pela educação. Juntamente com estas, podem ser somadas as finalidades de extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

Sob a chancela do Estado, para o exercício da profissão de professor eram necessárias algumas condições, dentre elas a habilitação. Começa então a tomar forma uma nova categoria de trabalho: a *funcionarização* do professor[36] e, para tanto eram necessárias instituições formadoras. Assim, a partir do Ato Adicional 1834, que reformou a Constituição do Império (1824), foram criadas as Escolas Normais e "o velho mestre-escola dá lugar ao novo professor" (NÓVOA, 1991, p.124).

No entanto, com o deslocamento do campo religioso para o laico e estatal, o estatuto do professor passou por uma série de indefinições referentes ao seu papel social. A partir da segunda metade do século XIX as ambiguidades por que passava

[36] Não há neste trabalho a intenção de aprofundar reflexões sobre a profissão docente, no entanto vários autores tratam desse tema, inclusive com variações de terminalidades. Cito como exemplo Antônio Nóvoa que discute a gênese da profissão docente em: NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Teoria & Educação, n.4, p.109-139, 1991.

a profissão docente ficaram mais evidentes. Nesse período, construiu-se uma imagem intermediária dos professores:

> não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm uma influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia[...] (NÓVOA, 1995, p. 18).

Até então, no panorama educacional brasileiro não se percebia projetos consistentes visando à ampliação da escolaridade elementar, tão pouco propostas de qualificação do professor e o ensino se caracterizava pela existência de professores improvisados, sem formação específica e mal remunerados. As Escolas Normais começaram a aparecer a partir da terceira década do século XIX. Em 1835 em Niterói, em 1836 na Bahia, em 1845 no Ceará e, em 1846 em São Paulo.

Mais de um século depois, os anos 1950 se constituíram em uma época reconhecida no cenário mundial como “era de ouro”, em virtude das grandes transformações advindas da segunda guerra mundial que acarretaram um surto de desenvolvimento que se expandiu por toda a parte do mundo e provocou profundas mudanças econômicas, políticas e sociais.

No Brasil, emergiam tentativas de flexibilização das estruturas rígidas do Estado Novo e de redemocratização do país. O Brasil assumia, então, um caráter populista-desenvolvimentista de grande movimentação política e de organização popular e a educação foi colocada com uma das principais demandas da população, conforme destacado na Constituição de 1946. Nesse cenário, segundo Tanuri (2000), observou-se um surto de crescimento das Escolas Normais no país, tendo em vista o aumento da demanda de professores na instrução primária originada pela expansão da rede escolar decorrente da política desenvolvimentista que ora se instalara.

No Rio Grande do Sul não foi diferente, várias Escolas Normais foram criadas e, juntamente com mais cinco Escolas Normais de 1º grau o então Governador do estado, Ernesto Dornelles, através do Decreto nº. 3.385, de 1º de abril de 1953 criou a Escola Normal[37] no Grupo Escolar Ponche Verde.

---

[37] No referido Decreto também consta a criação de Escolas Normais de 1º grau nas cidades de Soledade, Guaporé, São Francisco de Paula e Santa Rosa. A redação original do Decreto foi encontrada em um recorte de jornal na pasta “Dados da Escola”.

4.1 O Curso Normal Regional

No ano seguinte ao decreto de criação, mais especificamente em 5 de março de 1954, com direito à presença do Secretário Estadual de Educação e Cultura, o Grupo Escolar Ponche Verde inaugurou um momento singular na educação de Piratini e dos municípios vizinhos, com a implantação do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário, o Curso Normal de 1º grau de Piratini. A escola passou então a ser conhecida como Escola Normal Regional "Ponche Verde".

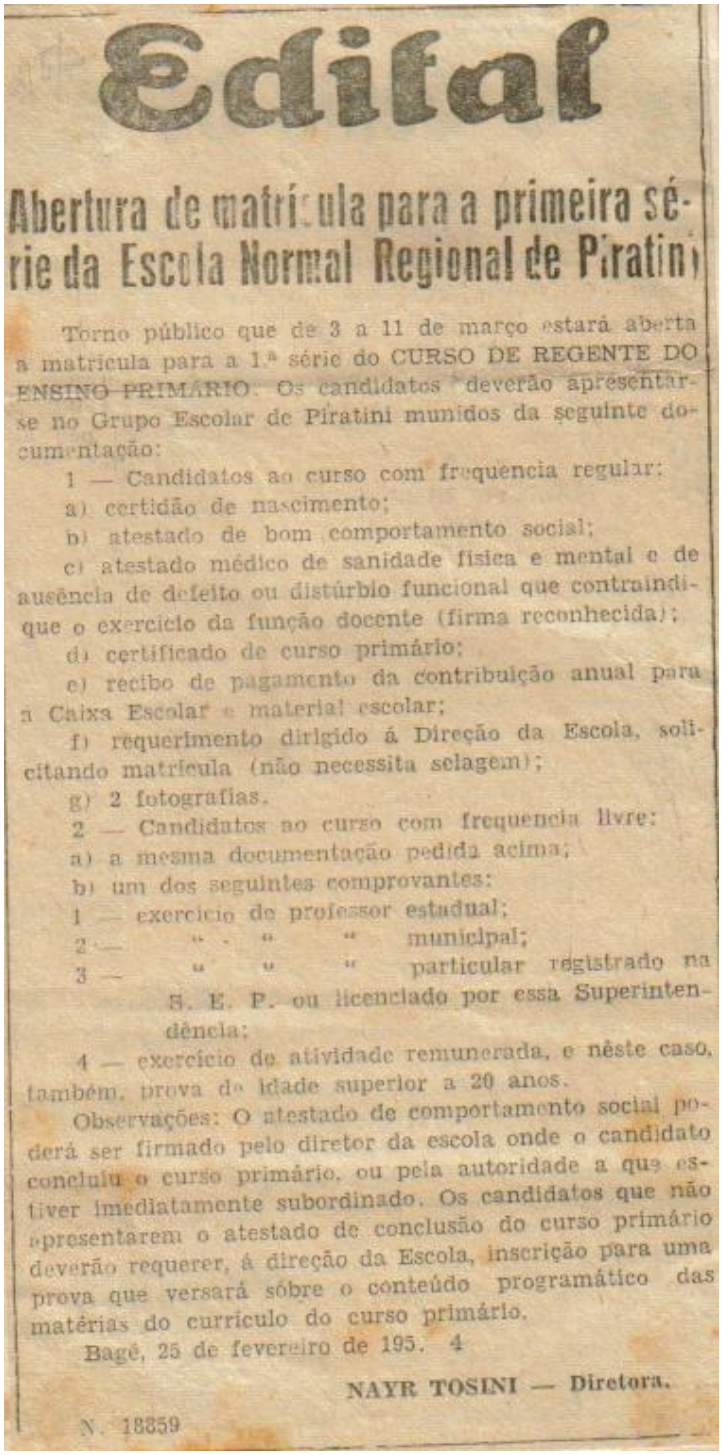
Com relação aos aspectos legais que embasam o referido decreto, destaco a Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº. 8.530 de 1946, que previa dois ciclos desta modalidade de ensino: o primeiro ciclo seria o curso de Regentes do Ensino Primário (em quatro anos e destinado àqueles que concluíam o ensino primário) e o segundo, o Curso de Formação de Professores Primários (em três anos e destinado a quem tivesse concluído o Curso Ginasial). O Curso criado em Piratini se referia ao primeiro caso.

Além disso, o mesmo decreto no seu art. 4º prevê três tipos de estabelecimentos de ensino normal: curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação. Os Cursos Normais Regionais, caso do curso implantado em Piratini, eram destinados a ministrar o primeiro ciclo do Ensino Normal e formaria, então, os Regentes do Ensino Primário. As Escolas Normais ministrariam o segundo ciclo do Ensino Normal e Ginasial Secundário e os Institutos de Educação, além de oferecer o Curso Normal, deveriam ministrar especialização do Magistério e habilitação para Administração Escolar.

Com o objetivo de prever a organização e o funcionamento, ou seja, as finalidades, a estrutura, os programas, os planos de estudos, o corpo docente e os direitos e deveres dos alunos das Escolas Normais de 1º grau, no Estado do Rio Grande do Sul foi aprovado o Decreto nº. 3.030, em 16 de maio de 1952.

4.2 Quem poderia ser Normalista?

O *Edital de Abertura de matrícula para a primeira série da Escola Normal Regional de Piratini*, publicado em 25 de fevereiro de 1954, indica um perfil já desenhado, de quem poderia ser Regente do Ensino Primário.



Edital

Abertura de matrícula para a primeira série da Escola Normal Regional de Piratini

Torno público que de 3 a 11 de março estará aberta a matrícula para a 1.ª série do CURSO DE REGENTE DO ENSINO PRIMÁRIO. Os candidatos deverão apresentar-se no Grupo Escolar de Piratini munidos da seguinte documentação:

1 — Candidatos ao curso com frequencia regular:

a) certidão de nascimento;

b) atestado de bom comportamento social;

c) atestado médico de sanidade física e mental e de ausência de defeito ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente (firma reconhecida);

d) certificado de curso primário;

e) recibo de pagamento da contribuição anual para a Caixa Escolar e material escolar;

f) requerimento dirigido á Direção da Escola, solicitando matrícula (não necessita selagem);

g) 2 fotografias.

2 — Candidatos ao curso com frequencia livre:

a) a mesma documentação pedida acima;

b) um dos seguintes comprovantes:

1 — exercício de professor estadual;

2 — " " " municipal;

3 — " " " particular registrado na S. E. P. ou licenciado por essa Superintendência;

4 — exercício de atividade remunerada, e nêste caso, também, prova de idade superior a 20 anos.

Observações: O atestado de comportamento social poderá ser firmado pelo diretor da escola onde o candidato concluiu o curso primário, ou pela autoridade a que estiver imediatamente subordinado. Os candidatos que não apresentarem o atestado de conclusão do curso primário deverão requerer, á direção da Escola, inscrição para uma prova que versará sôbre o conteúdo programático das matérias do curriculo do curso primário.

Bagé, 25 de fevereiro de 195. 4

NAYR TOSINI — Diretora.

N. 18359

Figura 06 - Edital de abertura de matrícula para a Escola Normal Regional.
Fonte: Pasta Dados da Escola

No referido edital constam certas exigências que estavam de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº. 8.530/46 (Capítulo III. Dos alunos e da admissão aos cursos). Com relação aos itens exigidos no edital, o art. 20 se apresenta da seguinte forma:

> Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições: a) qualidade de brasileiro; b)

> sanidade física e mental; c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função docente; d) bom comportamento social; e) habilitação nos exames de admissão.

No entanto, há disparidade apenas no quesito idade: enquanto que no edital a referência à idade é feita somente aos candidatos ao curso com frequência livre, no art. 21 da referida Lei consta que "para inscrição nos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos".

No edital é feita referência à realização de uma prova de admissão aos candidatos que não apresentassem atestado de conclusão do Curso Primário. Segundo depoimento informal da Sra. Neli da Silva Hackart (21/11/2009), esse item trazia a seguinte significação: quando o aluno ou aluna concluía o 4º ano do Ensino Primário[38] e desejava cursar o Normal Regional, prestava o exame de admissão que incluía Língua Portuguesa, Matemática, Composição, Voz e Dicção e Estudos Sociais. Confirmando o domínio do conteúdo, ele ou ela poderia realizar a matrícula no curso desejado, sem necessariamente apresentar atestado escolar. Se não fosse aprovado(a) no exame de admissão deveria cursar o 5º ano, concluindo assim o Ensino Primário e, portanto adquirindo o atestado de conclusão.

A Escola Ponche Verde mantém até a atualidade as fichas de matrículas de todos os alunos e alunas desde a primeira turma do curso de formação de professores, contendo toda a documentação acima referida, bem como o recibo de pagamento de contribuições para a "caixa escolar" e o "material escolar" e as notas das disciplinas ministradas da 1ª a 4ª série.

As fichas de matrícula se apresentam com a seguinte configuração: capa com o timbre "Escola Normal Regional Ponche Verde – Piratini – RS" e os seguintes registros: nome do(a) aluno(a), filiação, data e local de nascimento, local de residência, ano e a série da matrícula no C.F.R.E.P. Na contracapa e no anverso existem os registros das notas das disciplinas das quatro séries do curso, o número de faltas justificadas e não justificadas e as assinaturas da secretária e da diretora. No verso da Ficha, há espaços para serem preenchidos com os dados dos "Exames

---

[38] Os Art. 2º e 3º da Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-Lei nº. 8.529/46 (Capítulo II - Das Categorias do Ensino Primário e de seus Cursos) versam sobre o seguinte: Art. 2º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino: a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos; b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos. Art. 3º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos; o elementar, de quatro anos e o complementar, de um ano.

de 2ª época", no caso do aluno ou aluna não ter atingido a média nos exames regulares. Consta, então, no verso itens a serem preenchidos, se fosse o caso: série; época do exame; disciplina; prova escrita (nota); prova oral (nota) e promoção.

Pude observar, também, que no ato da matrícula e a cada novo ano letivo o(a) aluno(a) deveria assinar um documento requerendo a renovação de matrícula. Como exemplo, o documento encaminhado pela aluna Julema, no ano 1955, encontra-se assim redigido: "Julema da Conceição Meireles, desejando continuar como aluna do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário, vem solicitar de V.S. renovar sua matrícula na segunda série do dito curso, como aluna de freqüência livre." O documento, com texto que era padrão, diferindo apenas no nome e série pretendida, era encaminhado a Diretora da Escola, no caso acima exemplificado, a Srta. Nayr Tosini, primeira diretora da Escola Normal Regional Ponche Verde.

Com relação às comprovações de boa saúde física e mental e de bom comportamento social consta que o *atestado de sanidade física e mental e de ausência de defeito ou distúrbio funcional* era fornecido por médicos (anexo B), enquanto que o *atestado de bom comportamento social* era assinado pela Direção da Instituição Escolar em que o candidato concluiu o Ensino Primário (anexo C) ou por uma autoridade local que tivesse reconhecimento social (anexo D).

Chama atenção ainda, dentre os documentos existentes no interior da Ficha, os recibos das contribuições anuais realizadas (anexo E), conforme o edital de abertura de matrícula. Os valores para a "caixa escolar" e "material escolar" variavam entre Cr$ 35.00, Cr$ 50. 00 e Cr$ 100, 00, possivelmente de acordo com as condições financeiras da aluna. As ex-normalistas depoentes não lembram sobre o pagamento desses valores, sugerem que eram realizados por seus pais, sem ao menos serem informadas sobre os valores.

Além disso, está registrado no *Diário da Escola - 1955 a 1972*, no dia 16 de março de 1955 o seguinte: "Foram os alunos avisados do acréscimo do preço da sopa e da mensalidade. O preço do prato foi aumentado em 0,50 (de 1,00 para 1,50) e a mensalidade em 5,00 (de 20,00 para 25,00)", expressando um outro valor a ser pago pelas normalistas, ou seja, Cr$ 250, 00 anuais, de mensalidade escolar.

Neste mesmo livro, periodicamente, são encontrados apontamentos sobre aquisições com os valores da caixa escolar e da mensalidade escolar. Com essas contribuições eram adquiridos desde livros e materiais de consumo até armários e

outros equipamentos escolares. Sem a intenção de qualquer juízo sobre o destino desses valores ou se eles representavam muito ou pouco para as famílias, o que me cabe é a reflexão sobre a escola que, embora pública, ao cobrar taxas de contribuições não era, necessariamente, gratuita.

No interior da ficha encontra-se ainda um formulário padrão com o nome do(a) aluno(a) e o elenco de documentos por ele(a) entregues (anexo F). Ao que tudo indica, a matrícula só era efetivada se todos os documentos fossem apresentados.

4.3 Algumas sutilezas do Normal Regional

A partir do ano 1954 a Escola Ponche Verde mudou de cara; nela desfilava a primeira turma de normalistas. Elas usavam saia de pregas azul marinho à altura dos joelhos, camisa branca, gravata azul marinho, meias brancas e sapatos pretos[39]. Sem sombra de dúvida o uso do uniforme era imprescindível. Consta no Livro de Atas de Reuniões de Professores (1954 -1972) várias passagens sobre o assunto, como na ata de reunião do dia 30 de abril de 1960 em que a diretora "Fêz um grande apêlo aos professôres sôbre o cumprimento do horário, a disciplina e o uso obrigatório do uniforme" (p.17).

Embora esteja incluído no Art. 26 (Capítulo VI - Das aulas, exercícios e trabalhos complementares) da Lei Orgânica do ensino Normal que "As lições e exercícios são de frequência obrigatória e, bem assim, os trabalhos complementares definidos em regulamento", no edital do Curso Normal Regional da Escola Ponche Verde era permitida a Frequência Livre a quem comprovasse exercício de professor estadual, municipal ou particular, registrado na S.E.P. ou licenciado por essa Superintendência.

No entanto, tal orientação está de acordo com o previsto no Art. 27 do Decreto Estadual nº. 3.030/46 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Normais de 1º grau, bem como com o Decreto Estadual nº. 4.246/53[40] que altera o anterior.

---

[39] Na década de 60 as normalistas usavam um tênis branco ao invés dos sapatos.

[40] De acordo com Art. 1º do referido decreto "os professôres do Estado, contratados, professores municipais ou particulares – registrados no Serviço de Ensino Primário da Superintendência do Ensino Primário – e bem assim pessoas maiores de 20 anos que comprovem exercício de atividade remunerada, terão direito a frequência livre, obrigando-se, entretanto, a realização das provas

Contudo, pelo que consta, a partir da década de 1960 as normalistas foram impedidas de gozar de tal prerrogativa. No ano 1956 foi assinado o decreto nº. 6.899 que revoga os anteriormente mencionados e, com relação ao assunto em questão, a orientação foi a seguinte: "Art. 2º - Os alunos que iniciaram o curso com base nos têrmos do artigo e do decreto ora revogados, têm o direito de concluir os estudos no regime anterior sujeitando-se, porém, à assistência aos cursos especiais que lhes forem destinados, em época a ser determinada pela Secretaria de Educação e Cultura".

Não foram encontrados outros registros de legislações posteriores sobre o assunto anteriormente mencionado.

A separação por sexos e a instituição de papéis diferenciados entre homens e mulheres são historicamente conhecidos. Esse procedimento pode ser observado também na educação formal através das escolas quando, inicialmente, o processo de escolarização passou a ser uma prerrogativa que cabia somente aos homens. À mulher bastava uma formação relacionada às atividades domésticas, tarefas que poderiam ser aprendidas no próprio lar.

Em decorrência disso, o pensamento sexista passou a cristalizar-se, também, nas bases curriculares das escolas[41], ou mesmo das disciplinas separadas para homens e para mulheres. Assim, com a instalação das Escolas Normais, acentuou-se o processo de *feminilização*[42] e de *feminização* do Magistério na instrução primária, embora nos níveis secundário e superior a supremacia masculina tenha se mantido ainda por longo tempo.

Desta forma, nos currículos dos cursos de Formação de Professores, especialmente os do Ensino Primário, que foram os pioneiros[43], aparecem algumas disciplinas que, na época, eram consideradas como especificamente femininas. No caso da Escola Ponche Verde, havia a disciplina de Trabalhos Manuais nos três

---

parciais e finais de todas as disciplinas integrantes do currículo e a apresentação de trabalhos práticos exigidos em Psicologia Educacional, Didática e Prática da Educação Primária, Fundamentos Sociais da Educação e Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região".

[41] Louro (1989) muito bem esclarece essas questões em LOURO, Guacira L. Magistério de primeiro grau: um trabalho de mulher. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 31-39, 1989.

[42] Para maiores apontamentos sobre esse tema ver TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. **História da Educação.** Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel, n. 3, p. 35-58, 1998.

[43] No Art. 8º (Cap. II – Do Curso Primário Complementar) da Lei orgânica do Ensino Primário (Lei nº. 8.529/46) consta o rol de disciplinas a serem ministradas nesse grau de ensino, mas no parágrafo único do artigo diz o seguinte: "Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura".

primeiros anos do curso e Higiene e Puericultura no último ano, conforme demonstrado no Quadro de disciplinas do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário.

Quadro 1 – Disciplinas do Curso Normal Regional

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
História do Brasil	História do Brasil	História Geral	Psicologia Educacional
Geografia do R.G.S.	Geografia do Brasil	Geografia Geral	Didática e Prática da Ed. Primária
Ciências Físicas e Naturais	Ciências Físicas e Naturais	Psicologia Educacional	Fundam. Sociais da Educação
Desenho	Desenho	Didática e Prática da Ed. Primária	Higiene e Puericultura
Trabalhos Manuais e Ativ. Econômicas da Região	Trabalhos Manuais e Ativ. Econômicas da Região	Trabalhos Manuais e Ativ. Econômicas da Região	Educação Física
Música	Música	Desenho	
Educação Física	Iniciação à Ciência da Educação	Iniciação à Ciência da Educação	
	Educação Física	Educação Física	

Fonte: Ficha de matrícula da aluna Ana Maria Damasceno Alvarenga.
Ingresso no C.F.R.E.P. no ano 1955.

Em comparação ao que consta na legislação que normatizava o Ensino Normal, as disciplinas ministradas no Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário de Piratini estavam de acordo com a Lei Federal (Decreto-Lei nº. 8.530/46) ou com o Decreto Estadual (Decreto nº. 3.030/52), salvaguardadas algumas exceções.

Consta no Decreto-Lei nº. 8.530/46, a disciplina “Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas” sem, portanto aparecer no currículo da Ponche Verde. É possível que esta ausência se deva à falta de professores para ministrá-la.

Na Lei Federal aparecem as disciplinas “Desenho e Caligrafia” nos quatro anos de ensino, na escola em questão a disciplina ministrada foi “Desenho” apenas nas três primeiras séries.

As Disciplinas “Canto Orfeônico” e “Educação Física, Recreação e Jogos” estão sugeridas no Art. 4º do Decreto nº. 3.030/52, sem especificação de série. Na Lei Federal, as mesmas nomenclaturas aparecem nas quatro séries de curso. Como pode ser observado no quadro de disciplinas apresentado, equivalendo a estas eram ministradas, respectivamente, as disciplinas “Música” e “Educação Física”. A primeira apenas nos dois primeiros anos de curso, enquanto que a segunda nas quatros séries do Normal Regional. Vale destacar o status conferido à disciplina de Educação Física que, juntamente com Português e Matemática, foi oferecida em três dias semanais, nos quatro anos de curso.

Não são recentes as discussões referentes ao *caráter generalista*, apresentado, historicamente, nos currículos de Cursos de Formação de Professores, ou seja, são contempladas disciplinas de cultura geral em detrimento às de formação específica, ou seja, as disciplinas pedagógicas e de práticas de ensino. O caso do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário da Escola Ponche Verde, parece ter sido diferente, no total do curso foram nove disciplinas de formação geral e cinco de formação específica sendo que destas, “Iniciação a Ciência da Educação” foi ministrada já na segunda série e também na 3ª; “Didática e Prática da Educação Primária” e “Psicologia Educacional”, na 3ª e na 4ª série e “Fundamentos Sociais da Educação” e “Higiene e Puericultura” somente na 4ª série.

Uma incipiente reflexão em torno das questões de gênero me permite dizer que, diferenciando-se do que era observado nos anos iniciais de criação das escolas normais, em que o corpo docente era formado basicamente por professores, conforme o Livro de Atas de Reuniões de Professores (1954 – 1972), na Escola Normal Regional Ponche Verde, os docentes eram, na maioria mulheres. Para a primeira turma de normalistas, ministraram aulas 13 mulheres e 3 homens. São eles: Anaurelina Vianna Padilha, Antonio Júlio Mello, Antônio Mônaco Nunes, Dorotéa Maciel Bueno, Elpídia Souto Biscaino, João Manoel Taddei, Josefa da Silva, Ligia Maria Campos de Farias, Lois Wentzel, Lourdes Silveira da Cruz, Maria Auxiliadora Fontoura de Souza, Marina Maciel Bueno, Mary Torrescasana Silveira, Therezinha de Jesus Alencastro Bueno, Zani Bernardes Scalante, Zoé Moreira Silveira. Embora

não aqui nominados, nas turmas posteriores a 1957, a supremacia feminina também se fez presente.

Um aspecto relevante, que caminha na direção inversa ao número de normalistas nos primeiros anos do curso[44], foi o crescente número de professores que foram se integrando ao Normal Regional. De acordo com as assinaturas da ata da primeira reunião redigida no referido livro, datada de 23 de abril de 1954, nove professores ministravam aulas (LIVRO DA ATAS DE REUNIÕES DE PROFESSORES 1954 - 1972, p.1 - verso), ao passo que, em 1971, ano de ingresso da última turma de Regentes do Ensino Primário, participavam do corpo docente dezessete professores (idem, p. 86).

Outra observação significativa quanto à hegemonia feminina se refere às direções da Escola Normal Regional Ponche Verde. De acordo com o Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º graus Ponche Verde, durante o período de realização do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário, estiveram à frente da coordenação da escola nove mulheres e três homens, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Diretores(as) da Escola Normal Regional "Ponche Verde"

Ano	Nome do Diretor(a)
1954 a 1959	Nayr Tosini
1959	Marina Maciel Bueno
1960	Bonifácia Moreira Brião
1961 a 1962	Eloá Jardim Amaral
1963 a 1964	Pe. Severino Augusto Frizzo
1964 a 1965	Lais Ribeiro
1965 a 1966	Zani Bernardes Scalante
1966 a 1967	Jandir João Zanotelli
1968 a 1969	Oniladi de Maraes Pires
1969 a 1970	Roseli Miriam Greca de Born
1970	Orly Maranini Frota

[44] Conforme análise mais a frente descrita, pelo demonstrado na listagem de formandos do Normal Regional (apêndice A), o número de alunos(as) normalistas nos quatro primeiros anos foi decrescente.

1970 a 1973	Gládis Lange do Amaral

Fonte: Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º graus Ponche Verde.

De acordo com o apêndice A, nos 20 anos de funcionamento do Curso Normal Regional da escola Ponche Verde, 337 normalistas receberam a titulação de Regentes do Ensino Primário o que, certamente, foi bastante significativo para o Magistério da região. Em relação ao gênero, embora a historiografia dos Cursos Normais evidencie o caráter feminino das normalistas, essa mesma listagem revela, pelos nomes, que nesse período 16 homens formaram-se Regentes do Ensino Primário[45] indicando, de certa forma, uma representatividade masculina no curso.

Todavia, a superioridade feminina mais uma vez se fez presente, confirmando então, a transferência das qualidades da mulher, vista como mãe dedicada e cuidadosa, para a educação das crianças e o manejo de classe da educação primária. Sendo esta a única profissão socialmente aceita, praticamente não lhes restava outra alternativa profissional que não fosse a de seguir sua vocação.

Essa supremacia de mulheres: normalistas, na docência e na direção da escola, evidencia um *status* feminino que, segundo Tambara (2002, p. 67), aponta para a feminização do magistério. No entanto, em contraposição, também assinala a desqualificação profissional sofrida a partir da segunda metade do século XX não sendo, portanto, sinônimo de prestígio econômico, apesar do valor social e educacional.

Não apenas a presença de dois padres como professores do Normal Regional[46], mas também pelas celebrações e discursos proferidos são evidentes as manifestações de orientação cristã/católica na escola. A título de exemplo, em ”jornada pedagógica” ocorrida no dia 17 de março de 1965 a palestra vinha ao encontro do assunto. Sobre esse ponto, a ata foi assim redigida:

> [...] Fêz-se ouvir a seguir o Dr. Rômulo Ângelo Panatiere que dissertou sob o tema: A educação e seus diferentes aspectos. Com palavras claras e precisas o orador salientou a importância da formação cristã terminando seu

[45] Foram normalistas homens: Valpiro José Cardoso (1957), Nadir de Souza Farias (1958); José Adeni da Rosa Rodrigues (1961); José Dionei Madruga (1963); Odilon de Oliveira Acosta (1963); Luiz Carlos Ribeiro Corral (1964); Luiz Mar Medina Pedra (1964); Derni Francisco Rodrigues (1966); Ênes Madruga Sandi (1966); Ariosto Dutra Garcia (1968); Roni Iribarrem (1968); Adão Noé da Cruz (1969); João de Oliveira Mota (1969); Neri Farias Quevedo (1970); André Vinoldo Garcia Getens (1971) e Ademar Mendes Soares (1973).

[46] Um deles, o Pe. Severino Augusto Frizzo permaneceu na escola por quase vinte anos como professor e em 1963 e 1964 foi diretor da Escola Normal Regional Ponche Verde. O outro, Pe. Jovino Manson foi professor na década de 1960.

> trabalho com uma frase da encíclica papal. [...] Foram feitas algumas perguntas pelo Rev^{mo}. Pe. Severino Augusto Frizzo aos Srs. pais presentes com referência a má leitura. Ficou estabelecido que o mais aconselhável seria sugerir a compra, isto é, a substituição das revistas perniciosas pela boa e sã leitura (LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES 1954-1972, p.51).

De acordo com Narcizo (s/d), os discursos dos educadores católicos brasileiros eram norteados, em grande parte, pelo conteúdo da encíclica *Divini Illius Magistri*[47], do Papa Pio XI. Publicado em 1929, segundo o autor, este documento exprime os conceitos e princípios destinados a orientar a atuação da Igreja Católica no campo da educação. Um dos pontos fundamentais da encíclica é a relação indissociável entre a educação e a religião católica.

Em outra reunião do dia 2 de abril de 1965 foi discutida a escolha do "tema central e objetivo geral para o Plano Geral da Escola". Após sugestões do professores, ficou definido como tema central: "O normalista e sua futura missão" e como objetivo geral: "Considerando a elevada missão do mestre de educar moral, social e espiritualmente as gerações futuras, formar integralmente o normalista, preparando-o para o seu futuro mister".

Em continuidade à Jornada Pedagógica[48], no dia posterior o assunto "apresentado" foi: "Valores do mundo atual e a escola", tendo como "orador" o Pe. Severino Augusto Frizzo. De acordo com a ata "em palavras muito simples, porém claras e expressivas, o Rev^{mo}. Vigário expressou a necessidade da formação moral prestada pela família, bem como da escola para a aquisição de verdadeiros valores no mundo".

De acordo com Narcizo (s/d) "na concepção católica de educação, o magistério é dotado de uma marca religiosa e o professor é elevado à condição de um dos principais agentes do processo de disseminação da doutrina católica nas escolas (laicas, mistas e católicas)". Assim, os Regentes do Ensino Primário formados sob esse viés católico/cristão poderiam então, tornar- se "multiplicadores" da doutrina católica.

Por ocasião da realização do I Encontro da Saudade – Normal Regional - 1998[49], a professora Iracema Ferreira Dutra, normalista do Curso de Formação de

---

[47] O título da versão oficial brasileira é "Sobre a educação cristã da juventude".
[48] A abertura das "Jornadas Pedagógicas" contava com a presença de "autoridades civis e militares".
[49] Encontro realizado dias 11 e 12 de dezembro de 1998 com o objetivo de congregar, diante do possível, todas as Normalistas e Professores do Curso Normal Regional.

Regentes do Ensino Primário, leu um documento[50] por ela escrito que muito diz sobre o referido curso. A seguir, o texto, na íntegra:

> A falta de professores em muitas regiões do interior do nosso estado, até a década de 60, era gritante. Em Piratini e municípios vizinhos isso era sentido de modo muito acentuado. As crianças, os adolescentes e os pais aguardavam ansiosos até que alguém da localidade cedesse uma dependência da casa para serem ministradas as aulas, pois eram muito raros os prédios escolares na vasta campanha gaúcha. Depois de muita espera chegava a professora, às vezes lá pela metade do ano. A alegria de todos era imensa, pois muitas crianças não tinham nenhum acesso à leitura a não ser quando, por acaso, se conseguia um jornal ou revista velha que eram lidos quando se sabia ler com a avidez de quem tem muita sede e encontra uma fonte para saciá-la. Esta situação era ainda mais desesperadora para quem sonhava em aprender para depois ensinar, isto é, para quem trazia no coração e na alma, o desejo de ser professora.
> Nesta cidade já funcionava há algum tempo, a Escola Normal Regional "Ponche Verde", mas devido ao reduzido número de alunos matriculados, estávamos na eminência de perdê-la para Pinheiro Machado. Para as jovens do interior, que não tinham condições de se manter na cidade, o sonho de ser normalista era praticamente impossível.
> Mas, num momento muito feliz, não só para Piratini como também para outros municípios aqui da região, onde se destacou Caçapava pelo maior número de estudantes que de lá vieram, foi criado nesta cidade um pensionato para abrigar as meninas de outras localidades, graças aos esforços de pessoas e autoridades locais, onde podemos citar entre outras a diretora da Escola Normal naquela época, Srtª Nayr Tosini.
> Inteligente e dinâmica, Dª Nayr foi às salas de aula e solicitou às alunas que fizessem a divulgação para que as candidatas a uma vaga viessem se inscrever para prestar a prova de seleção.
> Lembro que eu, ao receber esta notícia, demorei alguns instantes para ter certeza de que era verdade o que estava acontecendo. Minhas preces tinham sido ouvidas e, sentindo uma imensa alegria agradeci a Deus pela graça alcançada.
> Como o número de candidatas conseguido no município não era satisfatório, Dª Nayr Tosini, em pessoa, lançou-se em busca de mais alunas, fazendo a travessia do rio Camaquã de barco, porque a balsa estava em más condições de funcionamento, indo até Santana da Boa Vista, Caçapava, Bagé e Dom Pedrito, caminhando muitas vezes a pé, garantindo assim elevar a instalação do pensionato e, consequentemente, a permanência da preciosa Ponche Verde conosco.
> Para se estabelecer o referido pensionato, foi conseguida a casa residencial do Sr. Alcebíades dos Santos e sua esposa Dª Leopoldina, que nos receberam como se fôssemos suas filhas. Assim que o refeitório, a sala de estudos e dormitórios foram devidamente preparados, ficou sendo o nosso lar durante grande parte do ano e Dª Nayr foi morar ali nos acompanhando e nos orientando. Cuidava de tudo indo inclusive até a cozinha para verificar a qualidade da alimentação, além de orientar as pessoas encarregadas do preparo das refeições.
> Após esse belo trabalho aqui realizado Nayr Tosini foi transferida para a Secretaria de Educação e Cultura em Porto Alegre.
> Lembramos também seu Sílvio e Dª Alzerina que também dirigiram o internato, bem como as saudosas professoras Zola e Marly Corral que acompanharam as internas por um certo tempo.
> A elas, seu Alcebíades e seu Sílvio, todos falecidos, oferecemos a intenção desta celebração.

[50] O documento referido que a autora denominou de carta, foi dedicado a professora de música Da. Mary Torrescassana.

> As dificuldades não eram poucas e algumas estudantes para chegarem a Piratini, levavam às vezes três dias de viagem.
> Apesar da amizade e do espírito de cooperação que reinava entre as internas não raro a saudade abatia as que ficavam mais tempo fora de casa. Então quando chegavam os familiares das colegas elas ficavam tão contentes, tão felizes e, para minimizar a grande carência familiar, viam ali a sua própria família. E daí, este afeto, esta gratidão pelos amigos que aqui deixaram.
> Com uma sólida formação religiosa por serem oriundas de um ginásio dirigido pelas irmãs de Caridade, as jovens estudantes de Caçapava, pela prática da oração e pelo elevado espírito de fé, foram em alguns casos, auxiliares na formação religiosa das próprias colegas de pensionato.
> Como tinham também uma boa base em disciplinas como Matemática, ajudavam as companheiras nas dificuldades encontradas.
> É importante destacar o contentamento dos pais por verem suas filhas estudando, com a possibilidade de terem uma vida melhor, diferente da vida de pobreza e sacrifício que levavam.
> E, realmente, essa esperança de uma vida melhor não foi frustrada. As meninas começaram a levar para o seio de suas famílias os conhecimentos adquiridos na escola, principalmente na disciplina de Higiene e Puericultura, como cuidados com a água para beber e preparar os alimentos, higiene pessoal, higiene da casa e outros preservando a saúde e prevenindo doenças.
> Assim que se formavam iam trabalhar, conseguindo a sua independência econômica, melhorando suas condições de vida e da própria família, ajudando na manutenção da casa, na compra de alimentos e agasalhos. Também colaboravam na aprendizagem dos irmãos, estimulando-os e oferecendo os meios para continuarem os estudos.
> A Escola Normal Regional “Ponche Verde”, era considerada de alto nível, dando uma excelente formação às suas alunas. Isto ficou comprovado mediante os professores que dela emanaram, cujo trabalho foi sempre elogiado e considerado muito bom.
> É certo que o trabalho realizado pelas normalistas da Ponche Verde, ajudou a melhorar sensivelmente a qualidade de vida tanto no município de Piratini, como em tantos outros onde deixaram marcas de suas presenças como educadores.
> Queremos nós aqui, hoje reunidas, reafirmarmos a importância deste estabelecimento de ensino para o povo piratiniense e também riograndense. É um marco importante deste século que continuará desempenhando seu papel na educação dos nossos jovens no novo milênio.
> A todos os nossos mestres, a todos os professores que passaram pela nossa querida “Ponche Verde”, bem como aos que hoje ali desempenham com zelo e seriedade o seu papel de educador, o nosso carinho e o nosso reconhecimento.
>
> Iracema Ferreira Dutra

Uma das singularidades que pretendo destacar na carta apresentada é o processo de descontinuidade pelo qual a Escola Normal Regional Ponche Verde passou.

Demarcada por uma inauguração festiva, mas também de cunho político e cultural, a instalação do curso foi vista, por muitos, como a oportunidade de uma formação profissional para as mulheres, tendo em vista ser essa uma das únicas profissões a elas conveniente. O então Curso de Formação de Regentes do ensino

Primário lhes garantiria um futuro mais promissor, seja pela continuidade dos estudos e ascensão profissional, determinando um auxílio aos familiares ou a independência financeira, seja pela *boa formação* de uma futura mãe e esposa.

No entanto, algumas limitações se apresentaram e, nos anos iniciais de curso o número de matrículas não foi como o esperado. De acordo com o que pode ser percebido na Listagem de Formandos do Curso Normal Regional (apêndice A), nos anos 1957, 1958, 1959 e 1960 formaram-se respectivamente 17, 20, 12 e 13 alunas (os), indicando o reduzido número de alunos nos quatro primeiros anos de funcionamento do curso. Contudo, a partir do ano 1961 o número de normalistas formadas (os) foi, na maior parte das vezes, maior do que 20.

Conforme os escritos da professora é inegável o empenho da então diretora, Nayr Tosini quando, em um momento de declínio do curso, mais especificamente no ano 1957, buscou condições para que novas alunas se matriculassem, principalmente as advindas da zona rural e de cidades vizinhas, indicando um período de ascensão do Normal Regional.

Na década de 1960 iniciam-se discussões referentes à Reforma do Ensino que veio a consolidar-se através da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971[51]. É possível que face a essas discussões que vinham ocorrendo, a partir de 1970 o curso Normal Regional mais uma vez decresce tendo, nos anos 1971, 1972, 1973 e 1974 apenas 18, 11, 12 e 12 formandos, respectivamente (apêndice A). O Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário tornou-se Curso Colegial a partir de 1972, ano posterior à Reforma do Ensino.

Segundo depoimentos informais, além de ter sido a oportunidade para as moças oriundas do interior continuarem seus estudos, o pensionato “era como uma casa de família, a extensão do nosso lar”. Sobre a coordenação do estabelecimento, a ex-normalista Iracema mencionou que “a diretora, a Nayr Tosini morava no pensionato e cuidava de tudo, até das panelas, das roupas, horário de estudo e saídas das normalistas; afinal essas moças, a maioria vinda do interior, a ela eram confiadas” (IRACEMA FERREIRA DUTRA, 14/05/2008).

As normas e regras pelas quais deveria se pautar o funcionamento do pensionato foram definidas através do “Regulamento Interno do Pensionato da Escola Normal Regional Ponche Verde”, aprovado pela Lei Municipal nº. 86 de 30 de

[51] A Lei nº. 5.692/71 fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

setembro de 1957[52]. Destaco, então, algumas particularidades que chamam a atenção no referido regulamento:

Quanto à *administração* do pensionato, o regulamento determinava que "[...] estará a cargo de um casal idôneo, a ser designado pela Prefeitura Municipal, após entendimento com a Escola Normal Regional Ponche Verde e sua equiescência. Na escôlha desses elementos, devem ser observados requisitos de idade, prova de sanidade física, idoneidade moral e gráu de instrução". Face ao que foi referido na carta, os casais que estiveram frente à coordenação do pensionato pareciam estar de acordo as normas que rezavam no regulamento.

Em relação à *admissão* das alunas, algumas condições também eram determinantes: apenas eram admitidas estudantes que comprovassem sua "conduta escolar anterior"; as alunas deveriam pagar uma mensalidade, sendo permitida, a solicitação anual de bolsas. No entanto, esta solicitação deveria ser acompanhada do "atestado de boa conduta" fornecido pela escola anterior.

Eram mencionados, no regulamento, alguns itens denominados *direitos e deveres das alunas*, dentre os quais: "as alunas deverão atender aos requisitos de disciplina e demais hábitos morais indispensáveis à vida em comunidade"; "as saídas para passeios ou visitas serão fixadas em entendimento com a direção do pensionato e os familiares ou responsáveis". Assim, as normas de bom comportamento social requeridas para frequência ao Curso Normal Regional, também eram imprescindíveis à moradia no pensionato o que, para as normalistas parecia muito natural.

No item r*egime de trabalho*, ficavam claros o controle e a disciplina na organização do pensionato. Em um dos itens consta a seguinte orientação: "a professôra primária que exercer suas funções junto ao internato, criará oportunidades educativas, organizando períodos de recreação, intelectual e física, com o fim de ocupar as pensionistas nas horas de lazer".

Aliás, ao que tudo indica disciplina era componente imprescindível ao bom andamento do trabalho pedagógico. Conforme o Livro de Atas de reuniões de professores 1954-1971, regularmente os mesmos eram orientados a primar pela disciplina como também pelo controle da frequência dos alunos(as) normalistas. Em reunião do dia 4 de junho de 1965, foi acatada por todos a sugestão da professora

[52] Lei encontrada na pasta intitulada "Pasta de decretos 1956 a 1967", no arquivo da escola Ponche Verde.

Marina Corral de que “tôdo o normalista que for encontrado fora da escola, em horário de aula, sem a devida autorização, será suspenso por três dias”.

Ao lado da disciplina, a escola primava pelos preceitos de ordem cívica e moral. No Livro de Atas de Reuniões de Professores (1955 – 1972) é registrado, no encerramento de algumas reuniões, o convite da Diretora para que “todos desçam até o pátio para cantar o Hino Nacional” (LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES DE PROFESSORES 1954 - 1972, p. 10).

No mesmo livro, em reunião do dia 29 de agosto de 1959, dentre os assuntos tratados na reunião, destaco o seguinte registro: “[...] Decidiu-se, finalmente, que no próprio horário destinado à Religião, as meninas acatólicas, que são em número sete[53], ocupar-se-ão de atividades sobre Moral e Civilidade, programadas pelos professores que já haviam se prontificado [...]”. (LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES DE PROFESSORES 1955 - 1972, p. 14).

Tais proposições convergem com o que era proposto *como Finalidades do Ensino Primário* no Art.1º da Lei Orgânica do Ensino Primário (Lei nº. 8.529/46). De acordo com esse artigo o ensino primário tem as seguintes finalidades:

> a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana; b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade; c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho.

Antes da instalação do pensionato a escola servia como moradia para a diretora e algumas professoras. Segundo depoimento da ex-professora Lois Wentzel (20/06/2009) que, no tempo em que ministrou aulas na Ponche Verde, morava em um dos dois hotéis da cidade, a escola servia, também, como um espaço de lazer e de entretenimento das professoras e da diretora, tendo em vista que não existiam outras opções na cidade.

> nós sempre nos reuníamos lá no colégio, tu sabe hotel não tem um ambiente assim. Ai nós íamos lá no colégio tomar chimarrão. A Marina, a Dorotéia (professoras) que era irmã dela e a Nayr (diretora), as três moravam no colégio e o resto nos dois hotéis dali. Olha, lá tinha cozinha, tinha uma peça para refeição e depois tinha um quarto com três camas.

[53] As demais tinham aula de Religião com o então professor, Pe. Severino Augusto Frizzo.

> Eu me lembro que quando morreu Getulio nós ouvimos as histórias no rádio que tinha lá na escola. Nós ouvíamos dia e noite, lá no colégio (LOIS WENTZEL, 20/06/2009).

Vale dizer ainda que, independente do ano, do empenho da diretora ou da instalação do pensionato, o Curso Normal Regional sempre contou com a matrícula de normalistas de outras localidades. No transcorrer do curso, formaram-se Regentes do Ensino Primário alunos(as) de municípios vizinhos como Canguçu e Pinheiro Machado e também de outros mais distantes como Bagé e Alegrete (apêndice A). A cada ano, um terço dos alunos concludentes do Normal Regional eram de outras localidades.

Então, os "gloriosos anos do Normal Regional", como se referiu em depoimento informal a ex-normalista Lizete Maria Frizzo (19/01/2010), foi demarcado pelo curso de formação de professores ter sido uma referência nos aspectos educacionais, mas também pelos eventos sociais promovidos, ou pela escola ou por outras Instituições do município mas que, entretanto, as normalistas eram uma importante referência.

A Escola Normal Regional Ponche Verde era, senão a única, uma das principais referências culturais da recém elevada à cidade, Piratini. Na escola aconteciam, além das festas de formatura, festas de confraternização, chás beneficentes, *brincadeiras*[54] bem como uma série de outras festividades junto à comunidade.

[54] Segundo depoimento informal da ex-normalista Erenilda Dalla Riva Viana (28/12/2009) as brincadeiras ou reuniões dançantes aconteciam regularmente na escola e tinham como principal objetivo angariar fundos para a caixa escolar.

Figura 07 - Festa de Confraternização entre professores e normalistas – 1964.
Fonte: acervo da escola

Figura 08 - Festa de Fim de ano. Dez. 1964. Fonte: acervo da escola
Dentre outras apresentações a normalista Lizete Maria Frizzo dançou e cantou acompanhada pela Profª. Mary Torrescassana, professora de música do Normal Regional

As festas de fim ano eram sempre organizadas pela 4ª série do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário e se constituíam em um significativo evento social da cidade. Delas participavam, além dos professores e normalistas da escola, comunidade e autoridades locais.

Figura 09 - Festa de Confraternização entre professores e normalistas – 1968.

Fonte: acervo da escola

Figura 10 – Desfile de aventais promovido pelo Rotary Clube – 1960.

Fonte: acervo da escola

Conforme o livro de Atas de Reuniões de Professores (1954 – 1972) eram promovidas, também, festividades referentes às datas comemorativas e outras com

finalidades sociais, como por exemplo “Natal da criança pobre” (p.21). Estas envolviam, também, tanto a comunidade escolar como outras autoridades locais e, habitualmente os principais responsáveis pela organização eram os dois professores padres, Severino Augusto Frizzo e Jovino Manson e os professores de Educação Física.

Indubitavelmente a Escola Normal Regional “Ponche verde” se destacou como centro irradiador de educação e de cultura, de moral e bons e costumes, tanto pelas alunas normalistas como pelos professores e diretora, evidentemente valores condizentes com o que era aspirado pela sociedade da época.

Diante das evidências, a última turma de Regentes do Ensino Primário formou-se em 1974, sendo que três alunas concluíram o curso no ano 1975. Depois disso o curso de formação de professores passou por transformações, certamente acompanhando as diferentes reformas educacionais do país. Sua nomenclatura passou de Curso Normal, para Curso Colegial, Habilitação ao Magistério a, novamente, Curso Normal, como é denominado atualmente.

5. O Corpo[55] e a Educação Física na Escola Normal Regional "Ponche Verde"

"Que sentimentos,
emoções e sensibilidades,
que valores e que visão de mundo
e do ser humano
pulsam nos ateliers dos artistas"?

Circuito Atelier.

5.1 A Educação Física no Brasil: fragmentos da história

Lino Castellani Filho (1988) salienta que, nas primeiras décadas do século XX, o panorama institucional da Educação Física apresentava uma estreita relação com os propósitos de eugenização da raça brasileira, distanciando-se aos poucos, das questões relativas à higiene, característica do século anterior. Corroborando com esta afirmativa, o autor se refere ao VII Congresso Brasileiro de Educação realizado em junho/julho de 1935, no Rio de Janeiro, que teve como tema central a Educação Física. O editorial faz alusão ao papel destinado à Educação Física como: "[...] do nosso aprimoramento racial, do robustecimento do nosso povo [...]. Tornar homens aptos a enfrentarem os problemas que a situação oferecia e, para a solução dos quais, não bastava apenas um excessivo teorismo, mas também, condições físicas especiais" (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 79).

[55] Corpo aqui entendido a partir da perspectiva de Foucault (1992) que o considera como um "fragmento do espaço ambíguo e irredutível" (p.330) que por meio de sua individualidade e da experiência recebe o "modo de ser da vida", a natureza e o tempo da cultura, sendo assim, um construto social. Para Ana Márcia Silva (2005, p. 99-100), a temática do corpo na obra de Foucault, inscreve-se na" genealogia do sujeito" que vai sofrendo, numa lenta passagem ao longo do tempo, uma alteração da finalidade e das características das "técnicas de si".

Destinava-se então, a Educação Física a eugenia da raça, no sentido de que mulheres fortes e sadias teriam mais condições de se tornarem mães robustas e, consequentemente, gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e a construírem a Pátria[56].

A Ginástica, a partir do século XIX, começou a ser introduzida nos colégios, porém, somente para o sexo masculino. Por volta de 1870, ao sexo feminino, a ginástica não era vista com bons olhos até que em um parecer proferido por Rui Barbosa, em 1882, intitulado *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública – Projeto nº. 224/1882*, foi dado à Educação Física um destaque ímpar[57], com propostas claras de inclusão da ginástica[58] nos programas escolares como matéria de estudo em horas distintas do recreio, após o período das aulas, estendendo a obrigatoriedade a ambos os sexos. A prática da Ginástica teria o papel de revigorar as energias intelectual e espiritual desgastadas e o esgotamento provocado pela dedicação às demais disciplinas.

Inezil Penna Marinho[59] sustentava a necessidade de nacionalizar nossa educação, de diminuir a espantosa quantidade de analfabetos e de melhorar as condições culturais do povo, vindo ao encontro da criação de uma nova imagem brasileira, capaz de expressar o desenvolvimento da sociedade uma vez descolada dos laços que a prendiam à antiga organização provincial. Logo, a incorporação dos métodos ginásticos pela escola tornou-se justificativa e interesse de muitos pedagogos que passam a defender e estimular a prática da ginástica como forma de "educar o corpo".

---

[56] Quanto ao discurso pedagógico veiculado nesse período Goellner (1992), percebe duas vertentes: uma oriunda do pensamento médico higienista que, fundada na abordagem positivista da ciência, invadiu o contexto escolar em nome da saúde; outra, transposta da caserna, que percebeu na escola mais um espaço a ser ocupado no tocante a um trabalho com a disciplinação, a manutenção da ordem e a imposição dos valores. Para aprofundar essas questões ver: GOELLNER, Silvana V. **O método francês e a Educação Física brasileira: da caserna à escola**. 1992. 215f. Dissertação. UFRGS, Porto Alegre.

[57] Segundo Castellani Filho (1988), embora a constituição brasileira de 1934 não fizesse alusão à Educação Física, referia-se a "estimulação da educação eugênica". Já o texto da Lei Constitucional nº. 01, da Constituição dos Estados Unidos no Brasil (1937) referiu em seu Art. 131 que: "A Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência".

[58] Para Goellner (1992), a ginástica apontada como fundamental na formação do novo indivíduo, era defendida por Rui Barbosa e outros ideólogos da classe dominante por seu caráter científico, na medida em que era respaldada por pesquisas na área da fisiologia, anatomia e biologia.

[59] MARINHO, Inezil P. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Brasil Editora, s.d.

Assim, a educação do físico seria como que uma condição para desfrutar uma vida saudável e, o novo homem brasileiro precisava abandonar aquele corpo frágil, doentio, suscetível às epidemias e à ociosidade para transformá-lo em um corpo símbolo da saúde e da vida moderna. Carmem Lúcia Soares (1994, p.10) faz as seguintes afirmações com relação à Educação Física do início do século XX:

> Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados e se faz protagonista de um corpo "saudável"; torna-se receita e remédio ditada para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico...familiar.

Nesses moldes, a ginástica foi introduzida pelos métodos alemão, sueco e francês, o qual foi o mais difundido.

De acordo com Goellner (1992), com uma conotação militarista que intencionava a formação de uma raça forte aos moldes do homem europeu, tal como o pensamento higienista preconizava, o método alemão de ginástica foi o primeiro a ser adotado. Trazido por soldados mercenários, nas últimas décadas do século XIX, o método alemão "perdurou de forma hegemônica nas escolas brasileiras até aproximadamente 1920 e dimensionou sua prática através de paradigmas que privilegiaram a eugenia, o higienismo e a disciplina" [60] (GOELLNER, 1992, p. 115).

Para Rui Barbosa (1883), o método alemão não contemplava os objetivos educacionais por ele preconizados. Propõe, no seu parecer nº. 224/1882, a substituição do método alemão pelo sueco visto que, este último, no seu entender, seria mais adequado à realidade escolar. Na perspectiva de Barbosa (1883), não se deveria ter como objetivo a formação de acrobatas na escola, mas sim, de desenvolver na criança o vigor físico necessário ao equilíbrio da vida, à felicidade da alma, à preservação da Pátria e a dignidade da própria espécie.

A despeito do método sueco, Carmem Lúcia Soares (2005, p. 280), pondera que seus exercícios objetivavam "o desenvolvimento simétrico e harmonioso de todas as partes do corpo". Ressalta ainda que são oriundos desse método muitos dos ensinamentos básicos que passam a orientar a ginástica corretiva e ortopédica.

O método francês chegou ao Brasil em 1907 através de uma missão militar francesa contratada para ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, a qual fundou uma "Sala de Armas" que mais tarde originou a escola de

---

[60] Goellner (1992), afirma ainda que o método alemão colaborou com o sistema político vigente, reforçando os princípios da ideologia liberal e os ideais republicanos da ordem e do progresso.

Educação Física do Estado de São Paulo, considerado o mais antigo estabelecimento especializado do país (CASTELLANI FILHO, 1988).

No entanto, segundo Goellner (1992), anteriormente a esta data o método francês já inspirava alguns projetos elaborados por intelectuais brasileiros. Dentre os aspectos que já haviam chamado atenção está a cientificidade no trato com a ginástica, orientação inexistente no método alemão. Segundo a autora os postulados da escola francesa, por seus estudos fundamentados na fisiologia e na anatomia, foram utilizados por brasileiros nos objetivos de "melhoria da raça brasileira" posto que, pouca resistência esta oferecia aos males que assolavam a humanidade (p.122).

Carmen Lúcia Soares (2005) apresenta o método francês sistematizado em um conjunto de exercitações que compreendem saltos, arremessos, corridas, o lançar, o trepar, o pegar, danças pírricas[61], canto, jogos livres, esgrima, natação e equitação. Para essa autora, o método tinha por objetivo a formação de homens fortes, destros, disciplinados e patrióticos.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, através dos métodos de ginástica, a Educação Física adentra a escola e passa a se justificar como colaboradora e disciplinadora da vontade, da moral, da saúde e da higiene, bem como fortalecedora da raça brasileira e, juntamente com a educação, assumiu a função de solução para muitos dos problemas nacionais. Azevedo (1960) ajuda-nos a pensar de que forma o debate sobre a escolarização da Educação Física adere às políticas estatais, emergindo como poderoso instrumento de progresso.

> Uma vez introduzida pela educação nos hábitos do país, a prática desta cultura física, sustentada durante uma larga série de gerações, depuraria a nossa gente de diáteses mórbidas, fortificando-a e enriquecendo-a progressivamente pela criação incessante de indivíduos robustos. As gerações de amanhã apuradas, por sistema, pela educação física – afirmadora da raça e colaboradora do progresso – imprimiriam assim nas que lhes sucedessem, e submetidos ao mesmo tratamento, o cunho de seu caráter, para que pudessem dentro dos limites do patrimônio biológico hereditário, aperfeiçoar ainda mais a natureza humana. [...] O país que não tem educação física, não poderá jamais erguer seu povo à altura da missão que lhe cabe, na construção de uma sociedade nova. O que a tem de má, irregular, empírica, rotineira, contínuo plagiato de processos arcaicos ou de rebotalhos senis, não terá senão de arrastar-se, para a derrota do áspero caminho em que se chocam as competições da era industrial, que é de energia e tenacidade, rigor e precisão (AZEVEDO, 1960, p. 216).

[61] Dança guerreira de origem grega.

As referências aqui apontadas constituem uma parte da *Historiografia da Educação Física* e cristalizaram discursos que segundo Fernanda Paiva (2004, p. 53-54) podem ser assim sintetizados:

> As dificuldades de definir educação física e história da educação física advêm da sua polissemia; a década de trinta do século XX é crucial na institucionalização da educação física no Brasil; a educação física é influenciada pelas instituições médicas, militares e pedagógicas; o esporte, na virada do século XIX para o XX, é um dos símbolos da modernidade; os médicos higienistas é que imprimem à educação física um caráter científico, legitimador de sua aceitação; a parte prescritiva coube aos médicos, ao passo que instrutores e professores "aplicaram" (ou deveriam aplicar) essa prescrição; os militares não pensaram teoricamente a educação física, cabendo a eles a parte "administrativa" ou gerencial da área e os anos 70 e 80 caracterizam novo encaminhamento para a área com a implementação da pós-graduação e/ou com "a crise" da educação física.

Essa autora vem estudando os pensamentos médico e militar e suas relações com a Educação Física, sugerindo que "é fartamente sabido em educação física nossa herança do pensamento médico e da instituição militar. O porquê também é razoavelmente conhecido, dada a inserção da educação física nos projetos de construção de um novo Estado brasileiro" (PAIVA, 2001, p. 99).

Apesar de essas influências serem uma constatação recorrente na historiografia da Educação Física Brasileira, há a necessidade de novos estudos históricos que priorizem a análise sobre a concretização desses discursos, pois como destaca Paiva (2001) "o que não se sabe, ou se sabe pouco, foi como se materializou essa contribuição" (p. 99).

Em trabalhos mais recentes, Fernanda Paiva buscou problematizar as formulações correntes e recorrentes sobre a história da Educação Física, encontrando espaço e apoio para "*objectualizar* a educação física como campo" (PAIVA, 2004, p.54). Sua análise procura demonstrar que a constituição desse componente curricular no Brasil se efetiva a partir do "saber médico, *complementado* – a expressão é de Gebara (1992) – por instituições, como Exército/Marinha e a escola, que se valiam da atividade física para educar" (p. 54).

Assim, a seguir procuro dialogar com os autores e suas teorias *cristalizadas*, inserindo-me na historiografia dos novos estudos históricos que tratam da inserção da Ginástica na Educação Física Brasileira.

Falando de outro lugar, no que tange aos aspectos referentes às legislações que se relacionavam à época em que o curso Normal Regional da Escola Ponche Verde foi implantado, faço referência ao Art. 4º do Decreto Estadual nº. 3.030/52 no

qual é mencionada a disciplina “Educação Física, Recreação e Jogos” sem especificação de série. Com a mesma nomenclatura o Decreto-lei nº. 8.530, de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal, propõe a Educação Física em todas as séries do Ensino Normal. No curso em questão a disciplina “Educação Física” foi ministrada nos quatro anos do mesmo.

5.2 O Corpo e a Educação Física no Curso Normal Regional

A discussão sobre as aulas de Educação Física no Curso Normal Regional foi feita a partir de aspectos mencionados nas atas de provas e exames dessa disciplina, entrecruzados com depoimentos orais. Para tanto, retomo a seguir a contribuição de Peres e Lima (2008, p.150-151) quando, em outro momento, analisaram o conteúdo de um desses livros:

> O Livro de Registros das Atas de Exame do Curso de Formação de Regentes de Ensino Primário da Escola Ponche Verde, revela aspectos do currículo, não apenas no que tange as disciplinas ministradas, mas, fundamentalmente, em relação aos conhecimentos veiculados e exigidos em cada disciplina. O referido livro, manuscrito, registra os exames de cada série e matéria escolar de forma minuciosa, tanto das turmas de freqüência regular, quanto de freqüência livre: as questões e/ou atividades propostas, os alunos presentes e ausentes, os horários de início e término, os examinadores, etc. O registro de cada exame é assinado pela diretora e mais dois examinadores.
> Pelo registro percebe-se, também, que eram distribuídas folhas rubricadas pela diretora e as provas eram, então, copiadas pelas alunas e alunos. Tratam-se de provas muito extensas, tendo cada uma de 10 a 30 questões ou atividades que deveriam ser executas, no caso da Música, Desenho e Educação Física, por exemplo. (PERES E LIMA, 2008, p.150-151).

As provas, exames ou sabatinas, por vezes denominados, eram realizadas a cada final de semestre e nos exames de segunda época para quem não atingisse a média durante os exames regulares. O período de realização, bem como outras definições, era informado em reunião de professores, no início e ao final de cada semestre. Citando como exemplo o que consta no Livro de Atas de Reuniões de Professores (1954 a 1972), a segunda ata deste livro, datada de 12 de junho de 1954, registra assuntos referentes *aos próximos exames*. Nessa reunião foram, então, estabelecidas as datas de exames por turmas, o dia de entrega das provas elaboradas pelos professores e das chaves de correção e, dentre outros assuntos mais específicos, a constituição das Comissões de Exames. Essas comissões

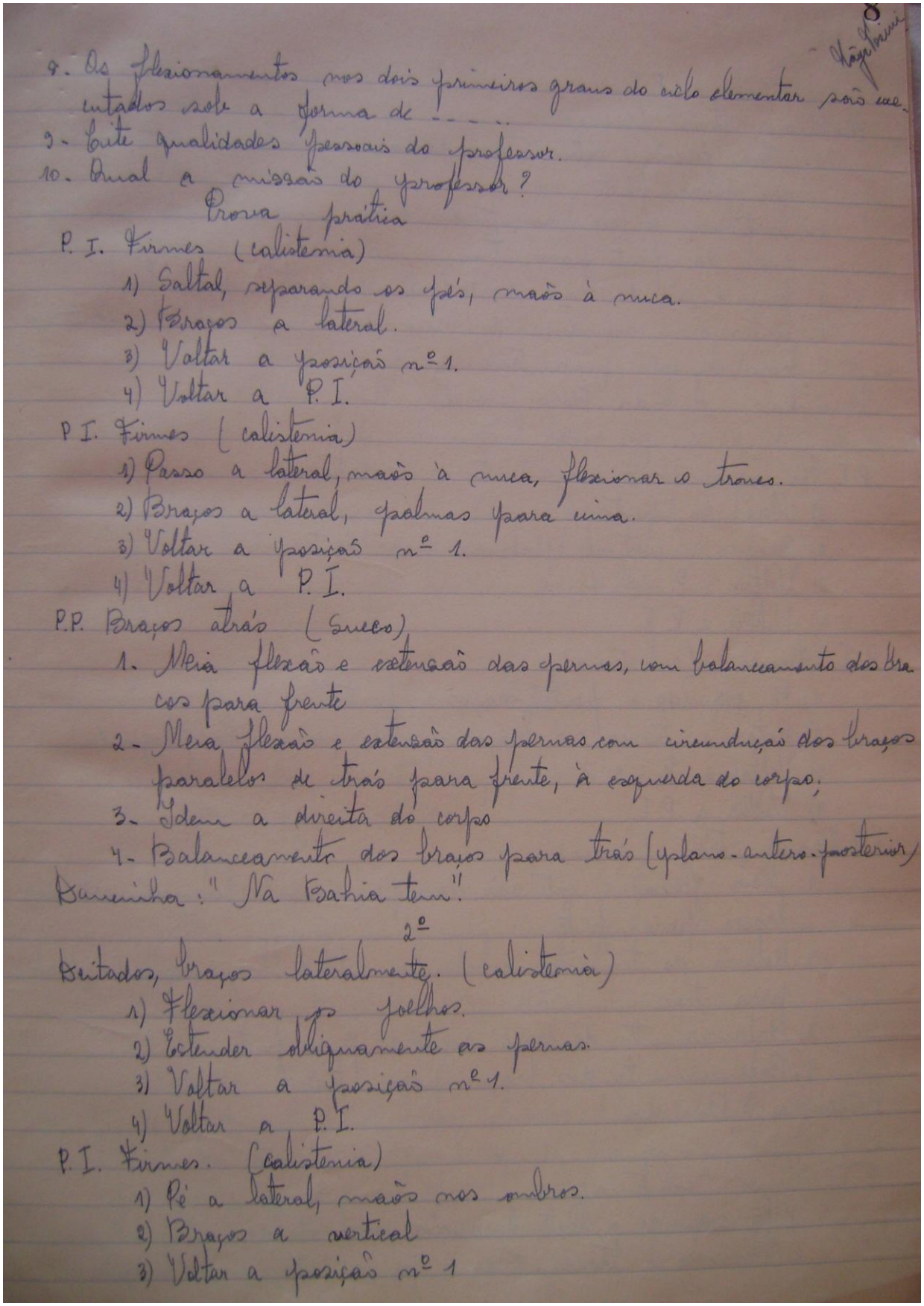
normalmente tinham como primeiro examinador o professor ou professora da cátedra[62] e, como segundo, um (a) professor (a) nomeado (a) pela Diretora. Na falta de um deles, outro professor assumia a aplicação do exame já previamente elaborado pelo responsável da disciplina.

As atas registram, também, a classificação dos(as) alunos(as) nos exames, nomeando cada um, conforme fossem: *aprovados plenamente; aprovados simplesmente; aprovados com distinção ou reprovados.*

Dentre as diversas atas de exames de Educação Física, registradas nos livros encontrados no arquivo da escola, destaquei alguns fragmentos que chamaram a atenção.

Conforme a primeira figura apresentada (figura 11), o exame realizado no dia 27 de junho de 1956 na “III Série” da turma de frequência livre é um exemplo típico de uma prova muito extensa, contendo dez questões teóricas e cinco sequências de exercícios práticos, sendo que cada sequência consta de três exercícios muito semelhantes e minuciosamente descritos. Além disso, após cada grupo de exercícios práticos foi realizada uma “dancinha”. Nesse dia, os alunos (as), em grupos, dançaram “Na Bahia tem”; “A linda rosa juvenil” e “Bom dia”, sendo que a primeira e a última dança foram repetidas nas duas últimas sequências de exercícios.

[62] No caso, esta expressão, recorrente nos registros da escola, deve ser entendida como sinônimo de professor responsável pela disciplina curricular.



8

9. Os flexionamentos nos dois primeiros graus do ciclo elementar são executados sob a forma de .....
9. Cite qualidades pessoais do professor.
10. Qual a missão do professor?

Prova prática

P. I. Firmes (calistenia)
1) Saltar, separando os pés, mãos à nuca.
2) Braços a lateral.
3) Voltar a posição nº 1.
4) Voltar a P. I.

P I. Firmes (calistenia)
1) Passo a lateral, mãos à nuca, flexionar o tronco.
2) Braços a lateral, palmas para cima.
3) Voltar a posição nº 1.
4) Voltar a P. I.

P.P. Braços atrás (Sueco)
1. Meia flexão e extensão das pernas, com balanceamento dos braços para frente
2. Meia flexão e extensão das pernas com circundução dos braços paralelos de trás para frente, à esquerda do corpo;
3. Idem a direita do corpo
4. Balanceamento dos braços para trás (plano-antero-posterior)

Ciranda: "Na Bahia tem".

2º

Sentados, braços lateralmente. (calistenia)
1) Flexionar os joelhos.
2) Estender obliquamente as pernas.
3) Voltar a posição nº 1.
4) Voltar a P. I.

P. I. Firmes. (calistenia)
1) Pé a lateral, mãos nos ombros.
2) Braços a vertical
3) Voltar a posição nº 1

Figura 11 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 27/06/1956. Fonte: Livro de Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário 1956 – 1957. Arquivo da escola.

A questão número quatro da parte teórica (não apresentada na imagem) “O que você faria no caso de haver má execução de um determinado exercício?” chama atenção na medida em que valoriza a perfeita execução do gesto motor.

No fragmento apresentado, destaco a questão teórica número dez: “Qual a missão do professor?” e as referências feitas à “calistenia” e ao método “sueco” nos exercícios práticos. Na prova teórica, aplicada a essa mesma turma no dia 29 de novembro, a questão sobre a missão do professor aparece mais especificada na pergunta: “A missão do professor é ensinar ou educar?”.

Aspectos relativos à Calistenia[63], bem como ao método sueco[64] são enunciados, senão em todas, na maioria das provas e exames, revelando assim o caráter *medicalizante* das aulas, materializado nos exercícios estáticos e segmentados.

Outro exemplo de prova, com vários exercícios, foi a encontrada na ata do dia 21 de junho de 1955, aplicada à turma de frequência regular. Nela, os “pontos sorteados” constaram de dez séries e, cada série foi composta de quatro exercícios totalizando quarenta. Cada série seguiu sempre a mesma estruturação: “sueco”, “rítmica”, “calistenia” e “dancinha”.

---

[63] Calistenia, segundo Marinho (s/d), vem do grego *Kallos* (belo) e *Sthenos* (força) e mais o sufixo "ia". Com origem na ginástica sueca apresenta uma divisão de oito grupos de exercícios localizados, associando música ao ritmo dos exercícios que são feitos a mão livre usando pequenos acessórios para fins corretivos, fisiológicos e pedagógicos. Ainda, segundo o autor, o Dr. Willian Skarstrotron, americano de origem sueca, dividiu a Calistenia em 8 grupos: braços e pernas, região póstero superior do tronco, póstero inferior do tronco, laterais do tronco, equilíbrio, abdômen, ombros e escápulas, os saltitos e as corridas. No anexo I é possível identificar esse “modelo de sessão de ginástica calistênica”.

[64] Embora o método sueco tenha ganhado a simpatia de Rui Barbosa por suas dimensões pedagógicas, Goellner (1992) enfatiza que no Brasil o método sueco sustentou os mesmos objetivos que o método alemão e que estes estavam ligados ao fortalecimento da raça e, consequente, à preparação do indivíduo necessário à produção.

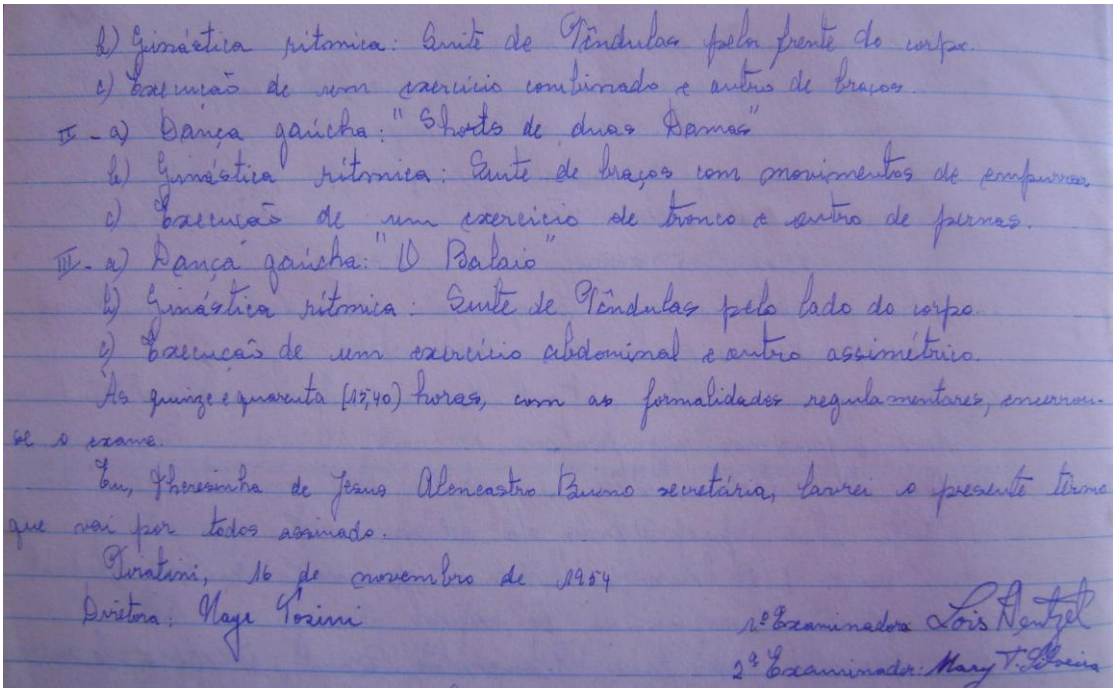

b) Ginástica rítmica: Série de Pêndulos pela frente do corpo.
c) Execução de um exercício combinado e outro de braços.
II - a) Dança gaúcha: "Shorts de duas Damas"
b) Ginástica rítmica: Série de braços com movimentos de empurrar.
c) Execução de um exercício de tronco e outro de pernas.
III - a) Dança gaúcha: "O Balaio"
b) Ginástica rítmica: Série de Pêndulos pelo lado do corpo.
c) Execução de um exercício abdominal e outro assimétrico.
As quinze e quarenta (15,40) horas, com as formalidades regulamentares, encerrou-se o exame.
Eu, Theresinha de Jesus Alencastro Bueno secretária, lavrei o presente termo que vai por todos assinado.
Piratini, 16 de novembro de 1954
Diretora: Maya Yozini
1ª Examinadora Lois Nentzel
2ª Examinadora: Mary T. Oliveira

Figura 12 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 16/11/1954. Fonte: Livro de Atas de Exame (1954 a 1956). Arquivo da escola

A figura 12 apresenta um fragmento da ata da prova de Educação Física que foi aplicada a “I Série – Turma única” do Normal Regional em novembro de 1954. À semelhança da anterior apresentada, esta foi estruturada intercalando exercícios ginásticos (ginástica rítmica) e danças. Entretanto, bem menor, contem apenas três grupos de exercícios e o destaque aqui é para as danças gaúchas.

Na figura seguinte, prova teórica do dia 29 de novembro de 1956, enfatizo as questões do número um ao número cinco, as quais fazem referência à “disposição dos alunos e do guia, durante uma sessão de ginástica”; “agrupamento homogêneo” e aos “ciclos do método francês”. Vejamos:

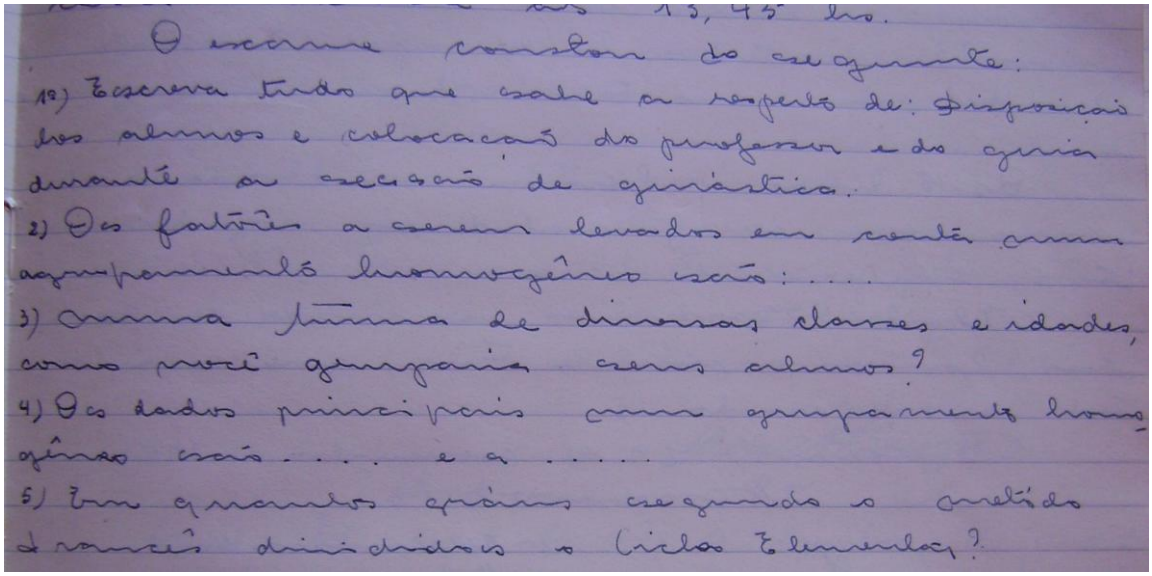


Figura 13 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 29/11/1956. Fonte: Livro de Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário. Arquivo da escola

A questão três da ata (figura 13) demonstra a preocupação com o desenvolvimento de uma aula de Educação Física com turmas de idade e séries diversificadas, denotando a valorização das questões biológicas nesse componente curricular.

Ainda com relação aos aspectos biológicos na figura 14 estes também se manifestam, mas em relação a atividades específicas a cada sexo, quando na questão quatro, é perguntado: “Quais os tipos de jogos para ambos os sexos?” e a seguir, na questão nove: “Qual o sexo que é mais apropriado ao Volibol?”.

A ex-normalista Marli de Oliveira Farias (09/01/2010), em depoimento informal, ressaltou a predominância da prática do Voleibol. No seu relato, enfatizou que “os outros esportes eram somente teoria” [65]. A questão três da prova teórica de 16 de junho de 1958, aplicada às turmas de frequência livre e regular faz a seguinte proposição: “Faça uma definição quanto a comparação do volibol e basquete, quanto ao sistema de jogo, cancha, trabalho físico e regras:” A questão, com razoável teor de complexidade demonstra que, embora não praticados, os demais desportos integravam os conteúdos desenvolvidos.

Independente da concepção que sustentava a opção de prática de um ou outro desporto; ou que este ou aquele caberia ao sexo feminino, vale ressaltar que é

[65] A ex-normalista afirmou ainda: “nós jogávamos era Voleibol, era praticamente só Voleibol” (FARIAS, 09/01/2010).

bem mais acessível, em termos de espaço físico e equipamentos, a prática do Voleibol.

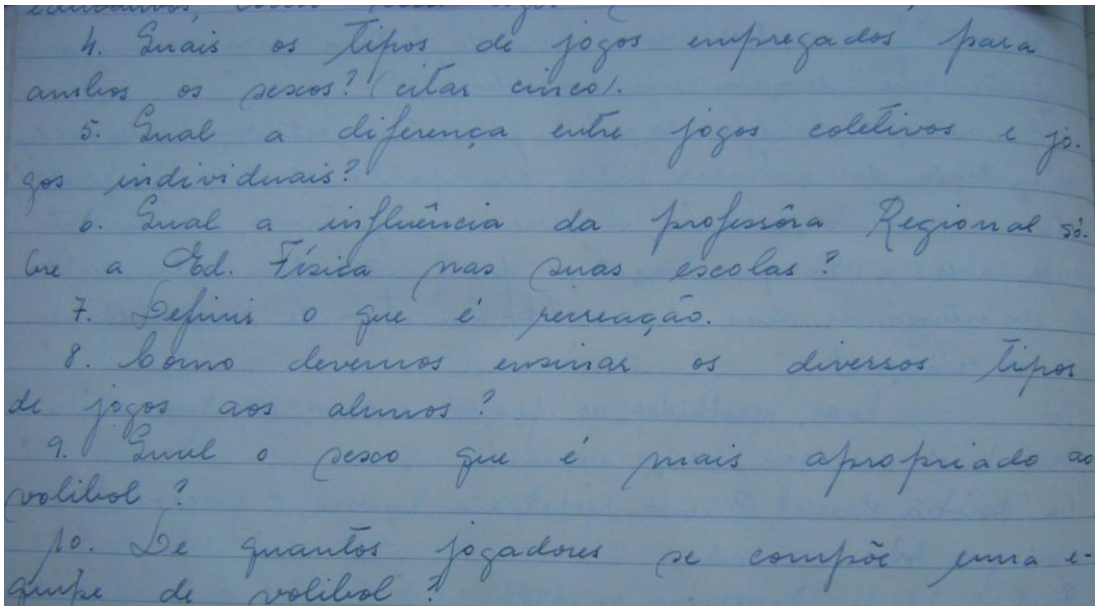

4. Quais os tipos de jogos empregados para ambos os sexos? (citar cinco).
5. Qual a diferença entre jogos coletivos e jogos individuais?
6. Qual a influência da professôra Regional sôbre a Ed. Física nas suas escolas?
7. Defini o que é percuação.
8. Como devemos ensinar os diversos tipos de jogos aos alunos?
9. Qual o sexo que é mais apropriado ao volibol?
10. De quantos jogadores se compõe uma equipe de volibol?

Figura 14 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 21/06/1956. Fonte: Livro de Atas de Exame (1954 a 1956). Arquivo da escola

Assim, cabe lembrar que, embora a Ginástica fosse o conteúdo predominante, algumas modalidades esportivas também faziam parte das aulas de Educação Física.

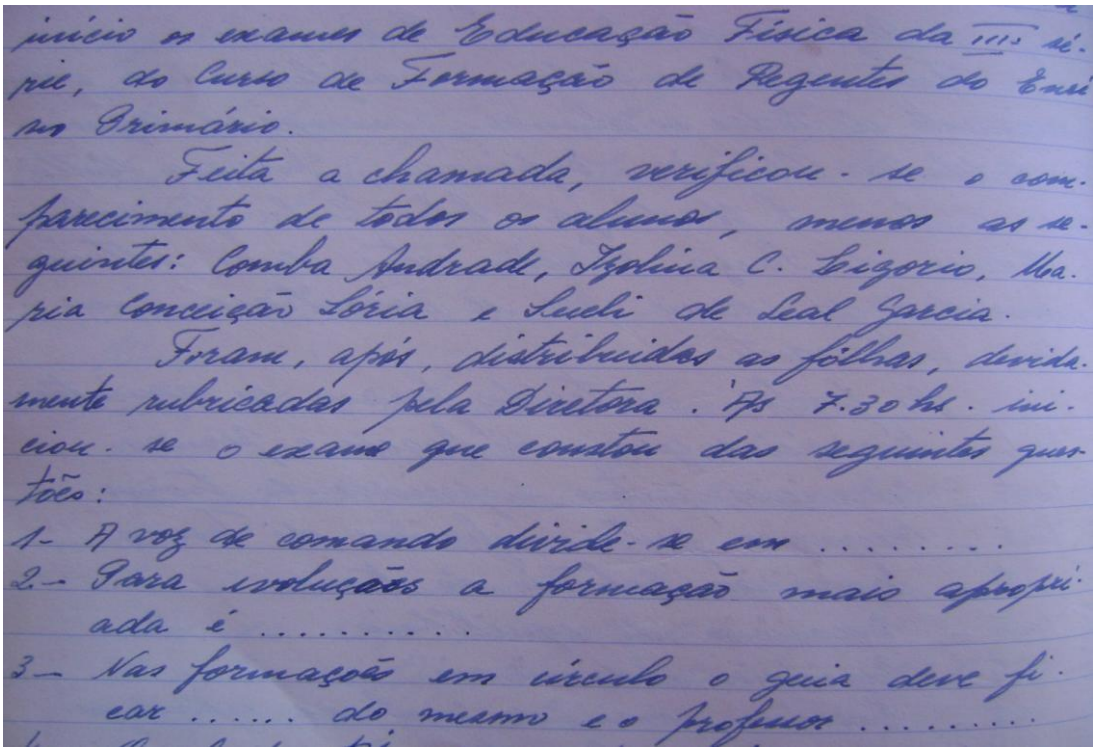

início os exames de Educação Física da IIIª série, do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário.
Feita a chamada, verificou-se o comparecimento de todos os alunos, menos as seguintes: Comba Andrade, Izolina C. Grigorio, Maria Conceição Lória e Sueli de Leal Garcia.
Foram, após, distribuidas as fôlhas, devidamente rubricadas pela Diretora. Às 7.30 hs. iniciou-se o exame que constou das seguintes questões:
1- A voz de comando divide-se em .....
2- Para evoluções a formação mais apropriada é .....
3- Nas formações em círculo o guia deve ficar ..... do mesmo e o professor .....

Figura 15 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 27/02/1957. Fonte: Livro de Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário. Arquivo da escola

Na figura 15, fica demonstrada a parte inicial da ata do exame teórico da “III Série – Frequência Livre” do Curso Normal Regional. Nela, é possível observar o que era habitual na redação de todas as atas, ou seja, a definição da turma a ser aplicada a prova, os alunos ausentes e o horário. Destaco aqui as três primeiras questões pelas expressões: “voz de comando” e “evoluções” e pela preocupação na definição de locais onde o “guia” e o “professor” deveriam se posicionar na aula de Educação Física.

Segundo Ghiraldelli Júnior (1988), os métodos ginásticos objetivavam o desenvolvimento da aptidão física e do que era convencional na construção da chamada formação do caráter (autodisciplina, hábitos higiênicos, capacidade de suportar a dor, coragem e respeito à hierarquia). Vejamos então, a transferência mecânica dos códigos da formação física militar para a Educação Física.

No entanto, são imprescindíveis as arguições de Paiva (2004) no que concerne à Educação Física e os militares. Para repensar os estudos sobre o militarismo convencionalmente visto por seus aspectos ofensivos, a autora se vale dos estudos de Ferreira Neto (1999), quando este defende a tese de que os militares tinham um projeto pedagógico para a sociedade civil e, ao viabilizá-lo, trouxeram contribuições para uma teoria da Educação Física. Esse projeto se construiu tendo como pano de fundo uma educação da paz, que perspectivava o Exército como uma escola de consciência defensiva, de civismo e de paz; não de violência ofensiva, o que coloca em xeque a idéia de que a *educação física militarista* objetivava a educação para suportar o combate, a luta e a guerra. Segundo a autora, mais do que a formação do cidadão-soldado, parece estar em jogo a incorporação de toda a formação doutrinária que sustenta o próprio Exército, qual seja, a de que ser disciplinado é aceitar, sem objeções e com convicção, a necessidade de uma lei comum, reguladora e coordenadora dos esforços.

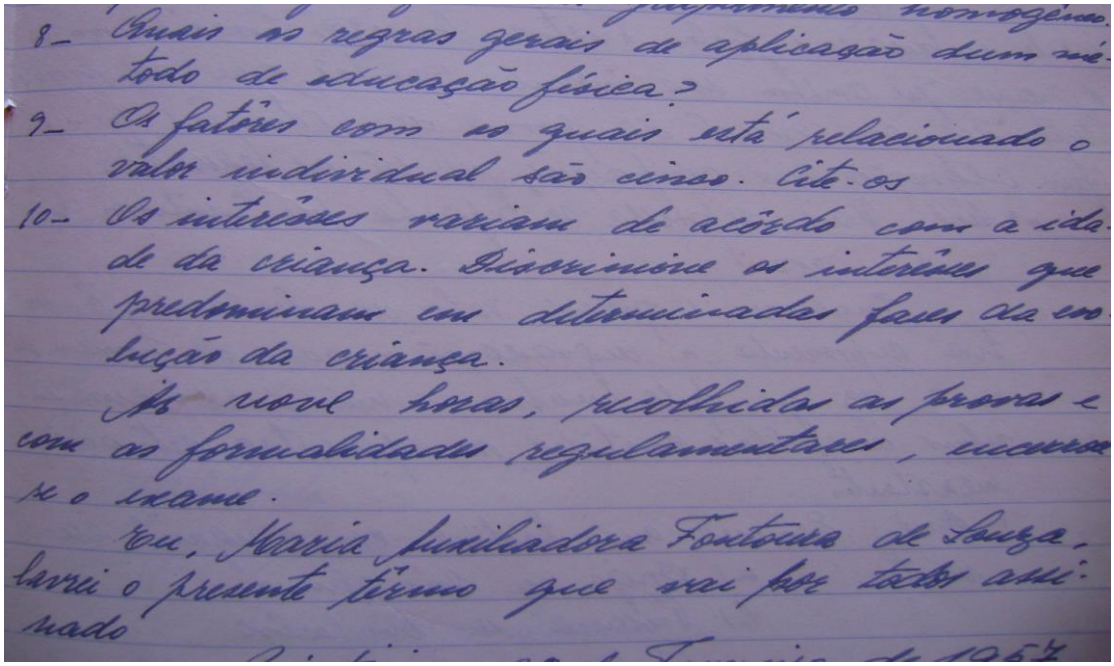

8– Quais as regras gerais de aplicação dum método de educação física?
9– Os fatôres com os quais está relacionado o valor individual são cinco. Cite-os
10– Os interêsses variam de acôrdo com a idade da criança. Discrimine os interêsses que predominam em determinadas fases da evolução da criança.
Às nove horas, recolhidas as provas e com as formalidades regulamentares, encerrou-se o exame.
Eu, Maria Auxiliadora Fontoura de Souza, lavrei o presente têrmo que vai por todos assinado

Figura 16 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 27/02/1957. Fonte: Livro de Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário. Arquivo da escola

A mesma ata traz nas suas questões finais, as seguintes expressões: “as regras de um método”; “valor individual” e “evolução da criança”. A prova foi teórica e apresentou dez questões não tendo sido, portanto, muito longa. Teve início às 7h30min e às 9h as provas foram recolhidas.

Assim, tomando por base termos frequentemente utilizados nas questões das provas de Educação Física, como por exemplo: “voz de comando”, “evoluções”, “valor individual”, “missão” do professor, “agrupamentos homogêneos”, “firmes” entre outros, denotam, mais uma vez, a presença dos aspectos militares[66] nas aulas de Educação Física.

As preocupações, em torno dos aspectos biológicos, certamente trazem vestígios da Educação Física higienista[67].

---

[66] Através do depoimento da professora de Educação Física de 1954 a 1956, Lois Wentzel, foi claramente percebida a admiração que ela traz por sua formação acadêmica que, segundo a própria, era “um sistema militar”, porque na época, “o Diretor da ESEF de Porto Alegre era um Major, o Major Targa, que depois foi Coronel” (LOIS WENTEL, 20/06/2009). Complementa, a seguir, relatando que carrega essa marca (do sistema militar da ESEF) por toda sua vida, em todas as coisas que faz, tudo é com muita disciplina e os primeiros vestígios dessa formação disciplinada já começaram a aparecer desde a educação “em casa”, passando por sua formação em Educação Física no início dos anos 1950 e reforçada na sua prática pedagógica. Essas marcas trazidas pela professora são desveladas nas suas primeiras manifestações, na expressão “hora para mim é hora”; na seriedade do olhar e no modesto sorriso com o qual fui recebida.

[67] Paiva (2004), a partir de alguns estudos chama a atenção para considerarmos o higienismo, mais do que influenciador, um movimento consolidador da área.

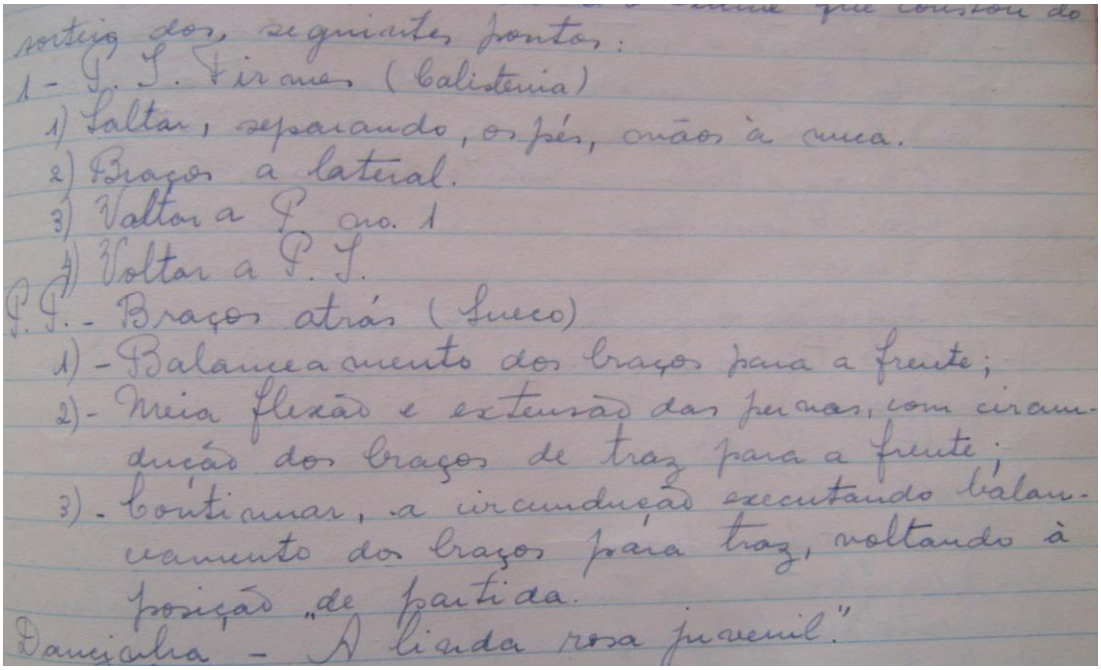

sorteio dos seguintes pontos:
1 - P. I. Firmes (Calistenia)
1) Saltar, separando, os pés, mãos à nuca.
2) Braços a lateral.
3) Voltar a P. no. 1
4) Voltar a P. I.
P. I. - Braços atrás (Sueco)
1) - Balanceamento dos braços para a frente;
2) - Meia flexão e extensão das pernas, com circundução dos braços de traz para a frente;
3) - Continuar, a circundução executando balanceamento dos braços para traz, voltando à posição de partida.
Dancinha - A linda rosa juvenil.

Figura 17 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 21/06/1956. Fonte: Livro de Atas de Exame (1954 a 1956). Arquivo da escola

A série de exercícios apresentada na figura 17 é uma das sete constantes na prova aplicada à turma de “II série” de Frequência Livre, em junho de 1956 e segue a mesma estrutura da maioria dos exames. Segundo informado na própria prova, os exercícios têm por base a “calistenia” e o “sueco” e, no intervalo de cada série, havia a “dancinha”. Aparece aqui a expressão “firmes”, na posição inicial de cada grupo de exercícios, que era usual na sessão de ginástica calistênica (anexo I).

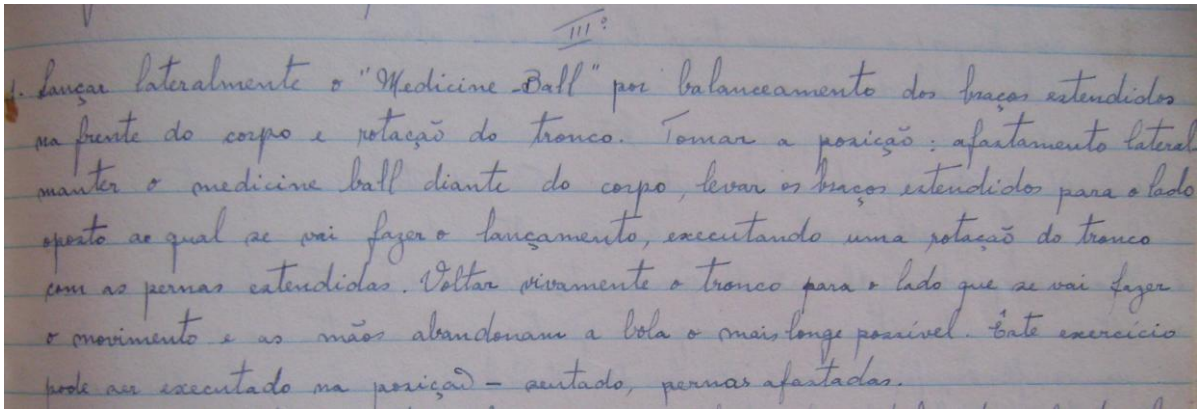
Apesar de a ginástica ser o conteúdo predominante nas provas do Curso Normal Regional, há indícios da presença de outros conteúdos: jogos diversos incluindo os pré-desportivos, danças, saltos, corridas, exercícios de agilidade, entre outros, semelhantes aos que eram desenvolvidos nas sessões de atividades físicas generalizadas (anexos J e K). Assim, a presença do ecletismo nos conteúdos é ilustrada pela atas de provas, nas quais as séries de exercícios ginásticos eram intercaladas com a dança.

Chama a atenção o exposto na Ata de Exame de Educação Física da II Série, Frequência Livre, de 27 de fevereiro de 1957 na qual consta o seguinte trecho:

> Feita a chamada, verificou-se o comparecimento de todos os alunos, menos os seguintes: Edelmira Oliveira Espinosa, Jurema Motta Lopes, Ondina S. Madruga, Cloé Cuba Gonçalves e Heloisa de Souza Nunes, estas duas últimas dispensadas do exame por se encontrarem em estado interessante.

Destaco a terminologia “interessante” empregada para designar a gravidez e uma concepção de Educação Física em que as alunas eram dispensadas das aulas, a partir de justificativas biofisiológicas.

A figura a seguir (figura 18) demonstra na questão um da prova de Educação Física aplicada à turma de frequência regular um exercício com a utilização do *medice-ball*, detalhadamente descrito. No entanto, a maioria dos exercícios ginásticos prescindia da utilização de equipamentos ou materiais didáticos.


III.

1. Lançar lateralmente o "Medicine Ball" por balanceamento dos braços estendidos na frente do corpo e rotação do tronco. Tomar a posição: afastamento lateral manter o medicine ball diante do corpo, levar os braços estendidos para o lado oposto ao qual se vai fazer o lançamento, executando uma rotação do tronco com as pernas estendidas. Voltar vivamente o tronco para o lado que se vai fazer o movimento e as mãos abandonam a bola o mais longe possível. Este exercício pode ser executado na posição – sentado, pernas afastadas.

Figura 18 – Fragmento da ata do exame de Educação Física do dia 18/11/1955. Fonte: Livro de Atas de Exame (1954 a 1956). Arquivo da escola

Embora a ex-professora Lois Wentzel (20/06/2009) tenha exposto não lembrar em que/quem (concepção de Educação Física /autores) se embasava para a elaboração das aulas e das provas, foi encontrado na Pasta de Decretos – 1956 a 1967 uma espécie de encarte encaminhado pela Revista Brasileira de Educação Física. Nesse encarte consta o sumário dos livros Sistemas e Métodos de Educação Física e Educação Física, Recreação e Jogos, de autoria de Inezil Penna Marinho, ambos editados na década de 1950. A semelhança dos exercícios ginásticos propostos por esse autor (anexos I e J) com os desenvolvidos nas aulas de Educação Física no Curso Normal Regional da Ponche Verde, leva a sugerir que as bases teóricas do mesmo serviram de suporte na elaboração das provas de Educação Física.

Inezil Penna Marinho e suas publicações marcam uma importante fase no estudo sobre Educação Física no Brasil, embora, obviamente, possam ser passíveis de diferentes críticas. A influência de suas obras foi tão grande que, como afirma Lino Castellani Filho (1988), foi o referencial hegemônico da Educação Física brasileira em determinados momentos históricos.

Com a intenção de propiciar formação continuada aos professores, no caso da professora Lois, ou treinamento[68], no caso das não formadas, a Secretaria do Estado da Educação e Cultura e os órgãos específicos responsáveis pela administração da Educação Física Escolar ofereciam Cursos de Extensão. No caso da professora Lois, consta no *Diário da escola (1955 a 1972)* seu afastamento desde o dia 19 de novembro até o dia 15 de dezembro de 1955. Nos registros diários, lê-se: "Professoras afastadas: Lois Wentzel, para a pedido da S.E.F.A.E. assistir um curso de extensão" (DIÁRIO DA ESCOLA 1955 a 1972, p. 28 (verso) - p. 31). No dia 16 de dezembro de 1955, data de encerramento desse ano letivo, encontra-se registrado: "A professora de Educação Física regressou ontem da capital do estado onde esteve, com autorização da S.E.C. para assistir cursos proporcionados pela S.E.F.A.E".

No depoimento, a ex-professora Lois Wentzel (20/06/2009) relatou não lembrar dos assuntos abordados nos cursos de formação continuada. Entretanto, João Carlos Piccoli (2005, p. 1) faz a seguinte referência a eles:

> A SEFAE-RS[69] preparou as diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Fundamental do RS que, primeiramente, se resumia no ensino de exercícios físicos baseados no Método Francês e em alguns desportos competitivos. Após 1956, foram incluídas atividades mais ecléticas e ao professor foi permitido incluir em seu programa de aulas, exercícios físicos utilizados em outros sistemas de Educação Física, tais como contestes, danças, acrobacias, excursões, escotismo, iniciação aos desportos como natação, atletismo, basquetebol, entre outros. Assim procedendo, o professor estaria estimulando o aluno a utilizar os benefícios da Educação Física em suas horas de lazer. As Diretrizes de 1956, elaboradas pela SEFAE, na gestão do professor Jacintho Francisco Targa, introduziram uma nova orientação em relação ao ensino da Educação Física no estado gaúcho e preconizava, nas escolas de ensino fundamental, o ensino da Educação Física entrosado com os demais componentes curriculares, sempre voltado para a educação integral do educando.

A partir das descrições das provas de Educação Física, dos fragmentos das falas das depoentes e de outras evidências apontadas nos documentos é possível

---

[68] Expressão utilizada no verso da página 81 do Diário da Escola (1955 a 1972), no seguinte registro do dia 20 de março de 1972: "A Professora Nilza P. Lopes encontra-se em Pelotas, assistindo o 'Treinamento de Educação Física para professores a título precário'. O referido curso será realizado de 20 a 25/03/72". A Professora Nilza P. Lopes assumiu a disciplina, *a título precário,* por não ter Curso Superior de Educação Física.

[69] O Departamento de Educação Física, estabelecido em 1942, foi substituído pela Divisão de Educação Física - DEF da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional - SEFAE, através do Decreto Estadual nº. 39.825, de 21 de agosto de 1956. A SEFAE tinha como objetivo orientar, fiscalizar, difundir, estimular e aperfeiçoar por todos os meios, a prática da Educação Física, dos esportes e da recreação na capital e no interior do estado do Rio Grande do Sul, de uma maneira geral e particularmente nos estabelecimentos de ensino.

assegurar que a Educação Física, que predominava no Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário, vinha ao encontro das propostas da SEFAE e dos seus cursos de extensão.

5.3 O uso do uniforme para a Educação Física

O uso do uniforme para as aulas práticas de Educação Física era obrigatório. Segundo o depoimento informal de Lizete Maria Frizzo (19/01/2010), os(as) normalistas usavam uma “bombachinha”, semelhante ao atual abrigo esportivo, e camisa branca. Na figura 19 a turma de normalistas que concluiu o curso em 1964 com o uniforme para a prática da Educação Física.

Figura 19 – Normalistas usando o uniforme de Educação Física – 1964.
Fonte: acervo particular ex-normalista Leila Alves Manetti

A imagem a seguir representa um jogo de Voleibol organizado pelo professor de Educação Física o qual envolvia alunas do Curso Normal Regional e alunas do Curso Ginasial. Esses jogos eram realizados fora do ambiente escolar em um campo e era permitido às comunidades escolar e piratiniense assisti-los.

Figura 20 - Jogos esportivos - Década de 1960 - Fonte: acervo da escola
De blusa e saia brancas, alunas do Curso Ginasial e de camisa branca e "bombachinha" as alunas do Normal Regional.

Ocorre que, no início da década de 1960, a professora de Educação Física foi orientada, através de um curso de formação, que durante a realização da *Ginástica Feminina Moderna*[70] as normalistas usassem um *saiote*. No entanto, a utilização dessa vestimenta para prática da Ginástica começou a ser questionada por alguns pais e culminou com o encaminhamento de um abaixo assinado contendo quarenta assinaturas. Constou em ata do dia dez do mês de outubro de 1964 a ampla discussão ocorrida após o recebimento do documento. A seguir, fragmentos da referida ata:

> [...] Iniciando a professora Laís leu o referido documento, em seguida esclareceu sôbre o curso realizado pêla professora de Educação Física no qual foi determinado o uso do referido uniforme. [...]Os Senhores Antenor Figueiredo, Alcebíades dos Santos e Horácio Silvério Gomes esclareceram que decididamente não deixarão suas filhas usarem o referido traje, sob pena de retirarem as filhas da escola. Nêste ponto a professora Lais esclareceu o local onde será realizada a ginástica, ou seja, o salão da escola e afirmou que a "Feminina Moderna" será realizada somente nêsse local, não deixando as meninas desfilarem no traje de ginástica. (LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES 1954-1972, p.44-verso).

No decorrer da reunião, os pais acabaram concordando com a proposição da Diretora e permitiram que suas filhas frequentassem as aulas de Ginástica Feminina utilizando o uniforme sugerido.

---

[70] Conforme depoimento informal da ex-normalista Erenilda Dalla Riva Viana (28/12/2009) a "Ginástica Feminina Moderna" era semelhante a atual Ginástica Rítmica e o *saiote* referido em ata era de cor azul marinho e deveria ser vestido sobre um "*collant* de pernas curtas, como um *short*", segundo ela.

Diferindo do que consta na ata, segundo a ex-normalista Erenilda Dalla Riva Viana (28/12/2009), embora as alunas ensaiassem no *salão*, a apresentação foi pública. Nas suas memórias: “nós ensaiamos e nos apresentamos no desfile de 7 de setembro de saiote. Nós apresentamos uma dança com bastões e a música era submarino amarelo”.

A constituição e o ensaio da Banda Escolar são outros acontecimentos, relacionados com a Educação Física, que são lembrados com muito orgulho tanto pela professora, como pela aluna, aparecendo como uma atribuição/tarefa da professora de Educação Física. Como mostra a fala da aluna Enedina:

> [...] eu criei uma banda no tempo do Padre Severino. Uma banda muito bonita. Claro que não tinha alguns instrumentos das bandas daquela época, daqueles desfiles. Até flauta, a parte de tambores e tudo, tudo eu tomei conta. Eram quarenta e cinco figurantes na banda. Acho que tu eras muito pequena [...]. (ENEDINA DA ROSA, 01/06/2009).

Enfim, tanto em conformidade com os paradigmas sociais e culturais, como em acordo com os termos legais, as aulas de Educação Física oferecidas pelo Curso Normal Regional da Escola Ponche Verde correspondem ao que está disposto no Art. 1º do Capítulo I da Lei Orgânica do Ensino Primário[71], decretada em 1946, quanto as suas finalidades:

> Art. 1º - O ensino primário tem as seguintes finalidades: a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de naturalidade humana.

Além de outras questões, a significação dos preceitos legais da Educação Física para o Ensino Primário, de certo modo, justifica os conteúdos e metodologias das aulas[72] do Normal Regional, tendo em vista que estas tinham por base as

---

[71] De acordo com Solange Zotti (2004), embora outras discussões tenham acontecido, a Lei Orgânica do Ensino Primário, Lei nº. 8.529 de 02/01/1946, foi a primeira iniciativa concreta do Governo Federal no intuito de traçar diretrizes para esse nível de ensino. Para Janice Mazo (2005), a obrigatoriedade da Educação Física no Estado do Rio Grande do Sul, do ensino primário até o normal, foi determinada pelo Decreto-Lei nº. 8.063 de 10/10/1945. Segundo seu Art. 100: “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em tôdas as escolas primárias, normais e secundárias”.

[72] As depoentes manifestaram que as aulas, em sua maioria, eram semelhantes às provas redigidas nas atas, pelo menos no que tange ao tipo de atividades.

orientações pedagógicas para o Ensino Primário, ou seja, era uma Educação Física que *ensinava a ensinar*[73].

Embora inúmeras outras reflexões possam ser feitas em torno das questões propostas nas provas de Educação Física, detive-me apenas em algumas que permitiram fazer relações com os objetivos que norteavam o Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário e, perceber de que forma esse componente curricular presente nos quatro anos de curso cumpriu a missão de auxiliar na consolidação desses objetivos.

5.4 As aulas de Educação Física na Escola Primária

De acordo com o Art. 47, do Cap. IV (Das escolas anexas aos estabelecimentos de ensino normal) da Lei Orgânica do Ensino Normal "todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino[74]".

Na Escola Primária da Escola Normal Regional Ponche Verde[75], a Educação Física era desenvolvida como componente curricular obrigatório[76], em três dias semanais, preferencialmente alternados. Já nas primeiras décadas de funcionamento do Curso Normal Regional, a disciplina era ministrada por uma professora especializada, inclusive no Curso Primário, fato nada habitual para o início da década de 1950[77] e que teve especial relevância no depoimento ex-aluna Enedina F. da Rosa:

---

[73] A partir da implantação do Curso Magistério, em 1975, esta disciplina denominou-se Didática da Educação Física, em duas aulas semanais, e a Educação Física que se destinava a prática esportiva, era desenvolvida três vezes por semana.

[74] De acordo com o Art. 48 da mesma lei (Lei nº. 8.530 de 1946), "além das escolas primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deverá manter um ginásio, sob regime de reconhecimento oficial". Segundo Almeida (1997), em Piratini foi instalado o Ginásio Estadual Ruy Ramos em 1962.

[75] De acordo com o Decreto Estadual nº. 3.385 de 1º de abril de 1954, que criou, dentre outras, a Escola Normal de 1º grau de Piratini, o Curso Primário do Grupo Escolar passou a denominar-se *Escola Primária da Escola Normal Ponche Verde.*

[76] Procedimento este, em consonância com os propósitos legais sobre a organização curricular do Ensino Primário que foi dada pela Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto–Lei nº. 8.529, de 02/01/1946). De acordo com os Capítulos I, II e III do Título II (Da Estrutura do Ensino Primário) desta Lei, tanto no Ensino Primário Elementar como no Ensino Primário Complementar a Educação Física aparece como uma disciplina curricular, sendo prescindida na categoria Ensino Primário Supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

[77] Após a professora Lois Wentzel, a próxima professora com graduação em Educação Física que lecionou na escola foi a própria Enedina Ferreira da Rosa, contudo, após a segunda metade da década de 1960.

> [...] a professora Lois era a professora especializada de Educação Física. A professora Dorotéia Bueno, que até já faleceu, era minha professora de aula, de quarta e quinta série, ela colocava no quadro assim: Escola Normal Ponche Verde, a data e tudo que ia acontecer. E quando chegava na hora da Educação Física, a gente tinha que escrever no Caderno Diário, assim: a cargo da professora Lois Wentzel, professora especializada em Educação Física. Ela anotava sempre no caderno assim [...] (ENEDINA DA ROSA, 01/06/2009).

Sem muitas lembranças dos conteúdos que eram desenvolvidos nas aulas de Educação Física do Primário, expôs:

> Nós no primário, tínhamos aula prática. Nós tínhamos aula de... processo pedagógico que tu que és professora de Educação Física sabes que é iniciação ao desporto. Era assim: dentro da atividade ela dava toda parte de aquecimento, formação e aplicação. [...]. Então, ela começava no aquecimento, depois dava uma formação corporal bem dada com ginástica, exercícios de agilidade, por exemplo cambalhotas, paradas de mão, isso ela já ensinava tudo, saltar e correr, isso tudo. Exercícios de agilidade ela dava também. Depois ela dava a parte de aplicação, uma iniciação ao desporto. Nós éramos criança, então ela dava assim por exemplo, caçador né? Que era para aprender a receber a bola e lançar a bola, picar a bola e coisa assim. O vôlei, por exemplo, ela dava um vôlei sem o toque em que a gente pegava com a mão e jogava para o outro lado...agora não lembro o nome... nós fazíamos os três passes e passávamos para o outro lado. Ela dava esse vôlei prá nós. Na quinta série nós já iniciamos com o toque. Nós tínhamos duas equipes. Depois ela conseguiu que a Prefeitura marcasse um quadrado ali na Ponche Verde e fez uma caixa de saltos. Sabe como é que era? Dois segurando uma corda e nós pulávamos. Ela ensinava o salto tesoura, menina!
> Ela dizia (bateu palmas): aqui vocês têm que dar o impulso e cada um tem a sua corrida, o seu tempo de corrida e ai a gente vinha. Tinha que sair, correr e...pum, salto tesoura, caia lá dentro daquele quadrado de areia. Ela já dava no primário a iniciação ao desporto e nós adorávamos a Educação Física. (ENEDINA DAROSA, 01/06/2009).

As lembranças da ex-aluna remetem à iniciação desportiva e, enfaticamente mencionados, os aspectos referentes ao aquecimento físico são parte imprescindível da aula.

A ex-aluna demonstrou satisfação ao recordar das “ginásticas” que eram desenvolvidas, somente para as meninas:

> Ah isso ela trabalhava lindamente, porque ela desenvolvia muito a dança e a ginástica rítmica. Era a coisa mais linda no tempo da Lois. Ela preparava teatro, ela era muito dinâmica. Dava esses... do cancioneiro infantil que a gente aprende né? Que eram as rodas e brinquedos cantados, que são coisas folclóricas, de antigamente, vieram da influência portuguesa, da Itália, da Alemanha, que são cançõezinhas, rodas e brinquedos cantados, ela sabia, ela tinha um catálogo, nós fazia álbum daquilo. Nós éramos crianças e fazíamos, com treze anos já. Ela levava para casa e dava nota pelos álbuns. Até bem pouco tempo ainda eu tinha guardado. (ENEDINA DA ROSA, 01/06/2009).

Outro aspecto evidenciado foi a questão das turmas mistas ou separadas por sexo. Enedina da Rosa (01/06/2009) afirmou: “Ela (a professora) separava, ela mesma atendia as duas turmas, mas eram separados os meninos das meninas. Ela e a Professora de Educação Artística arrumaram um jeito de separar”. O depoimento da ex-aluna foi ratificado pela ex-professora de Educação Física que, motivada a falar sobre a separação das turmas por sexo, foi enfática ao reafirmar:

> Era separado. Tem que ser separado masculino do feminino. Os exercícios mais fortes e os jogos também. Como é que tu vais misturar as moças e os rapazes? Hoje, por exemplo, eu assisti o voleibol internacional do Brasil. Pelo amor de Deus como um rapaz vai se jogar contra ti de uma maneira assim. Eles entre eles, tudo bem. E tem que ter a técnica, a técnica tem que ser completa, correta, senão tu não tá fazendo nada. Tudo tem a sua técnica seja lá o que for: vôlei, dança, rítmica, dança gaúcha. Tu não escapa disso (LOIS WENTZEL, 20/06/2009).

Assim, na Educação Física da Escola Normal Regional “Ponche Verde”, predominava a prática de exercícios ginásticos com bases nos métodos ginásticos e na calistenia, concomitante com a emergência de uma pedagogia que, logo após, passaria a ter no esporte uma das suas referências principais.

Com referência ao desporto como conteúdo da Educação Física, tanto o discurso da ex-professora e da ex-aluna entrevistadas quanto o que foi revelado através das fontes escritas refletem uma concepção de educação emergente na época, que a vincula diretamente à iniciação e à preparação para as diferentes modalidades de esportes que visam o treinamento e o rendimento esportivo. A esportivização da Educação Física ainda hoje, coloca-se com um entrave para os trabalhos com turmas mistas ou coeducativas. Na ânsia de buscar melhores rendimentos na aprendizagem e no aperfeiçoamento dos gestos técnicos, a maioria dos professores opta por separar as turmas por sexo.

Autores como Faria Filho (1997. p. 52) apontam o papel social assumido pela Escola e, no interior dela, pela Educação Física no sentido de *escolarizar* práticas sociais e conhecimentos. Nesse cenário, a Educação Física buscou constituir um corpo que ajudasse a construir e reproduzir os valores de corpo da época, ou seja, uma Educação Física que expressa e reproduz a divisão social de gênero, existente na sociedade.

De acordo com Vanessa Lyra (2009, p. 33), “a cada momento histórico, novos monopólios, determinações e hierarquias concorreram para o emergir, no interior das instituições escolares, de identidades corporais particularizadas e articuladas com interesses sociais maiores”. A seguir, embasada em Paiva (2004), a autora complementa afirmando que “a expressão *educação física*, antes mesmo de podermos pensá-la como um campo – ou seja, como um espaço regido por suas próprias leis, idéias e finalidades – se faz presente no arranjo mais geral do campo educacional” (p. 33).

Paiva (2004) chama a atenção para o fato de que a Educação Física não inventa “sozinha” um novo estilo de vida, ou seja, implementa um novo *habitus*. A autora sustenta que a incorporação dessa segunda natureza - *uma natureza social* - que remete à “nova maneira ‘saudável’, ‘ativa’, ‘disciplinadamente espontânea’ e, sobretudo, ‘esportiva’ de ver e viver a vida ‘feliz’” (PAIVA, 2004, p. 71) reflete uma nova mentalidade que tem suas dimensões para além das discussões próprias do campo da Educação Física.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Sou viva, assim como também o é este texto.
O texto pronto esconde, quase tranquiliza
a vida vivida nesse processo.
Opor-se, suave e persistentemente
às resistências secretas e abertas,
movimento que é diluído no texto acabado.
E porque sou viva, sofri (como muitos)
para que meus pensamentos
virassem palavras escritas".

Andrea Moreno

Coube, neste trabalho, a reflexão sobre os aspectos educacionais e culturais afetos ao Instituto Estadual de Educação Ponche Verde e o seu trânsito de Grupo Escolar a Instituto de Educação e, neste transcurso, o curso de Formação de Professores Normal Regional "Ponche Verde" e a Educação Física, bem como o contexto social de uma cidade, em determinada época singularizada por ter sido a primeira capital da República Rio-grandense.

A instalação do "Grupo Escolar da Villa de Piratiny" no ano 1926, em uma época em que poucos (na maioria homens) tinham acesso à escolarização, foi recebida como a solução para o problema do analfabetismo dos moradores da Vila. Sob os signos da ordem, da disciplina e da higiene, o grupo escolar trouxe consigo a esperança do progresso. O início das aulas com dois professores homens e duas auxiliares de ensino assinalou a supremacia masculina do professorado.

Dez anos mais tarde, em 1936, a escola mudou para o prédio próprio que, imponente em meio à Prefeitura, dois hotéis, dois *botecos* e poucas casas, foi construído tendo em vista os projetos de ampliação de escolas e da nacionalização do ensino.

Pelo menos até o ano 1954, dezesseis anos após a Vila ter sido mais uma vez elevada à categoria de cidade, também ano em que a escola foi autorizada a ministrar o Curso Normal Regional, o anunciado desenvolvimento a partir dos aspectos educacionais não havia chegado. A cidade continuava com difícil acesso, o que decorria em problemas de comunicação e meios de transporte; a luz apagava às 22 horas e o comércio era muito restrito. Tal situação denota que a educação formal, sozinha, não pode ser tratada como sinônimo de desenvolvimento.

A inauguração da Escola Normal Regional “Ponche Verde” representou um marco para Piratini e região, no sentido em que afirmou a força política e a ação dos governos (municipal e estadual) ao implantar, na cidade, o Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário. Era vislumbrada, nessa profissão, a possibilidade de um futuro mais promissor, em relação às oportunidades naquele contexto.

Entretanto, eram necessários alguns quesitos para ser normalista. Além da conclusão do ensino primário, havia a necessidade de apresentação do *atestado de bom comportamento social* e do *atestado médico de sanidade física e mental e de ausência de defeito ou distúrbio funcional*, sendo que o primeiro deveria ser assinado pela Direção da Instituição Escolar em que o candidato concluiu o Ensino Primário ou por uma autoridade local reconhecida.

Os pretendentes que não tivessem um reconhecimento social estavam automaticamente impossibilitados de frequentar o curso de formação de professores. Para as mulheres, a situação era ainda mais complicada, pois, ser professora era uma das poucas profissões com aceitação social, na época.

Além disso, diante das evidências, as questões econômicas também se constituíam em fator determinante na entrada e na permanência no Normal Regional. Embora sendo a instituição pública, eram cobradas taxas para o material escolar e caixa escolar, além da mensalidade.

A oportunidade de *parar* no pensionato aumentou as chances das meninas do interior e de outras localidades seguirem seus estudos, tendo em vista a segurança e o caráter familiar que o mesmo apresentava. Todavia não era acessível a todas, necessitando a apresentação do atestado de boa conduta anterior e o pagamento de mensalidade.

Nessa ótica, as moças oriundas de famílias com menos condições financeiras ou menos re/conhecidas na sociedade, tinham mais dificuldades para dar continuidade aos estudos e buscar uma maior independência.

Diante das imposições colocadas, sejam via aspectos legais, sejam socialmente determinadas, as alunas(os) do Curso Normal Regional, normalmente eram oriundas(os) de famílias bem sucedidas, na maioria das vezes renomadas.

Os comportamentos almejados no Curso Normal Regional, pautados por princípios de disciplina, ordem, obediência a regras, moral, bons costumes e enquadramento na doutrina cristã/católica estão intimamente relacionados ao lema do curso: c*omo princípio: a PÁTRIA; como norma: o CARÁTER; como fim: DEUS.*

Num município pouco favorecido profissionalmente, para as meninas e, em alguns casos, também para os meninos, a Escola Normal representava uma possibilidade de prosseguir a estudar. As meninas seriam educadas de acordo com as normas bem vistas pela sociedade e com certeza se tornariam professoras devotadas de amor à profissão, aptas para lidar com as crianças como se fossem seus filhos, afinal a Escola Primária deveria ser a extensão do lar. Caso não seguissem a carreira docente, as normalistas seriam boas esposas, donas de casa e mães exemplares, ou ainda, numa terceira opção, caso o casamento não acontecesse ou não fosse bom, as mulheres formadas como Regentes do Ensino Primário estariam aptas a ajudar nas despesas de casa.

Pela aceitação social que o magistério alcançou na época, ele se tornou uma opção tanto para as mulheres que iam efetivamente lecionar, quanto àquelas que pretendiam, em um primeiro momento, somente continuar os estudos.

Quanto ao discurso, ainda hoje recorrente na cidade e na região, de que o curso Normal Regional “ensinava mais que a própria faculdade" e de que o mesmo “mudou a vida das pessoas”, cabe acrescentar que ele trazia em seus critérios de admissão e permanência um perfil idealizado de quem seriam as (os) candidatas (os) mais ou menos preferidos para se formar Regente do Ensino Primário.

As práticas escolares possuíam um rigor disciplinar considerado importante para a formação das normalistas e para a estabilidade normativa institucional, a qual era bastante rigorosa quanto aos horários e as posturas das alunas. Com o objetivo de auxiliar na manutenção dessa ordem, existia a presença do inspetor disciplinar, que na ausência do professor e nos intervalos exercia a função de vigilante.

Nesse cenário, a busca pela aptidão física e pela ordem disciplinar norteava os objetivos da Educação Física, inserindo-a no projeto político pedagógico maior da escola, sendo a ginástica o conteúdo privilegiado.

A prática da ginástica era organizada em séries de exercícios (bases calistênicas e nos métodos ginásticos) com movimentos segmentados e previamente estabelecidos e cada série era intercalada com uma dança (folclórica, rítmica, ou gaúcha). Essa alternância caracteriza a existência de um certo ecletismo nas atividades. De caráter mais lúdico, a dança desempenhava um papel compensatório e de desconcentração à rigidez e a repetição dos exercícios analíticos que constituíam os diferentes métodos ginásticos, quase todos com forte influência militar.

Em algumas aulas, aparecem as atividades relacionadas à "Sessão de Atividades Físicas Generalizadas" que anunciavam a inserção do esporte como conteúdo. Vale destacar que os suportes empíricos aqui utilizados (atas) se referiam às décadas de 1950 e 1960. A partir 1970, em um contexto marcado pela ditadura militar, os objetivos principais da Educação Física Escolar se voltaram mais para a iniciação esportiva e o esporte de alto rendimento.

Entretanto, independente do conteúdo (ginástica, dança, desporto ou outro), os indícios históricos levantados e analisados indicam que a forma predominante da Educação Física se inserir no projeto político pedagógico da escola e do magistério foi contribuindo na constituição de um corpo disciplinado e cordial aos discursos e as normas sociais vigentes nas diferentes épocas.

A função de auxiliar na educação ideal preconizada pelo Curso de Formação de Professores, ou seja, uma educação pautada por princípios de moral, bons costumes e do civismo, assegurava a esse componente curricular uma substancial importância, à medida que era obrigatório em três aulas semanais, durante os quatro anos de curso e havia a preocupação com professor especializado.

Os Métodos Ginásticos, em sua sistematização, agregam princípios de ordem e disciplina e, de modo geral, acentuam finalidades muito semelhantes como as de regenerar as populações e combater os vícios posturais e os hábitos corporais não desejáveis (Higienismo e Eugenia). Em outro plano, as finalidades se complementam pelo desejo de desenvolver nos indivíduos a "vontade, a coragem, a força, a energia de viver" (SOARES, 1994) e as posturas e atitudes moralistas.

Segundo Soares (1998), o termo "físico" se referia a todo o organismo e envolvia processos para a educação orgânica, psicomotora, do caráter e intelectual que, na área escolar, orientava-se por aprendizagens de cunho inatistas e por um

ensino mecanizado, cuja forma de transmissão visualizada na estrutura dos métodos ginásticos denuncia os objetivos que a fundamentam.

Ainda para essa autora, os métodos ginásticos estavam vinculados aos paradigmas funcionalistas da sociedade e biológico-funcionalista da Ginástica / Educação Física. Assim, a ginástica foi (e ainda está sendo) submetida à ciência natural, sendo prescritiva, de enquadramento do ser humano, de padronização social e de amoldamento da subjetividade humana.

Esse amplo projeto de racionalização dos corpos e dos sujeitos, materializado no controle, na disciplina e na ordem deveria começar ainda na infância, a partir da educação das crianças; sendo elas as mensageiras deste novo ideal, levariam aos lares novos conceitos de civilidade, saúde, higiene, moral e bons costumes.

Estes poderes e deveres outorgados à Ginástica/Educação Física já haviam sido anunciados por Rui Barbosa (1883), quando afirmou que “as lições práticas de moral talvez sejam mais poderosas do que os preceitos inculcados verbalmente” (p. 174).

A Educação Física não pode ser entendida senão, através dos incessantes movimentos de transformação no contexto social, político, econômico e cultural em que se desenvolve a própria sociedade. No Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário isso se fez notar, predominantemente, pelas maneiras que ela se inseriu nos anseios de moralidade, disciplina e civismo aspirados pela sociedade nas décadas de 1950 e 1960.

O curso Normal Regional formou mais de 300 normalistas provenientes de várias cidades gaúchas, algumas destas próximas do município de Piratini, outras nem tanto[78]. Sem nenhum questionamento ao consolidado discurso sobre a qualidade dos professores e dos conteúdos ministrados, vale destacar que na época em que o curso esteve em funcionamento não existiam muitos cursos normais, justificando assim, o grande número de normalistas que emanavam de outras cidades para frequentar o CFREP.

Muitos discursos identificam a professora primária como uma pessoa boa, dedicada, gentil e maternal, o que contribuiu para um esvaziamento da dimensão profissional do magistério, tendo reflexos, também na escola Ponche Verde.

---

[78] A procedência dos(as) normalistas pode ser verificada no Apêndice A.

Assim, entre mudanças e permanências, atualmente o curso de formação de professores é denominado Normal. Com o passar dos anos diminuiu consideravelmente a sua demanda. Se nos anos de 1950 e 1960 ele foi responsável por alterações educacionais e culturais na comunidade piratiniense e região, no ano 2008 o curso esteve na eminência de ser extinto e, em 2010, recebeu a matrícula de vinte alunos no primeiro ano; sete no segundo, quatro no terceiro e nove no quarto ano[79].

Embora a frequência ao Curso Normal, atualmente, não represente o *status* social que antes lhe era conferido, culturalmente a escola carrega, até os dias de hoje, a marca de um ensino mais qualificado e de que seus alunos e professores são de uma classe socialmente mais favorecida.

O reflexo dessa marca pode ser percebido em algumas situações cotidianas. Em depoimento informal, a professora de inglês Rosimeire Simões de Lima (05/05/2009) contou que ao sair de uma escola municipal, no ano 1993, para iniciar carreira na Ponche Verde, ouviu de uma de suas colegas: “Tu vais ter que trocar o *guarda-roupa* para trabalhar na Ponche Verde”.

Além disso, o paradoxo a seguir também confirma o estigma de que a escola Ponche Verde é uma escola de *elite*: os alunos que concluem o Ensino Fundamental em outras escolas do município resistem à ideia de serem transferidos para a mesma optando, muitas vezes, pela interrupção dos estudos. Ao passo que, a procura por vagas, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em detrimento a outras escolas na cidade, é grande, ocasionando filas de espera anualmente. É presente no Instituto Estadual de Educação Ponche Verde o legado deixado pelo Normal Regional.

Além disso, o *status* ora referido, altera-se, também, em função da conjuntura histórica. Se antes as moças e alguns rapazes (neste caso) desejavam sair cedo de casa e ter uma profissão que lhes garantisse emprego, salário e consequente independência financeira, atualmente não há, entre os jovens, tanta pressa em sair de casa e a conclusão do Curso Normal não representa mais ter uma profissão e emprego imediato. Assim, as alterações educacionais, sociais e históricas, mas principalmente a intensa desvalorização da profissão determinaram o quadro de

[79] Há uma grande diferença em comparação a demanda do Ensino Médio que teve, neste ano, 320 alunos matriculados nas sete turmas de primeira série, 164 alunos no segundo ano e 107 no terceiro.

abandono hoje atribuído ao cursos Normais e também ao Curso Normal da Escola Ponche Verde.

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral e a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALMEIDA, Davi. **História do Município de Piratini:** roteiro histórico e sentimental. 2.ed. Piratini: CEAJ, 1997.

AMARAL, Giana Lange do. O Negro no Contexto Social da Primeira Capital Farroupilha. **Revista da UCPel**, Pelotas, v.3, n.2, p.61- 71, 1999.

AZEVEDO, F. **Obras completas**. v. 1. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BARTHES, Roland. **A Câmara clara:** Notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BARBOSA, Rui. **Obras Completas.** http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\ObrasRui\ObrasRuiMP.docpro&Pasta=Vol.%20X%20(1883)\Tomo%20II&PagLog=&Pesq=&PagFis=. Acesso em: 20 jan.2010, às 23h 12min.

BONDIA, Jorge L. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Universidade de Barcelona, Espanha. Trad. de João Wanderley Geraldi. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf. Acesso em: 12 jun. 2009, às 20h47min.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. Apresentação da primeira edição. In: ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAMARGO, Iberê. **Gaveta de guardados.** Disponível em: http://www.iberecamargo.org.br/content/artista/pensamentos_02.asp. Acesso em: 03 jun. 2009, às 18h02min.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

D'ÁVILA. Jayime Lucas. **Povoadores de Piratini**: açorianos (casais d'el-rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

DUTRA, Iracema F. **História e Memória de Piratini** – em seus bairros, ruas, praças e avenidas. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2008.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **História da Sexualidade III:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade II:** o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder** :Graal, 1979. p.15-37.

FARIA FILHO, L.M. de. História da escola primária e da Educação Física no Brasil: alguns apontamentos. In: SOUZA. Eustáquia S.; VAGO, Tarcísio M. **Trilhas e Partilhas**: educação física na cultura corporal e nas práticas sociais. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p. 43-58.

GALEANO, Eduardo. **De pernas para o ar:** a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação física progressista**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.

GOELLNER, Silvana V. **O método francês e a Educação Física brasileira**: da caserna à escola. 1992. 215f. Dissertação. UFRGS, Porto Alegre.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, Rosimeire S. de. Da Zona Rural à Trajetória de Poeta, Radialista, Advogado e Vereador em Piratini (RS): Juarez Machado de Farias, uma liderança local. In: PERES, Eliane (Org). **Memórias de Alfabetização**. Pelotas: Seiva, 2007. p. 217-230.

LOURO, Guacira. L. Magistério de primeiro grau: um trabalho de mulher. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 31-39, 1989.

MARINHO, Inezil, P. **Sistemas e Métodos de Educação Física**. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1953.

_____. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Brasil Editora, s.d.

MAZO, Janice Z. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.143-167, 2005.

MOITA, Maria Conceição. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, Antônio. **Vidas de Professores**. Porto Alegre: Porto Editora, 1995.

MONTENEGRO. Antônio Torres. A invenção do Olhar. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.). **Os desafios Contemporâneos da História Oral**. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1997.

MUCHAIL, Salma. Um filósofo que prática histórias**. Dossiê Cult Edição Especial** (Filosofia Francesa Contemporânea). São Paulo: Bregantini, p. 27-29, 2010.

NARCIZO, Rodrigo M. **Modelando o mestre cristão**: um estudo sobre estratégias católicas de formação docente na primeira metade da década de 1930. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo02/Coordenada%20por%20Libania%20Nacif%20Xavier/Rodrigo%20Mota%20Narcizo%20-%20Texto.pdf. Acesso em 28 jan. 2010, às 17h35min.

NORA, Pierre (Org.). **Ensaios de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993.

NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, n.4, p.109-139, 1991.

_____. O passado e presente dos professores. In: NÓVOA, Antônio (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p.13-34.

PAIVA, Fernanda S. L. **Relatório de pesquisa apresentado para exame de qualificação**. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2001. 153 p.

_____. Notas para pensar a Educação Física a partir do conceito de campo. Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2004_especial/05_artigo_fernanda_paiva.pdf . Acesso em 05 fev. 2010, às 14h05min.

PERES, Eliane; LIMA, Rosimeire S. de. O Curso de Regentes do Ensino Primário da Escola Normal Ponche Verde de Piratini (1953-1974). In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (Orgs.). **Instituições formadoras de professores no Rio de Grande do Sul**. Pelotas: Editora da Universidade UFPel, 2008. p.135-158.

PERES, Eliane T. (org). **Memórias de Alfabetização**. Pelotas: Seiva, 2007.

_____. História da Educação: as relações de gênero em Pelotas no final do século XIX e início do século XX. **História da Educação**. Pelotas, v.2, n.3, p.5-34, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PICCOLI , João C. A Educação Física escolar no Rio Grande do Sul. in: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. Disponível em: http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/129.pdf. Acesso em: 07 jul. 2009, às 14h45min.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.143-167, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética da História Oral. In: **Projeto História**. São Paulo, n.15, 1997.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 7, n.12, 1995.

SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso sobre as Ciências**. Edições Afrontamento; Porto, 1988.

SILVA. Ana M. Corpo. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Orgs.). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 99-101.

SOARES, Carmen L. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

_____. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. Métodos Ginásticos. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo E. (Orgs.). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Ed. Unijuí. 2005. p.278-282.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena C. História, memória e memória da educação. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena C. (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. **História da Educação.** Pelotas. ASPHE/FaE/UFPel, n 3, p. 35-58, 1998.

_____. Profissionalização, Escola Normal, feminização e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública-1880/1935. In: HYPOLITO, Álvaro M., VIEIRA, Jarbas dos S., GARCIA, Maria M. A. (Orgs.). **Trabalho Docente: formação e identidades.** Pelotas: Seiva, 2002. p. 67-97.

TANURI, Leonor M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas. n. 14, p.61-87, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARGAS, Cláudia M. M. de; BARCELOS, Tatiane C. **Retrospectiva Histórica x Formação de Professores.** 2003. 120f. Monografia (Curso de Pós-Gradução em Educação Brasileira) – Departamento de Educação e Ciências do Comportamento, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito**.** In: AQUINO, Júlio G. (Org). **Diferenças e preconceito na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: SUMMUS, 1998. p. 93-105.

ZOTTI, Solange A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil dos jesuítas aos anos de 1980**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

Documentos:

BRASIL. Decreto – Lei nº. 8.529, de 02/01/1946. Lei Orgânica do Ensino Primário.

BRASIL. Decreto – Lei nº. 8.530, de 02/01/1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.

BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20/12/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11/08/71. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971. Disponível em: http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/. Acesso em: 11 jan. 2010, às 8h 46min.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Edital de Abertura de Matrícula para a Primeira Série do Curso Normal Regional de Piratini,** 1954.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Álbum de fotografias: Escola Normal Regional Ponche Verde** – 1ª Turma de 1957.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Atas de Exames e sabatinas – 1937 a 1964.**

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Atas de Exames do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário.** 1956 a 1957.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Decretos e Leis de 1950 a 1967.**

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Livro de atas de reuniões de professores: 1954 a 1972.**

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Diário da Escola.** 1955-1972.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º graus Ponche Verde**, 1995.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PONCHE VERDE. **1º Encontro da Saudade – Escola Normal Regional Ponche Verde - 1998**, Álbum de fotografias, 1998.

PINHEIRO MACHADO. População. http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 01 jul. 2009, às 19h35min.

PIRATINI, **LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS DA CÂMARA DA VILLA DE PIRATINY DE 1879 A 1884** (Arquivo do Museu Histórico Farroupilha).

PIRATINI. Contagem da População 2007 e Área da Unidade Territorial. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 28 ago. 2009, às 8h47min.

PIRATINI. Lei Municipal nº. 86, de 30/09/1957. Aprova o Regulamento Interno do Pensionato da Escola Normal Regional "Ponche Verde" desta cidade.

PIRATINI. Lei Municipal nº. 163, de 25/02/1966. Dispõe sobre doação de área territorial.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 3.603, de 26/01/1926. Institue um Grupo Escolar na Villa de Piratiny.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 3.898, de 4/10/1927. Expede novo Regulamento da Instrução Pública.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 1.174, de 05/10/1944. Dá denominação a um Grupo Escolar.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 3.030, de 16/05/1952. Dispõe sobre a organização e funcionamento das Escolas Normais de 1º grau.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 3.385, de 1º/04/1953. Cria Escolas Normais de 1º grau.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 22.975, de 18/01/1974. Transforma Curso.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 22.975, de 18/01/1974. Altera a denominação do Curso Normal Ginasial.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 26.620, de 19/01/1978. Reorganiza estabelecimento de ensino.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº. 12.919 de 07/04/08. Declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado a Semana Farroupilha de Piratini

Entrevistas:

DUTRA, Iracema F. Depoimento. (14/05/2008)

FARIAS, Marli de O. Depoimento. (09/01/2010)

FRIZZO. Lizete M. Depoimento. (19/01/2010)

HACKBART. Neli da S. Depoimento. (21/11/2009)

LIMA, Rosimeire S. de. Depoimento (05/05/2009)

ROSA, Enedina Ferreira. Depoimento. (01/06/2009)

VIANA, Erenilda D. R. Depoimento. (28/12/2009)

WENTZEL, Lois. Depoimento. (20/06/2009)

Apêndices

APÊNDICE A - Formandos do Curso Normal Regional

ALUNOS(AS) DO CURSO NORMAL REGIONAL – PIRATINI/RS		
ANO DE FORMATURA	**NOMES**	**CIDADE**
1957	Branca Sória de Farias	Piratini
1957	Ceura Machado Amaral	Piratini
1957	Célia Duarte Betrechovoski (falecida)	Rio Grande
1957	Comba Andrade Dias	Piratini
1957	Deony Nogueira da Rosa	Canguçu
1957	Djanira Garcia Dias	Pelotas
1957	Dora da Conceição Pinheiro Vaz	Piratini
1957	Elza Grierson Mendes	Bagé
1957	Ieda Silveira Machado	Piratini
1957	Irma Perdomo Fagundes	São Gabriel
1957	Ilka Perdomo Dulon	São Gabriel
1957	Iolanda Souza Alves	Piratini
1957	Iony Garcia	Piratini
1957	Jandira Cuba Alves	Piratini
1957	Julema Conceição Meireles	Piratini
1957	Leda Dutra d'Ávila	Piratini
1957	Nay Moraes	Pinheiro Machado
1958	Alícia Feres	Bagé
1958	Ana Maria Damasceno Alvarenga	Piratini
1958	Cloé Figueira Oliveira	Piratini
1958	Eloci Pinheiro Madruga	Piratini
1958	Gladis Afonso Amaral	Piratini
1958	Ilva Barbosa de Oliveira	Piratini
1958	Izolina Campos Ligório	Canguçu
1958	Ivone Machado Lobato	Piratini
1958	Jandira Dutra do Amaral	Piratini
1958	Julema Conceição Meireles	Piratini

1958	Jurema Mota Lopes	Piratini
1958	Maria Conceição Sória	Piratini
1958	Maria Machado da Silveira	Canguçu
1958	Maria Dalva Madruga	Piratini
1958	Maria Petrona O. Vaconcelos	Bagé
1958	Marly Ribeiro Corral	Piratini
1958	Nadir de Souza Farias	Piratini
1958	Noemy Silveira da Cruz	Piratini
1958	Terezinha de Jesus Soares de Moraes	Piratini
1958	Valpiro José Cardoso	Canguçu
1959	Ceura Creusa Costa Bezerra	Piratini
1959	Dolores Lucas da Rosa	Pinheiro Machado
1959	Francisca Abelina Colares de Oliveira	Bagé
1959	Luiza Garcia Lopes	Piratini
1959	Maria Glicéria Oliveira	Santa Vitória
1959	Maria de Lurdes Gonçalves Acosta	Dom Pedrito
1959	Marlena de Jesus Motta Lopes	Piratini
1959	Maria Onória de Souza	Piratini
1959	Maria Silveira da Cruz	Piratini
1959	Maria Izabel Crespo	Piratini
1959	Maria Pinheiro Madruga	Piratini
1959	Neiva Madruga Rodrigues	Piratini
1960	Ayde Madruga Moreira	Piratini
1960	Alda da Rosa Porto	Piratini
1960	Arlete Meireles de Oliveira	Piratini
1960	Doroti Gomes Antunes	Piratini
1960	Enedina Ribeiro Ferreira	Canguçu
1960	Julia Gomes Figueiredo	Piratini
1960	Izoleta Terezinha Bitencurt	Caçapava
1960	Iracema Ribeiro Ferreira	Pelotas
1960	Maria Amália Pinheiro Furtado	Piratini

1960	Maria Adail Meireles	Piratini
1960	Maria Helena da Rosa Rodrigues	Piratini
1960	Nilza Preciosa Lopes	Piratini
1960	Norma de Souza Pinheiro	Piratini
1961	Alda Nunes Rocha	Pelotas
1961	Erlene Maria Garcia Miller	Piratini
1961	Enilda de Moraes Mota	Piratini
1961	Eva da Rosa Cardoso	Piratini
1961	Eva Nunes Lemos	Canguçu
1961	Elida do Amaral Luiz	Piratini
1961	Elida Moraes Baquine	Piratini
1961	Helena Ana de Moraes Mota	Piratini
1961	Jandira Vaz Madruga	Piratini
1961	José Adeni da Rosa Rodrigues	Piratini
1961	Ieda Azambuja Camargo	Torrinhas
1961	Iraidê Maria Forgianini	Caçapava
1961	Luzanira Madruga Garcia	Piratini
1961	Loiracy Rodrigues Garcia	Caçapava
1961	Maria Zerci Meireles Oliveira	Piratini
1961	Maria Leniza Dorneles	Caçapava
1961	Narendra Oliveira Souza	Piratini
1961	Noeli de Souza	Piratini
1961	Ondina Sória Madruga	Piratini
1961	Tereza Goularte Batalha	Piratini
1961	Vani de Souza	Piratini
1961	Zeferina Oliveira Machado	Piratini
1962	Alda de Oliveira Luçardo	Piratini
1962	Alda Maria Saraiva	Piratini
1962	Ana Delza Valmarath Lima	Caçapava
1962	Eloisa Meireles de Oliveira	Canguçu
1962	Gilda Lemos dos Passos	Piratini

1962	Geni da Rocha Cardoso	Canguçu
1962	Juana Moraes Baquini	Piratini
1962	Julieta Dutra	Piratini
1962	Iara Maria Garcia Furtado	Piratini
1962	Iolanda dos Santos Oliveira	Piratini
1962	Jurema Camargo Ibeiro	Torrinhas
1962	Laci de Oliveira Acosta	Piratini
1962	Maria Antonieta de Oliveira Costa	Piratini
1962	Maria Enedi Melo de Oliveira	Caçapava
1962	Maria Ligia Goularte Borges	Piratini
1962	Sara Meireles	Piratini
1962	Silba Sória Gomes	Piratini
1962	Shirlei Azambuja Camargo	Pinheiro Machado
1962	Terezinha Iribarrem	Canguçu
1962	Terezinha de Jesus Souza	Piratini
1962	Terezinha Nascimento de Lima	Caçapava
1962	Vilma Paz Leão	Caçapava
1962	Zeni Garcia Ferreira	Santana da Boa Vista
1963	Adê Terezinha Freitas da Silva	Caçapava
1963	Adelaide Lopes Pinheiro	Piratini
1963	Almira Oliveira Silveira	Piratini
1963	Ana Tereza Rodrigues Lemos	Piratini
1963	Bernadete Dutra Peres	Jaguarão
1963	Bernardina Nunes de Souza	Piratini
1963	Carmem Regina Garcia	Piratini
1963	Cêlda Ibeiro de Ávila	Piratini
1963	Dalva Gomes Antunes	Piratini
1963	Dalvarina Darques	Caçapava
1963	Dóris Ramos Teixeira	Herval
1963	Eni Iribarrem	Canguçu
1963	Geci da Rocha Cardoso	Canguçu

1963	Geni dos Santos Oliveira	Piratini
1963	Gislaine B. Simone	Pinheiro Machado
1963	Glaci Maria Afonso Amaral	Piratini
1963	José Dionei Madruga	Piratini
1963	Joeci Martins Almeida	Piratini
1963	Julieta dos Santos Garcia	Piratini
1963	Iara Beatriz Duarte	Camaquã
1963	Ieda Rodrigues Leite	Dom Pedrito
1963	Leontina Ferreira Dorneles	Caçapava
1963	Leopoldina Beléia Farias	Piratini
1963	Leni Foster de Oliveira	Piratini
1963	Marly Alves da Rosa	Piratini
1963	Maria de Lurdes Soares de Moraes	Piratini
1963	Marlene Duarte Sedrez	Canguçu
1963	Nilza Oliveira Acosta	Piratini
1963	Odilon Oliveira Acosta	Piratini
1963	Rozália Ribeiro Ferreira	Piratini
1963	Vera Alaídes Silveira	Pedras Altas
1963	Zilda Oyarzabal Siqueira	Bagé
1964	Ieda Juçara de Oliveira Farias	Piratini
1964	Ivanir Amaral Silveira	Piratini
1964	Jaluz Andrade de Ávila	Piratini
1964	Leda Oliveira Machado	Piratini
1964	Leila Alves Manetti	Piratini
1964	Leia Mail Lucas da Rosa	Pinheiro Machado
1964	Lizete Maria Frizzo	Caxias do Sul
1964	Luiz Mar Medina Pedra	Piratini
1964	Luiz Carlos Ribeiro Corral	Piratini
1964	Maria Nernardina de Oliveira Gonçalves	Piratini
1964	Maria da Conceição Amaral Garcia	Piratini
1964	Maria de Lurdes de Moura	Piratini
1964	Maria Iribarrem Borges	Piratini

1964	Maria José Parente	Piratini
1964	Maria Marli de Oliveira	Piratini
1964	Mari Elena Rodrigues da Silva	Caçapava
1964	Maria Enilda Rosário dos Santos	Piratini
1964	Maria Enilda Madruga	Piratini
1964	Maria Helena Farias Alves	Piratini
1964	Maria Siderlei Pazinato	Caçapava
1964	Marlene da Silva Medeiros	Caçapava
1964	Maritana Amélia Alves D'Avila	Piratini
1964	Margarida Rodrigues de Moraes	Piratini
1964	Nair Maria de Freitas	Caçapava
1964	Nilva Moraes Baquini	Piratini
1964	Regina Tereza Lopes Ferreira	Caçapava
1964	Tania Maria Silveira Manetti	Piratini
1964	Valda Teresinha Lima	Caçapava
1964	Zaíra Marques de Oliveira	Piratini
1964	Zeni Ferreira da Silva	Caçapava
1964	Zilda Silva da Rosa	Caçapava
1965	Carmem Iara da Costa Lemos	Piratini
1965	Cleni Acosta Soares	Piratini
1965	Dulci Marlem Fernandes	Alegrete
1965	Eda Furtado Marine	Cachoeira do sul
1965	Ivonete da Silva Moraes	Piratini
1965	Ivone Rosario de Moraes	Piratini
1965	Jane Martins Almeida	Porto Alegre
1965	Nizete Iribarrem	Canguçu
1965	Terezinha de Jesus Borba de Moraes	Pinheiro Machado
1965	Vera Marta Espíndola Gomes	Piratini
1965	Zelina Vaz Quevedo	Piratini
1965	Zulma Dias Figueredo	Bagé
1966	Aldina da Rosa Porto	Piratini

1966	Ana Joaquina Vargas Machado	Piratini
1966	Arani de Oliveira Rosa	Piratini
1966	Derni Francisco Rodrigues	Piratini
1966	Edema Barcelos Ortiz	Piratini
1966	Ênes Madruga Sandi	Piratini
1966	Iara Rodrigues Leite	Dom Pedrito
1966	Ledi Antunes da Silveira	Piratini
1966	Lia Mar Madruga Garcia	Piratini
1966	Lia Mar Medina Pedra	Piratini
1966	Maria Adelina Calda	Herval
1966	Maria da Conceição Barbosa de Jesus	Piratini
1966	Maria Zoé Urruth Garcia	Caçapava
1966	Nelda Rosário Borges	Piratini
1966	Rosemare Ávila Gomes	Piratini
1966	Santa Rita Lima Porto	Piratini
1966	Selma Valente da Luz	Piratini
1966	Teófila Leonor da Silveira	Piratini
1966	Terezinha Santiago Coelho	Pelotas
1966	Zenilde d'Avila Damasceno	Piratini
1967	Altema Ribeiro de Oliveira	Piratini
1967	Ana dos Anjos Farias Casteluche	Piratini
1967	Araci Farias Quevedo	Piratini
1967	Carmem Pinheiro Lemos	Piratini
1967	Geci Ribeiro Ferreira	Canguçu
1967	Helena Dias de Souza	Canguçu
1967	Horlandina Ribeiro Ferreira	Piratini
1967	Inilda Ribeiro Ferreira	Piratini
1967	Maria Alda de Lima Farias	Piratini
1967	Maria Gládis Borges da Rosa	Piratini
1967	Maria Brandina de Ávila	Piratini
1967	Niza de Ávila Cardoso	Canguçu
1967	Neuza Meireles de Oliveira	Piratini

1967	Neida da Cruz Noguês	Piratini
1967	Neiva Madeira Garcia	Bagé
1967	Onissia Rodrigues Farias	Piratini
1967	Sueni Foster de Oliveira	Piratini
1967	Tertuliana Tulipa Oliveira Luçardo	Piratini
1967	Terezinha de Jesus Garcia de Oliveira	Piratini
1967	Teófila Madeira Antunes	Piratini
1967	Vanilda Prestes Ferreira Amaro	Canguçu
1967	Vilma dos Santos Oliveira	Piratini
1967	Zara Garcia Baladares	Piratini
1967	Ziltamar da Cunha Martins	Piratini
1968	Aide da Silva Moraes	Piratini
1968	Ariosto Dutra Garcia	Piratini
1968	Cristina Lisbela Vaz Gonçalves	Piratini
1968	Dirce Lisbela Vaz Gonçalves	Piratini
1968	Elvia Andrade Pinheiro	Piratini
1968	Erenilda Dalla Riva Viana	Piratini
1968	Elma Clarinda Andrade Pinheiro	Piratini
1968	Eva Maria Madruga	Piratini
1968	Geni Lemos	Piratini
1968	Gelcy Dolores Acosta	Piratini
1968	Ione Rosário de Moraes	Piratini
1968	Iranda Machado D’Ávila	Piratini
1968	Jussara Farias Vieira	Piratini
1968	Jurema Dutra Pereira	Piratini
1968	Lêda Andrade d’Avila	Piratini
1968	Linderlete Lima Porto Almeida	Piratini
1968	Marleni Farias Dutra	Piratini
1968	Maria da Conceição O. Perret	Canguçu
1968	Maria da Luz Meireles	Piratini
1968	Maria Ilaine Souza Meireles	Piratini
1968	Margarida Estela D. Almeida	Piratini

1968	Marli de Oliveira Farias	Piratini
1968	Neli da Silva Harkbart	Piratini
1968	Roni Iribarrem	Piratini
1968	Santa Moreira da Cunha	Canguçu
1968	Sirlei de Ávila Borges	Piratini
1968	Tereza Gomes Antunes	Piratini
1968	Tânia Regina Barbosa	Piratini
1969	Adão Noé da Cruz	Piratini
1969	Anita da Rosa Luiz	Piratini
1969	Antonia Inácia da Silveira	Piratini
1969	Carmem Regina Pinheiro Vaz	Piratini
1969	Dalva Cardoso de Oliveira	Piratini
1969	Enilza Maria Ferreira	Piratini
1969	Eva Farias Ulguim	Piratini
1969	Eva de Jesus Medeiros	Piratini
1969	Guiomar Nunes Lemos	Canguçu
1969	João de Oliveira Mota	Piratini
1969	Juana Catarina Campo N. Dorneles	Alegrete
1969	Margarida Meireles de Oliveira	Piratini
1969	Maria Cândida Pinheiro de Castro	Piratini
1969	Marli Macedo de Oliveira	Piratini
1969	Marta Glade Lucas Gonçalves	Piratini
1969	Mariza Iribarrem	Canguçu
1969	Nilza Ferreira de Mendonça	Piratini
1969	Neufrides Maria Gomes	Piratini
1969	Noeli Gonçalves de Souza	Piratini
1969	Sandra Darc Porto de Ávila	Piratini
1969	Terezinha Alves Teixeira	Santana da B. Vista
1969	Zeni Maria dos Santos Funari	Piratini
1969	Zilá Ulguim da Rosa	Piratini
1970	Eni Rosário Leon	Pelotas

1970	Eva Bachini Andrade	Piratini
1970	Eva Eliana Andrade Porto	Piratini
1970	Iara Maria de Campos Vieira	Pelotas
1970	Leda Estreito Dutra	Piratini
1970	Maria de Lurdes de Souza Nunes	Piratini
1970	Maria Lenita Ribeiro Ferreira	Piratini
1970	Marlei Nunes de Souza	Piratini
1970	Maria Conceição Morales de Ávila	Piratini
1970	Mariza Martins Almeida	Piratini
1970	Neuza Vaz Silva	Piratini
1970	Nair Farias Souza	Piratini
1970	Neri Farias Quevedo	Piratini
1971	Aldaisa Fernandes da Rosa	Piratini
1971	Alba Manetti Rodrigues	Piratini
1971	Almira Leopoldina Treicha Garcia	Piratini
1971	André Vinoldo Garcia Getens	Pelotas
1971	Amélia Ezalte de Farias	Piratini
1971	Ana Julia Garcia	Piratini
1971	Crenilda da Silva Rodrigues	Piratini
1971	Enilda Pedra de Moraes	Piratini
1971	Islair Pereira	Canguçu
1971	Iloir dos Santos Oliveira	Piratini
1971	Juerci Silvana S. Duarte	Piratini
1971	Loiraci Oliveira Castro	Piratini
1971	Maria Amélia Farias Quevedo	Piratini
1971	Maria Gicelda Garcia Martins	Piratini
1971	Mariléia Farias Dutra	Piratini
1971	Marinesa Rosário Leão	Piratini
1971	Maria Irene de Tunes	Piratini
1971	Santa Maurícia Garcia	Piratini
1972	Aida Soares da Rosa	Piratini

1972	Ana Izabel Xavier Garcia	Rio Grande
1972	Anadir Pinheiro Meireles	Piratini
1972	Doraci Pinheiro Meireles	Piratini
1972	Luecir Sória Madruga	Piratini
1972	Maria Ambrosina Morales Oliveira	Piratini
1972	Maria Eda Madruga Pinheiro	Piratini
1972	Maria Andrade D'Ávila	Piratini
1972	Marli Erci Silva Duarte	Piratini
1972	Ormezinda Farias de Vargas	Piratini
1972	Rosa Maria Cardoso	Piratini
1973	Ademar Mendes Soares	Piratini
1973	Ana Augusta da Silva Moraes	Piratini
1973	Arani Rosário de Leão	Piratini
1973	Carmem Lia Souza Garcia	Piratini
1973	Carmem Regina Andrade da Silveira	Piratini
1973	Eloá Pedra Quevedo	Piratini
1973	Eloá de Oliveira	Piratini
1973	Geni Afonso da Silva	Piratini
1973	Islair Maria Damasceno Antunes	Piratini
1973	Marilanda de Ávila Borges	Piratini
1973	Marilena Garcia Lopes	Piratini
1973	Zilá da Silva	Piratini
1974	Alda Maria Lopes Xavier	Arroio Grande
1974	Dilva de Lima Mota	Canguçu
1974	Evanilda Lima Borges	Canguçu
1974	Eva Ávila de Lima	Piratini
1974	Elanha Maria Madruga de Tunes	Piratini
1974	Jaluz d'Avila Sória	Piratini
1974	Maria Laci da S. Oliveira	Piratini
1974	Mirta Crespo Cardoso	Piratini
1974	Orlandina Prestes Ferreira	Canguçu

1974	Oneti Pinheiro Furtado	Piratini
1974	Vera da Graça de Souza Oliveira	Piratini
1974	Vilma Luzitana	Piratini
1975	Jandira Luiz de oliveira	Piratini
1975	Maria Silva Duarte	Piratini
1975	Noami Mendes Soares	Piratini

Quadro construído a partir de uma Listagem de alunas normalistas elaborada para realização dos convites do “I Encontro da Saudade – Normal Regional - 1998”. Fonte: arquivo da escola

APÊNDICE B – Roteiro para a entrevista com a professora Enedina Ferreira da Rosa

1) Dados pessoais

Nome:
Data de Nascimento:
Cidade onde mora atualmente:
Profissão (situação atual):

2) Aluna da Escola:

a) Em que época a senhora estudou na Ponche Verde?
b) No Ensino Primário, existiam aulas de Educação Física? Fale sobre essas aulas (práticas, teóricas)?
c) E a avaliação? Existiam provas de EF? Como eram? Teóricas? Práticas?
d) Existia espaço próprio para a prática da Educação Fìsica?
e) Como eram as turmas? Mistas? Separadas por sexo?
f) E quanto aos Professores? Tinham formação em Educação Física?
g) E no Curso Normal como eram as aulas? Tinham fins estritamente pedagógicos, direcionados para a Formação?
h) E quanto às relações de poder na escola? Como eram percebidas (enquanto aluna) as relações entre professores e alunos? E professores e Direção?

3) Relação com a Educação Física:

a) Você fez Faculdade de Educação Física? Onde?
b) Em que ano você ingressou na faculdade? Em que ano concluiu?
c) Lembra do porquê da escolha do Curso (se teve alguma relação com a EF escolar ou não)?

4) Professora no I.E.E. Ponche Verde:

a) Como foi sua forma de ingresso na Ponche Verde?
b) Trabalhou em outras escolas? Ou outro local como professora de Educação Física?
c) Em que ano ingressou na escola? Trabalhou por quanto tempo?
d) Para que modalidades de Ensino?
e) Por que se afastou (isto porque eu sei que ela saiu antes de se aposentar)?

<u>Se deu aula para o Curso Normal ou Magistério dependendo da época:</u>

a) Sabe como era a entrada dos alunos(as) no curso? Ouvi falar num tal exame de admissão? Como era feito esse exame? Existiam outros requisitos?
a) Como eram as aulas de Educação Física? Quais objetivos? Isso na sua percepção ou a concepção/objetivos de EF na Escola eram claros?
f) Era exigido exame médico (atestando saúde física) para a prática de Educação Física?

g) Existia alguma orientação da Direção/Coordenação sobre a condução do processo ensino-aprendizagem?
h) Como eram percebidas as relações entre a Direção (outros cargos de chefia) e os professores?
i) Como eram as turmas do Curso Normal? Mistas? Existiam alunos nessa época? Em relação à raça, existiam alunas ou alunos negros?
j) A Educação Física como componente curricular (confirmar se era) era valorizada? Em que épocas era mais, ou menos valorizada?
k) Na década de 60, fiquei sabendo sobre a “Divisão de EF, Recreação e Jogos”, do “Departamento de Cultura geral” da Escola Normal regional Ponche Verde. Como era isso. Essa organização significava um maior respaldo à EF? Por exemplo, na minha época de Magistério, final da década de 80, eu não lembro disso. Como a senhora vê essa situação?

5) Outros

a) Da sua passagem pela Escola como aluna que acontecimentos que você lembra, e considera importante de ser registrado?
b) E como professora, algum episódio lhe chamou mais atenção, que mereça ser relatado?

APÊNDICE C – Roteiro para a entrevista com a professora Lois Wentzel

1) Dados pessoais

Nome:
Data de Nascimento:
Cidade onde mora atualmente:
Profissão (situação atual):
Que trabalhos teve antes da PV e após trabalhar no PV:

1) Relação com a Educação Física:

a) Onde a senhora cursou a Faculdade de Educação Física? Em que ano ingressou na faculdade? Em que ano concluiu?
b) Fale um pouco sobre como eram essas aulas:
c) Antes estudou onde? Tinha Educação Física?
d) Lembra do porquê da escolha do Curso? (se teve alguma relação com a EF escolar ou não)

2) Professora de EF no I.E.E. Ponche Verde:

a) Em que período a senhora trabalhou na Ponche Verde (vi sua assinatura nas atas das provas do Curso de Regentes do Ensino primário nos anos de 1955 e 1956)?
b) Como foi sua forma de ingresso na Ponche Verde?
c) Num material intitulado "Diário da Escola – 1955 a 1972" a senhora foi afastada da escola (convocada pela S.E.F.A.E.) desde o dia 19 de novembro ao dia 12 de dezembro de 1955 (pelo menos até esse dia dizia: Lois Wentzel – convocada pela S.E.F.A.E. para assistir a um curso de extensão). A Senhora lembra como eram esses cursos? Com que frequência havia cursos de extensão? Como eram as atividades nesses cursos?
c) Trabalhou em outras escolas? Ou outro local como professora de Educação Física?
d) Para que modalidades de Ensino?
e) Depois que a senhora saiu sabe quem ficou no seu lugar?
f) A senhora dava aula para quantas turmas? Em torno de quantos alunos tinham nas turmas?

Primário:

a) Como era a Educação Física no ensino Primário? Uma disciplina? Uma atividade?
b) A senhora lembra como eram essas aulas de EF?
c) A Profa. Enedina falou que as turmas eram separadas por sexo, que a senhora organizava assim, isso era sua iniciativa ou era orientada para isso? Por quê?
d) Também fiquei sabendo, através dela, sobre algumas atividades que eram dadas. Ela falou sobre saltos, danças folclóricas. O que a senhora lembra?
e) Quantas vezes tinham aulas de EF e com que duração?

Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário:

a) Como eram as aulas de Educação Física? Quais objetivos? Isso na sua percepção ou a concepção/objetivos de EF da Escola? Ficava claro para vocês?
b) E o espaço físico para realização das aulas como era?
c) Nos dias de chuva havia aula de EF? Como eram essas aulas?
d) Havia materiais/equipamentos esportivos para realização das aulas? Quais?
e) Era exigido exame médico (atestando saúde física) para a prática de Educação Física?
f) Existia alguma orientação da Direção/Coodenação sobre a condução do processo ensino-aprendizagem?
g) Como eram percebidas as relações entre a Direção (outros cargos de chefia) e os professores?
h) Como eram as turmas do Curso Normal? Mistas? Existiam alunos nessa época? Existiam alunas/alunos negros?
i) A Educação Física como componente curricular (confirmar se era) era valorizada?
j) Quantas vezes tinham aulas de EF no Curso Normal e com que duração?

Sobre as atas:

a) Os exames de Educação Física eram destinados a quem?
b) A senhora mesma preparava as provas/exames ou outra pessoa? E quando a senhora não estava durante a aplicação, como era?
c) As atividades/exercícios que eram realizados eram sempre definidos antes: sueco, rítmica, dancinha, calistenia. Em que material a senhora se embasava para a preparação das provas?
d) Sempre no início das atas constava: "após sorteio dos pontos[...]". Como era na prática? Isto significava que aqueles exercícios todos eram sorteados. Eram elaborados mais questões do que aquelas? Eram sorteados alguns dentre aqueles? O sorteio era feito sempre a partir dos mesmos pontos? (Não vou perguntar tudo isto, são as possibilidades que pensei, conforme suas colocações vou perguntando).
e) Havia uma prova teórica e outra prática? Na prática como eram realizados os exercícios? Só ou o grupo todo? E as danças? Gáuchas? Rítmicas?
f) Tinha a ver com as aulas ou eram exercícios específicos para os exames?
g) Quem assinava junto com a senhora as atas?
h) Eram aplicadas a todos os alunos que não alcançassem a média? Nos quatro anos de curso?
i) Ao final dizia: "Às X horas, encerrou-se o exame com as formalidades regulamentares". Que formalidades eram essas?

3) Outros

a) Da sua passagem pela Escola como aluna que acontecimentos a senhora lembra e considera importante de ser registrado?
b) E como professora, algum episódio lhe chamou mais atenção, que mereça ser relatado?

Anexos

ANEXO A – Caderneta escolar

CADERNETA ESCOLAR

ESCOLA NORMAL REGIONAL «PONCHE VERDE»

PIRATINI

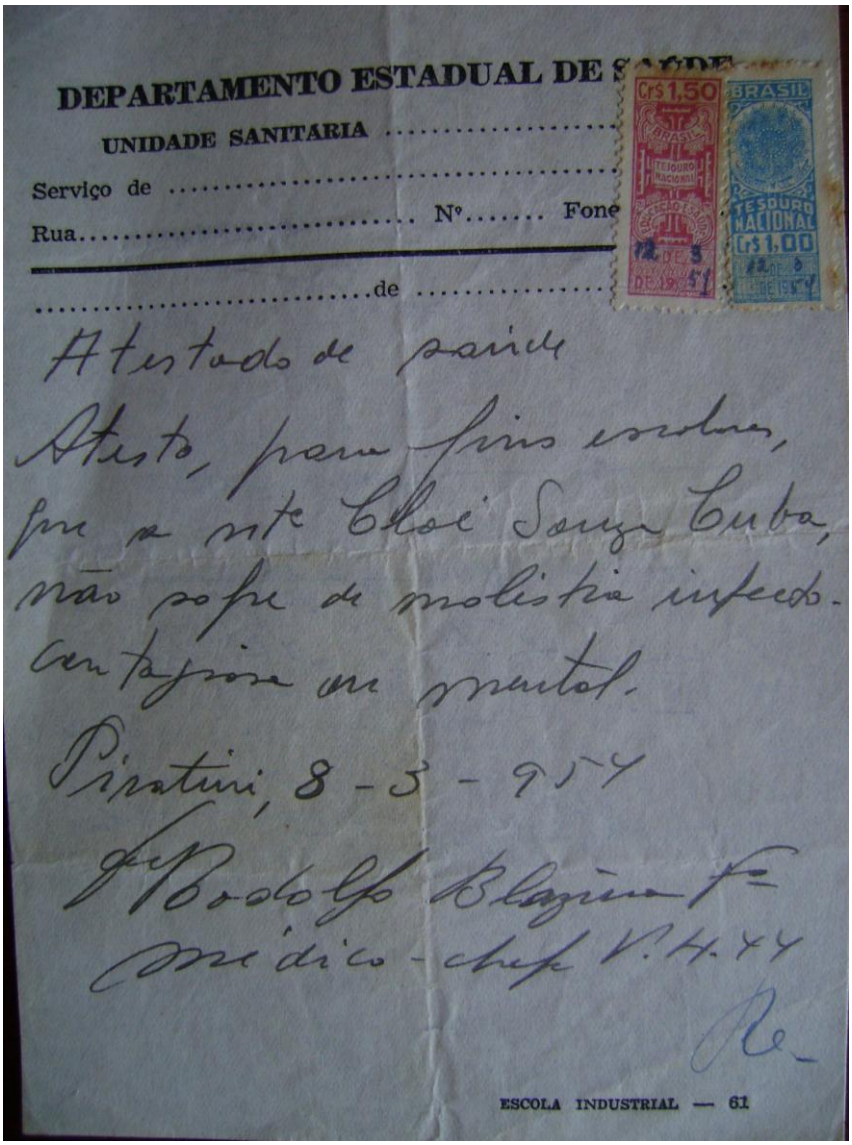
19.....

Aluna Ieli da Silva Lachbart

.....

Diretora

ANEXO B – Atestado de sanidade física e mental e de ausência de defeito ou distúrbio funcional



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

UNIDADE SANITARIA .....

Serviço de .....

Rua..... Nº..... Fone

.....de .....

Atestado de saúde

Atesto, para fins escolares, que o nto Eloi Souza Cuba, não sofre de moléstia infecto-contagiosa ou mental.

Piratini, 8-5-954

Rodolfo Blazina F.
Médico-chefe V.H.44

ESCOLA INDUSTRIAL — 61

ANEXO C – Atestado de bom comportamento social

Atestado de aproveitamento escolar e comportamento

Moral e social

Atesto que a candidata á matrícula na 1a. serie do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primario. Heura Ma. Amaral, revelou aproveitamento escolar satisfatório e bom comportamento moral e social, durante o tempo que frequentou o curso Primário do Grupo Escolar, "Ponche Verde".

Piratini, 8 de março de 1954

Lygia M. C. de Farias

Resp. pela Direção

Reconheço verdadeira a assinatura de Lygia M. C. de Farias.

Piratini, 8 de Março de 19 54

Em testº da verdade

O Notario

Manoel Pacheco D'Avila
NOTARIO
Oficial de Registro Geral
PIRATINI

ANEXO D – Atestado de bom comportamento social

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINÍ

ATESTADO DE COMPORTAMENTO MORAL E SOCIAL.

ATESTO que a candidata à matricula na 1a. série do Curso XX Formação Regentes do Ensino Primário, JUREMA DA CONCEIÇÃO MEIRELES, tem revelado bom comportamento moral e social, durante o tempo que exerce o magistério municipal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINÍ, 3 DE MARÇO DE 1954.

Roque Soares do Amaral-

Vice- prefeito em exercício

Reconheço verdadeira a assinatura de Roque Soares do Amaral. Dou fé.

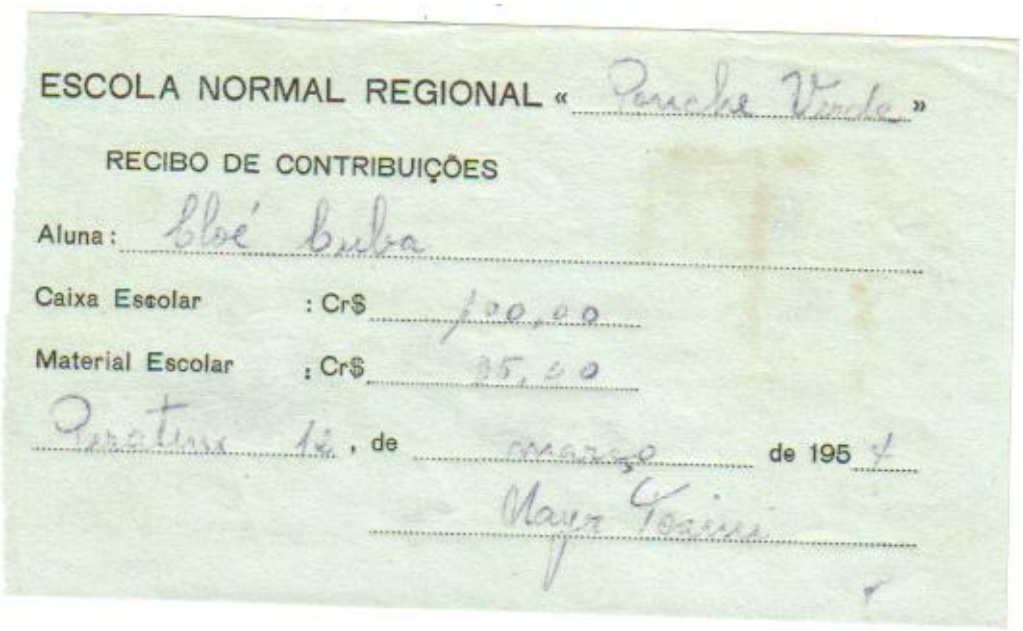
Piratini, 3 de Março de 1954

Em testo da verdade

O Notário

Manoel Roberto D'Avila
Notário e Oficial de Registro Geral
Piratini

ANEXO E – Recibo de pagamento de taxas



ESCOLA NORMAL REGIONAL « Paraíba Verde »

RECIBO DE CONTRIBUIÇÕES

Aluna: Cloé Bulba

Caixa Escolar : Cr$ 100,00

Material Escolar : Cr$ 35,00

Paraíba 1º, de março de 195 4

Maria Teixeira

ANEXO F – Formulário de comprovação de entrega dos documentos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESCOLA NORMAL REGIONAL

" Ponche Verde " de Piratini
(Nome da Escola) (Localidade)

SENHOR DIRETOR

A abaixo – assinada, desejando freqüentar o Curso de Regente de Ensino Primário, vem solicitar matrícula na 1.ª série, como aluna com frequencia livre, para o que junta os documentos neste relacionados.
(Regular ou com Freqüencia livre)

Piratini, 3 de Março de 1954

Guilerma da Conceição Meireles

ANEXOS :

1. certidão de nascimento
2. atestado comportamento social
3. " exercicio profa municipal
4. " médico
5. recibo de contribuiçoes
6. 2 fotografias
7. atestado de que concluiu o cur-
8. so primario

ANEXO G – Certificado de Conclusão do Curso Normal Regional – frente

Escola Normal Regional "Ponche Verde"

PIRATINI — RIO GRANDE DO SUL

Luiz Carlos Ribeiro Correa

natural de Piratini

filha de Francisino Correa e de Maria da Gloria Ribeiro Correa

concluiu o **Curso de Regentes de Ensino Primário**, de conformidade com o Decreto-lei Federal n.º 8530, de 2 de janeiro de 1946, combinado com o Decreto-lei Estadual n.º 3030, de 16 de maio de 1952, pelo que lhe é conferido o presente

CERTIFICADO DE REGENTES DE ENSINO PRIMÁRIO

Piratini, 14 de dezembro de 1962

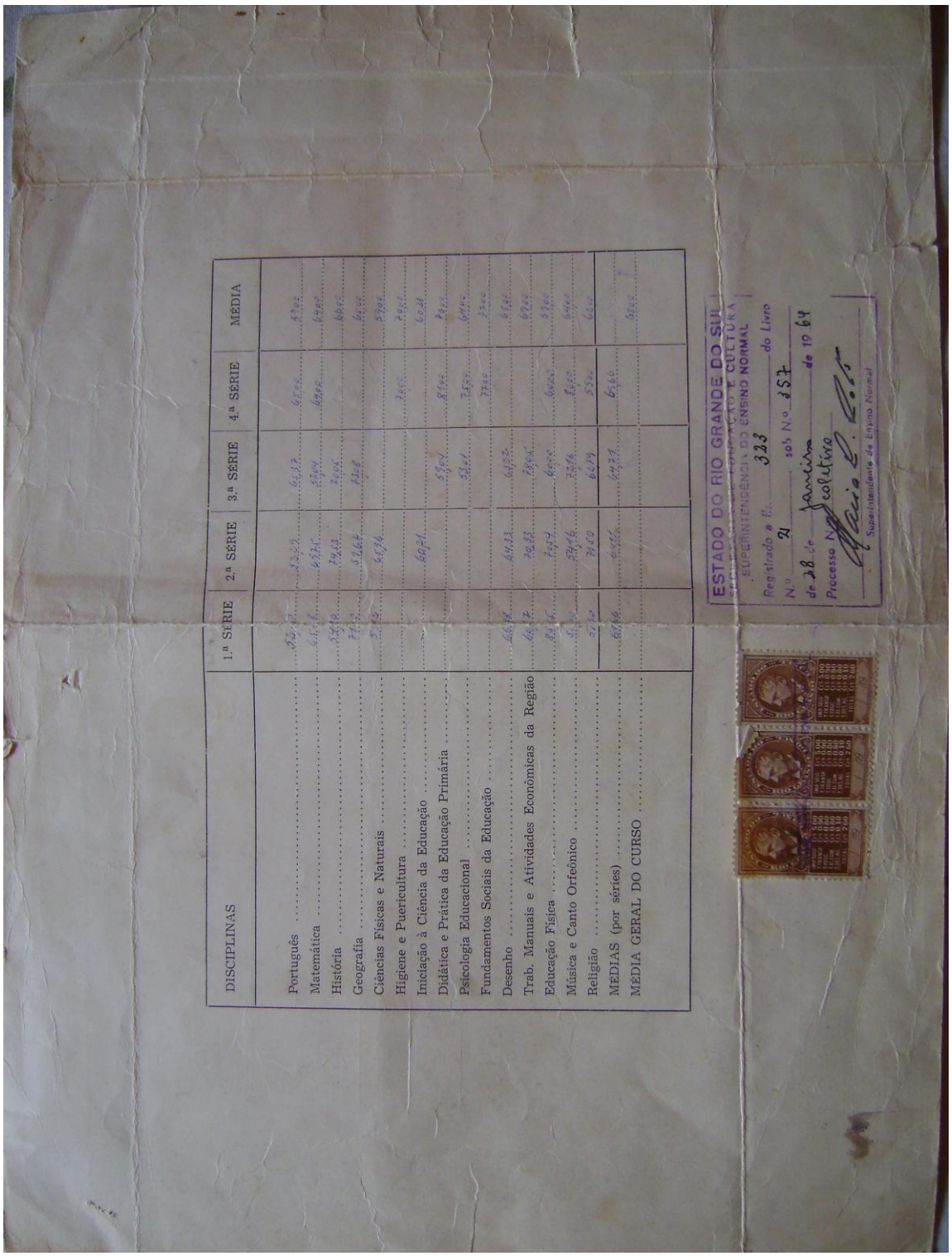
Diplomada

Diretor

SEC-S-Comunicação
Proc. nº
FLS.

Livraria Mundial — Pelotas

ANEXO H – Certificado de Conclusão do Curso Normal Regional – verso



DISCIPLINAS	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE	MÉDIA
Português	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Matemática	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
História	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Geografia	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ciências Físicas e Naturais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Higiene e Puericultura	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iniciação à Ciência da Educação	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Didática e Prática da Educação Primária	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Psicologia Educacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fundamentos Sociais da Educação	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Desenho	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Trab. Manuais e Atividades Econômicas da Região	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Educação Física	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Música e Canto Orfeônico	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Religião	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
MÉDIAS (por séries)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
MÉDIA GERAL DO CURSO					

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO NORMAL
Registrado a fl. 323 do Livro
Nº 21 sob Nº 357
de 28 de Janeiro de 1964
Processo Nº Coletivo
Superintendente do Ensino Normal

ANEXO I – Exemplo de Sessão de Ginástica Calistênica

VII — MODÊLO PARA SESSÃO DE GINÁSTICA CALISTÊNICA

Marchas:

1 — Com mãos à cintura e elevação alternada dos joelhos e extensão da perna no 3.º tempo.
2 — Acelerado.

— 282 —

I — Exercícios de braços e pernas.

Posição inicial: firme..
3 — a) Mãos ao peito e perna elevada à frente em flexão, alternar.
b) Posição inicial.
4 — a) Punhos aos ombros e perna esq. estendida atrás.
b) Posição inicial.
5 — a) Mãos à nuca e pernas separadas à frente num salto.
b) Posição inicial.

II — Exercícios para a parte póstero-superior do tronco (dorsais)

Posição inicial: Pernas em afastamento lateral.
6 — a) Braços alt. palmas para cima, com elev. do calcanhar.
b) Posição inicial.
Posição inicial: Afastamento para frente.
7 — a) Braço esq. acima, pela frente e braço direito à frente.
b) Posição inicial.
Posição inicial: firme..
8 — a) Braço esq. oblíquo acima pela frente e perna esq. oblíqua a fundo para frente.
b) Posição inicial.

III — Exercícios para a parte póstero-inferior do tronco (lombares)

Posição inicial: Mãos à nuca.
9 — a) Inclinar tronco para frente, formando um ângulo reto com as pernas.
b) Posição inicial.
Posição inicial: Braços lateralmente na horizontal, palmas das mãos para cima.
10 — a) Perna esq. à frente a fundo, palmas das mãos no chão.
b) Posição inicial.
Posição inicial: firme..
11 — a) Perna esq. a fundo atrás, mãos à ponta do pé direito.
b) Posição inicial.

IV — Exercícios laterais do tronco:

Posição inicial: Mãos aos ombros, pernas em afast. lateral.
12 — a) Braços acima, inclinação lateral tronco à esq. com flex. da perna esq.
b) Posição inicial.
Posição inicial: Mãos ao peito, e perna esq. à frente.
13 — a) Braços acima e rotação do tronco à esquerda.
b) Posição inicial.

— 283 —

Posição inicial: Braços na vertical.

14 — a) Perna esq. a fundo lat. inclinação do tronco à direita.
b) Posição inicial.

V — Exercícios de equilíbrio:

Posição inicial: Mãos à cintura.

15 — a) Inclinar o tronco à frente, mãos à ponta do pé direito, elev. perna esq. rígida atrás e acima.
b) Posição inicial.
16 — a) Sentar-se de cócoras, ext. braços para cima.
b) Posição inicial.
17 — a) Ext. perna esq. para frente e tocar com ambas as mãos a ponta do pé.
b) Posição inicial.

VI — Exercícios abdominais:

Posição inicial: decúbito dorsal, mãos sob a bacia pelviana.

18 — a) Pernas flex. sôbre o peito.
b) Posição inicial.

Posição inicial: Decúbito dorsal, mãos à nuca.

19 — a) Sentar-se, mãos à ponta dos pés.
b) Posição inicial.

Posição inicial: Apôio frontal (mãos e pés em contacto com o chão).

20 — a) Flex. de braços e ext. da perna esq. para trás e acima.
b) Posição inicial.

VII — Exercícios de ombros e espáduas:

Posição inicial: Braços estendidos lateralmente:

21 — a) Perna esq. a fundo atrás, abraçar perna direita.
b) Posição inicial.
22 — a) Circundação de braços para cima.
b) Id. Id. Id., adiante (pequenos círculos).
23 — a) Molinete de braços para dentro, sep. perna esq. (passo) à frente.
b) Executar o mov. inverso, pos. inicial.

VIII — Saltos e saltitamentos (sufocantes):

Posição inicial: Mãos à cintura.

24 — Saltitamento, pés unidos, com afastamento lateral no 3.º tempo.
25 — Saltitamento com elevação do joelho no 3.º tempo.
26 — Saltitamento com salto no 3.º tempo.
1 — Lenta.
2 — Final.

VII — EXERCÍCIOS

1 — Quais as diferenças fundamentais entre os esquemas de Skarstrom e de Wood nas lições de Calistenia e que interpretações permitem?
2 — Organize uma lição de calistenia para principiantes.

— 284 —

Fonte: MARINHO, Inezil, P. **Sistemas e Métodos de Educação Física**. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1953. p. 2 284

ANEXO J – Exemplo de Sessão de Educação Física Generalizada

IV — A SESSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DESPORTIVA GENERALIZADA (4)

Fatôres essenciais a levar em conta para a composição de uma Sessão de Educação Física Desportiva Generalizada, segundo a orientação do I.N.S.:

A Sessão de Educação Física Desportiva Generalizada compreende 4 partes:

1) — **Aquecimento** — exercícios de efeitos higiênicos; preparação articular, muscular e nervosa. Superativação funcional. Solicitação prudente do organismo.

2 — **Exercícios de flexibilidade e desenvolvimento muscular** — parte formativa, efeitos morfológicos. Flexibilizar e tonificar. Se não se dispõe de material, utilizar um companherio como oponente.

3) — **Exercícios de agilidade e energia** ("Cran") — efeitos sôbre o caráter. Desenvolver o gôsto pelo perigo, adquirir o domínio do corpo e a confiança em si.

4) — **Aplicação desportiva** — Processos e formas recreativas, tendo um caráter de emulação coletiva e no espírito das atividades escolhidas: desportos coletivos, individuais e de combate.

Educação Moral e Cívica:

1) — Respeito às convenções ou regras estabelecidas.

2) — Respeito aos concorrentes ou às equipes adversárias. (Reprimir as trapaças, as violências, a cólera, o rancor, o menosprezo. Exaltar o jôgo franco e a honestidade no decorrer dos exercícios efetuados sob a forma de jogos coletivos).

---

(4) — O trabalho sob êste título é de autoria dos Profs. Pierre Clerc, Roger Crenn e Auguste Listello e foi publicado no n.º 13 da Revista do I. N. S., referente aos meses de janeiro-fevereiro de 1951.

Fonte: MARINHO, Inezil, P. **Sistemas e Métodos de Educação Física**. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1953. p. 390

ANEXO K – Princípios de Educação Física Generalizada

Princípios de Educação Física Desportiva Generalizada

Prof. A LISTELLO
(I. N. S. — FRANÇA)

Em 1945, após a guerra e sua terrível lição, a Direção Geral da Juventude e dos Desportos decidiu reunir tôdas as Federações Desportivas Francêsas a fim de criar na França um Sistema de Educação Física no qual os desportos fôssem mais dignamente representados, proporcionando aos jovens francêses uma justa compensação das suas necessidades.

Essa tarefa foi confiada ao Instituto Nacional de Desportos que dispunha naquela época de instalações muito precárias.

Mr. Baquet foi, então, encarregado de realizar essa tarefa.

Em 1945 foi criada uma Seção de Pedagogia Desportiva que o autor tem a honra de dirigir juntamente com dois magníficos auxiliares (Mr. Clerc e Mr. Crenn.)

Hoje, sob a grande competência do Sr. Diretor do Instituto Nacional de Desportos, todos os professôres e monitores francêses do corpo docente do Instituto trabalham dentro dêsse espírito e orientação, oferecendo direta ou indiretamente sua cooperação honesta e leal no desenvolvimento contínuo da idéia moderna que fazem da Educação Física Desportiva.

Os princípios da Educação Física Desportiva Generalizada, experimentados no Instituto Nacional de Desportos, se propõem proporcionar uma atividade corporal espontânea a milhares de jovens de ambos os sexos que não conhecem a satisfação do esfôrço físico, do domínio do seu corpo e da exaltação (expressão) do seu ser.

Por isso, levando-se em conta a nossa experiência, a psicologia da juventude e os conhecimentos filosóficos e científicos atuais, queremos substituir o exercício executado por obrigação, pelo exercício executado por prazer ou ainda executado por imperiosa necessidade.

Por outro lado, sabendo-se que o ser humano está sob a influência escolar sòmente uma parte da sua vida (1/6 aproximadamente), desejaríamos que o adulto, no interêsse da sua saúde, continuasse a praticar voluntàriamente (espontâneamente) durante tôda sua vida, por hábito, por necessidade ou por prazer.

Se tantos métodos, tanto na França como no estrangeiro, tornaram-se inoperantes, é por que não levaram na devida consideração o fator psicológico, que é um elemento preponderante.

Na nossa opinião, a expressão "Educação Física" foi atualmente ultrapassada em sua significação. Tinha um sentido limitado, pois dava a impressão de que se destinava exclusivamente ao corpo e que tinha por objetivo sòmente melhorar ou conservar a estrutura do mesmo, isto é, parecia dirigir-se sòmente ao aspecto físico.

Ao contrário, desejamos que a educação moderna exerça sua influência ao mesmo tempo sôbre o corpo, sôbre o espírito, sôbre o caráter e mesmo sôbre o senso social, ou melhor, que ela englobe o indivíduo como um todo.

Por meio do exercício corporal podemos agir sôbre os quatro elementos acima citados.

Entretanto, qual o gênero de trabalho, quais os exercícios através dos quais poderemos alcançar êsses objetivos? Será aquêle que constantemente vem submeter e cercear ou será aquêle que, proporcionando ao indivíduo a oportunidade de descobrir suas aptidões e seus gostos, lhe dará o conhecimento de si próprio, permitindo assim orientar sua atividade e sentir-se plenamente satisfeito?... Será, sim, sòmente o exercício dosado, que não ofereça problemas, que não tolha nem a iniciativa e nem a responsabilidade, mas que limita ou vence as dificuldades.

Assim, sabemos que o conhecimento de si mesmo se efetua, sobretudo, pela comparação com seus semelhantes (que, aliás, são diferentes, não nos esqueçamos) e que a aprendizagem da vida em sociedade deve começar muito cedo, no decorrer de atividades que provocam conflitos que é preciso resolver de acôrdo com a idéia que os homens fazem da justiça.

Devemos ter em conta o movimento instintivo que anima a juventude do mundo inteiro, e que a conduz ao ar livre e à atividade desportiva.

Reside, aí, uma observação preciosa. O desporto é uma manifestação de vida que jamais pode ser esquecida, se não quisermos incorrer em êrro. Êle comporta perigos físicos e morais, quando oriundo do desconhecimento da sua utilização. O desporto contém virtudes, porém, virtudes que se aprendem. O estudo científico dêsse fenômeno social moderno, está ainda por fazer. Pensamos, como tantos outros, que é possível utilizar-se dêle em benefício do bem-estar das gerações futuras.

E' por essa razão que elaboramos um plano de educação física e desportiva utilizando como base os jogos. Esta fórmula, que parte de uma sã emulação e da competição coletiva elementar, se aplica melhor à massa, de uma forma generalizada, do que, apenas, a grupos privilegiados. Isso, entretanto, não quer dizer que abandonamos êsses grupos selecionados.

Ao lado do estímulo vital e da atração que suas formas apresentam, elas oferecem ao educador digno de seu nome, um precioso meio de conhecimento e de educação corporal, educação do caráter, educação social, e, sobretudo, humano. Além disso, as atividades desportivas obrigam àqueles que as praticam, a adquirir hábitos higiênicos, a adotar um regime de treinamento e normas favoráveis à saúde.

Esta educação sintética exige a formação de pessoal competente, não apenas com uma visão limitada ao domínio anátomo-fisiológico ou à técnica, mas considerando e compreendendo as diversas manifestações da vida e o indivíduo de uma maneira integral.

CARACTERÍSTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA DESPORTIVA

Uma vez dada a concepção psico-fisiológica dos exercícios que nos anima, admitimos desde a infância a emulação e a concorrência (competição) coletiva, sob a condição que sejam observadas, dirigidas e adaptadas à idade, às necessidades e às aptidões do indivíduo.

As etapas da educação desportiva são as seguintes:

1.ª — *Iniciação desportiva* — generalizada ou especializada.

2.ª — *Treinamento desportivo* — generalizado ou especializado.

FINALIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA DESPORTIVA

Graças a uma iniciação desportiva generalizada, a criança ou o iniciante de ambos os sexos, aos quais se deu conhecimento de si próprio e se permitiu descobrir, por uma sã emulação aquilo que lhe convinha e que era ignorado, poderá livrar-se de sua inatividade ou de sua indiferença pelo esfôrço físico.

Encontrando interêsse numa atividade física que seduz, êle poderá, guiado por um professor experiente, consagrar sua fôrça moral ao seu aperfeiçoamento. Êle se submeterá voluntàriamente a tôdas as disciplinas ou exercícios que lhe forem sugeridos ou determinados, para atender, graças a um trabalho paciente e assíduo, uma valorização da sua pessoa ou do seu grupo, onde êle será integrado a uma coletividade.

O êrro fundamental de muitos educadores tem sido crêr que na iniciação desportiva ùnicamente deva ser considerada a parte técnica e que na Educação Física exclusivamente o desenvolvimento físico.

O desporto, assim como a educação física, não é um fim, mas um meio de formação de preparação para a vida em geral.

Pensamos, com efeito, que uma verdadeira iniciação desportiva (forma elementar de educação desportiva) deve visar a realização simultânea ou sucessiva, *através do movimento corporal*:

1.º — Iniciação à vida social e coletiva, por meio do jôgo e da competição desportiva elementar entre equipes;

2.º — Iniciação ao esfôrço progressivo e dosado em relação à idade e às possibilidades fisiológicas da criança e do adolescente;

3.º — Iniciação à técnica, isto é, à forma do gesto correspondente a um determinado desporto.

Tudo isso como um esfôrço para formar um corpo vigoroso e harmonicamente desenvolvido.

QUANDO E POR QUE COMEÇAR A INICIAÇÃO DESPORTIVA?

É preciso ser iniciada em tenra idade, isto é, aos 6 ou 7 anos, sob a forma de jôgo. De fato, a necessidade de atividade se apresenta na criança em forma de jôgo e no adolescente e adulto de desporto.

A educação física desportiva não deve ter por finalidade única a procura sistemática e exclusiva dos indivíduos físi-

Fonte: LISTELO A. **Princípios de Educação Física Generalizada**. Disponível em: http://www.revistadeeducacaofisica.com.br/artigos/1953/jan_principios.pdf